

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATO INTEGRADO

2019

 **TRT-7ª REGIÃO**
Ceará



Relatório de Gestão do exercício de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa TCU n.º 178/2019, da Portaria TCU n.º 378/2019.

Diretoria-Geral

Ficha Técnica

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão todas as secretarias e setores específicos e singulares integrantes do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. Ele é produto da construção coletiva e orientado pelas boas práticas prospectadas em organizações públicas.

PRESIDENTE DO TRT7

Desembargador Plauto Carneiro Porto

SECRETÁRIO GERAL DA PRESIDÊNCIA

Fernando Antonio de Freitas Lima

COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO GERAL

Diretora-Geral

Neiara São Thiago Cysne Frota

Assistente Secretário da Diretoria-Geral

João Ribeiro Lima Junior

Secretária De Gestão Estratégica

Patricia Cabral Machado

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

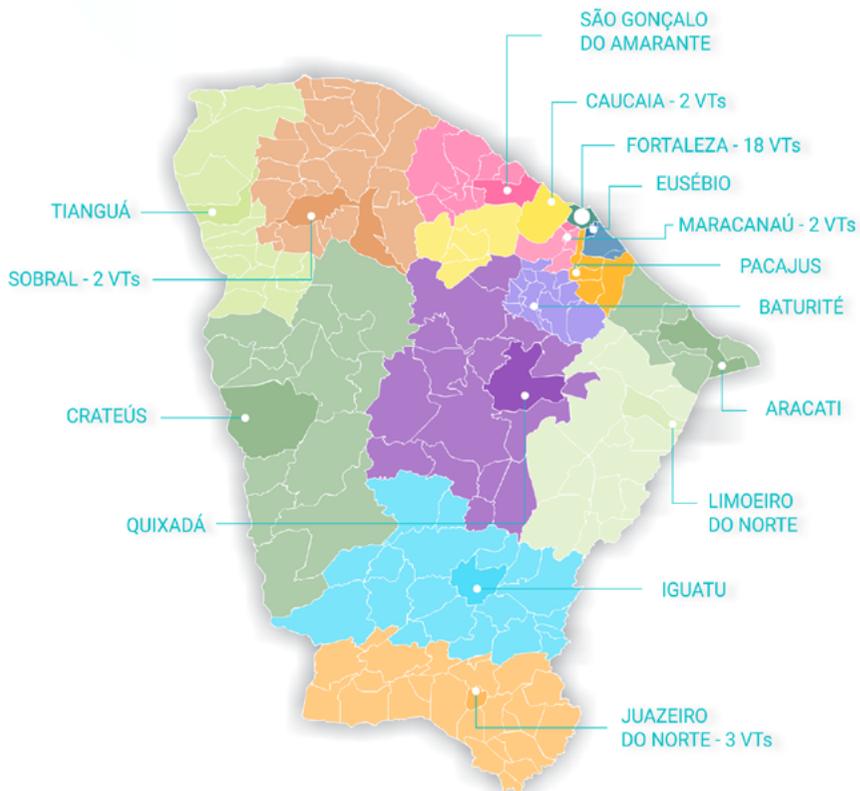
Diretor de Comunicação Social

Hugo Cardim

Estagiária de Design

Marcilene Damasceno de Araújo

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO - 2019



81 Magistrados

(cargos providos)
Cargos vagos: 2

883

Servidores efetivos
(cargos providos)

67

Cargos vagos



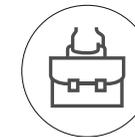
37 Varas do Trabalho (1º Grau)

Tribunal Pleno
+ 3 Turmas
+ 2 Sessões Especializadas (2º grau)



62.152

processos recebidos



66.405

processos solucionados

1

VISÃO GERAL
ORGANIZACIONAL
E AMBIENTE EXTERNO

6

4

RESULTADOS DA
GESTÃO

17

2

PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO E
GOVERNANÇA

9

5

ALOCAÇÃO DE
RECURSOS EM ÁREAS
ESPECÍFICAS DE GESTÃO

30

3

GESTÃO DE RISCOS
E CONTROLES
INTERNOS

14

Sumário

Mensagem do Presidente

Desembargador Plauto Carneiro Porto



Consiste o “Relatório de Gestão do TRT da 7a Região/2019” no apanhado das medidas implementadas ao longo do último ano, tendo como norte alcançar uma gestão pautada na eficiência, transparência e responsabilidade orçamentária, capaz de possibilitar a entrega de uma prestação jurisdicional de excelência.

No campo da eficiência, merece destaque o reconhecimento, por parte da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, quanto a termos sido o primeiro Regional do País a migrar todo o acervo de processos físicos para o Processo Judicial Eletrônico, obtendo, assim, o “Selo 100% Pje”, o que reforça a vanguarda desta 7a Região no uso dos meios eletrônicos para a entrega da prestação jurisdicional rápida e eficiente, vanguarda essa iniciada ainda no projeto piloto de implantação do próprio Pje, com a adesão pioneira das Varas do Trabalho de Caucaia e Maracanaú à iniciativa, ainda nos idos de 2012, e agora coroada com aquela distinção. Destaque merece também o esforço desenvolvido por esta gestão na simplificação dos fluxos processuais (administrativos e judiciais), por meio da edição de diversos normativos, agilizando-se, assim, uma série de procedimentos, notadamente processos de aposentadoria, promoção de Juizes Titulares e Substitutos no âmbito do Regional, remoção de Juizes Substitutos a esta 7a Região, remoção interna de servidores etc., tornando claros todos esses procedimentos, em

respeito aos primados da Impessoalidade e Transparência. Na esfera judicial, sobreleva ainda destacar o desenvolvimento, pela Secretaria de Gestão Estratégica, do Projeto “Gestão à Vista”, que objetiva disponibilizar visualizações gráficas e de dados de desempenho do TRT7, facilitando a gestão processual das unidades judiciais no que concerne ao acompanhamento das metas, incrementando a velocidade de processamento, análise e obtenção de dados, possibilitando, assim, a coleta de elementos fidedignos de desempenho.

No aspecto dos indicadores e metas, os resultados de 2019 também foram bastante expressivos, refletindo um cenário de pleno cumprimento de dez dentre as treze metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional do TRT7, representando aproximadamente 80% de desempenho positivo. O desempenho acima retratado impactou também positivamente no aprimoramento da Governança Institucional do Órgão.

No quesito da gestão orçamentária e financeira, observou-se o primado da responsabilidade orçamentária, sendo oportuno destacar que, no exercício de 2019, além da dotação inicial autorizada na LOA (R\$415.438.097,00), foram recebidos créditos suplementares da ordem de R\$43.421.986,00, perfazendo um total de dotação autorizada de R\$458.860.083,00. Desse montante, 92% foram destinados ao pagamento de despesas de pessoal e bene-

fícios e os outros 8% reservados ao pagamento de despesas de investimento e custeio (outras despesas), sendo empenhados R\$449.262.486,34, liquidados R\$448.863.735,99 e pagas despesas no volume de R\$448.856.035,99, valor esse equivalente a 97,8% da dotação atualizada, representando, portanto, uma execução superior a do exercício de 2018 (96,25%).

Na área de Gestão de Pessoas, inobstante a reposição da força de trabalho não tenha se dado na mesma proporção daqueles que deixaram os quadros do Tribunal, com o provimento, em 2019, de somente 2 (dois) cargos de Analista Judiciário e 3 (três) cargos de Técnico Judiciário, e mais 1 (um) de Técnico Judiciário autorizado pelo OF.CSJ.T. GP.SG.SEOFI N.º21/2019 - agravando o histórico déficit de pessoal enfrentado por este Regional - esforços foram empreendidos no sentido de qualificar o corpo funcional disponível, objetivando sua otimização. No que tange à responsabilidade social, dentre as ações desenvolvidas pela Secretaria Geral da Presidência, merece especial menção o Projeto “Fada Madrinha”, instituído pelo Ato N.º177/2018, que compreende um conjunto de diretrizes e ações com a finalidade de promover inserção no mercado de trabalho, bem como o desenvolvimento pessoal e profissional dos estagiários que se desligam do programa de estágio do Tribunal.

No âmbito da Acessibilidade, o Regional promoveu uma série de reformas estruturais ao longo do ano de 2019, objetivando a adequação de seus espaços físicos aos portadores de necessidades especiais, merecendo destaque a reforma da Sala de Sessões do Pleno e a instalação de uma plataforma elevatória na Casa Sede, possibilitando o livre acesso de todos às suas dependências.

São essas, portanto, algumas das realizações dignas de nota, ocorridas ao longo do último ano (2019), aproveitando-me da oportunidade, já que este será o último relatório apresentado por minha gestão, para expressar os meus mais sinceros agradecimentos a todo o conjunto de magistrados e servidores que compõe este E. Regional, e que tanto colaboram decisivamente para a consecução de sua relevante missão institucional.

IDENTIFICAÇÃO DA UPC E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO

O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região é órgão do Poder Judiciário da União, composto por 37 varas do trabalho (1º grau) e 14 gabinetes de desembargadores (2º grau), todos operando com o sistema de Processo Judicial Eletrônico.

Do total de unidades judiciárias de 1º grau, 18 estão localizadas em Fortaleza e 19 no interior do Ceará. Possuem uma única vara do trabalho os municípios de Aracati, Baturité, Crateús, Crato, Eusébio, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Pacajus, Quixadá, Tianguá e São Gonçalo do Amarante. Os municípios de Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral contam com duas varas do trabalho.

Compete ao TRT da 7ª Região processar e julgar as ações oriundas da relação de

trabalho. Empregadores e trabalhadores procuram as suas unidades em busca de soluções para litígios e pacificação de conflitos trabalhistas.

Ao cumprir com determinação a sua missão de realizar a Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania, o TRT do Ceará almeja atingir sua visão de futuro e ser reconhecido perante a sociedade como instrumento efetivo de justiça célere, comprometido com a garantia dos direitos decorrentes das relações de trabalho, sempre inspirado pela valorização das pessoas, pela celeridade, pela acessibilidade, pela efetividade, pela responsabilidade socioambiental, pela ética, pela inovação e pelo comprometimento.



Figura 1 - Diagrama Missão e Visão e Valores

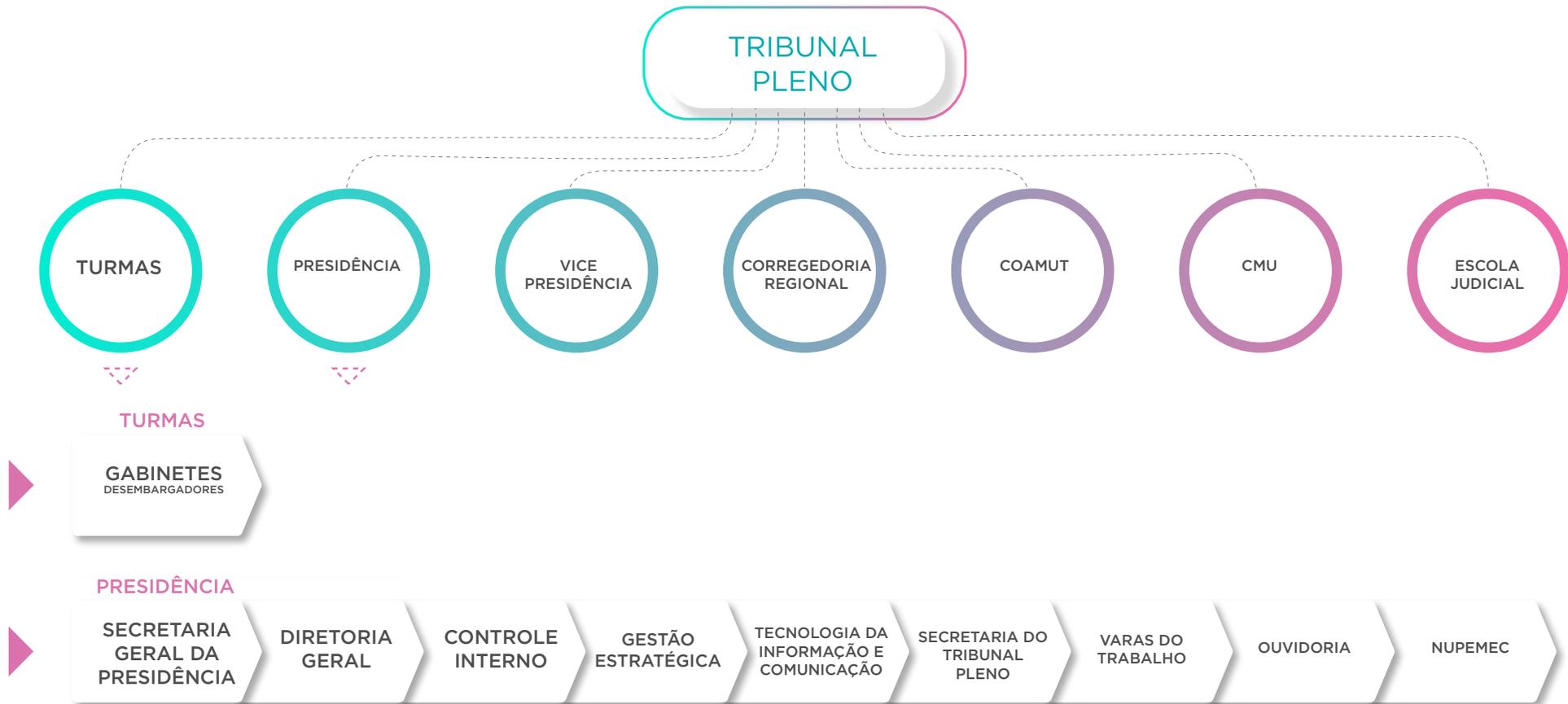


Figura 2 - Diagrama da Estrutura Organizacional

AMBIENTE EXTERNO

A Administração do TR7 monitora preditivamente os sinais do ambiente externo com vistas a definir uma postura estratégica antecipativa.

Com gradações diferenciadas em termos de possibilidades e de riscos, vislum-

bramos um cenário de fortes restrições orçamentárias, de déficit crescente nos quadros de servidores com o incremento do quadro de inativos e a impossibilidade de reposição de tais cargos, de setores da sociedade defendendo a extinção da

Justiça do Trabalho, do incremento da automação e das aplicações de inteligência artificial nas atividades jurisdicionais e administrativas.

Nesse contexto e, com cortes orçamentários significativos, buscamos ultrapassar

as restrições com a reforma de normativos para agilizar o fluxo das decisões, com a gestão dos processos de trabalho e com o desenvolvimento ou implantação de sistemas informacionais.

A Cadeia de Valor do TRT7 materializa o fluxo de todas as atividades recebidas, desenvolvidas e entregues pelo Sétimo Regional à sociedade, aos jurisdicionados, aos advogados e, preponderantemente, aos órgãos do Poder Judiciário, de

controle externo, do Ministério Público do Trabalho e Advocacia Geral da União.

O processamento e a entrega das demandas se dá por meio de processos de trabalho albergados em macroprocessos finalísticos e de apoio que, nessa mesma

ordem, representam o direcionamento prioritário dos esforços da Administração.

O desdobramento dos objetivos estratégicos em programas, projetos e ações se dá com base no fluxo definido pela cadeia de valor, assim como a análise de ambi-

ência interna e externa, a relação entre os processos de trabalho, a definição das regras de negócio e a gestão de riscos no TRT7, a predição de mudanças e tendências e o realinhamento antecipativo.

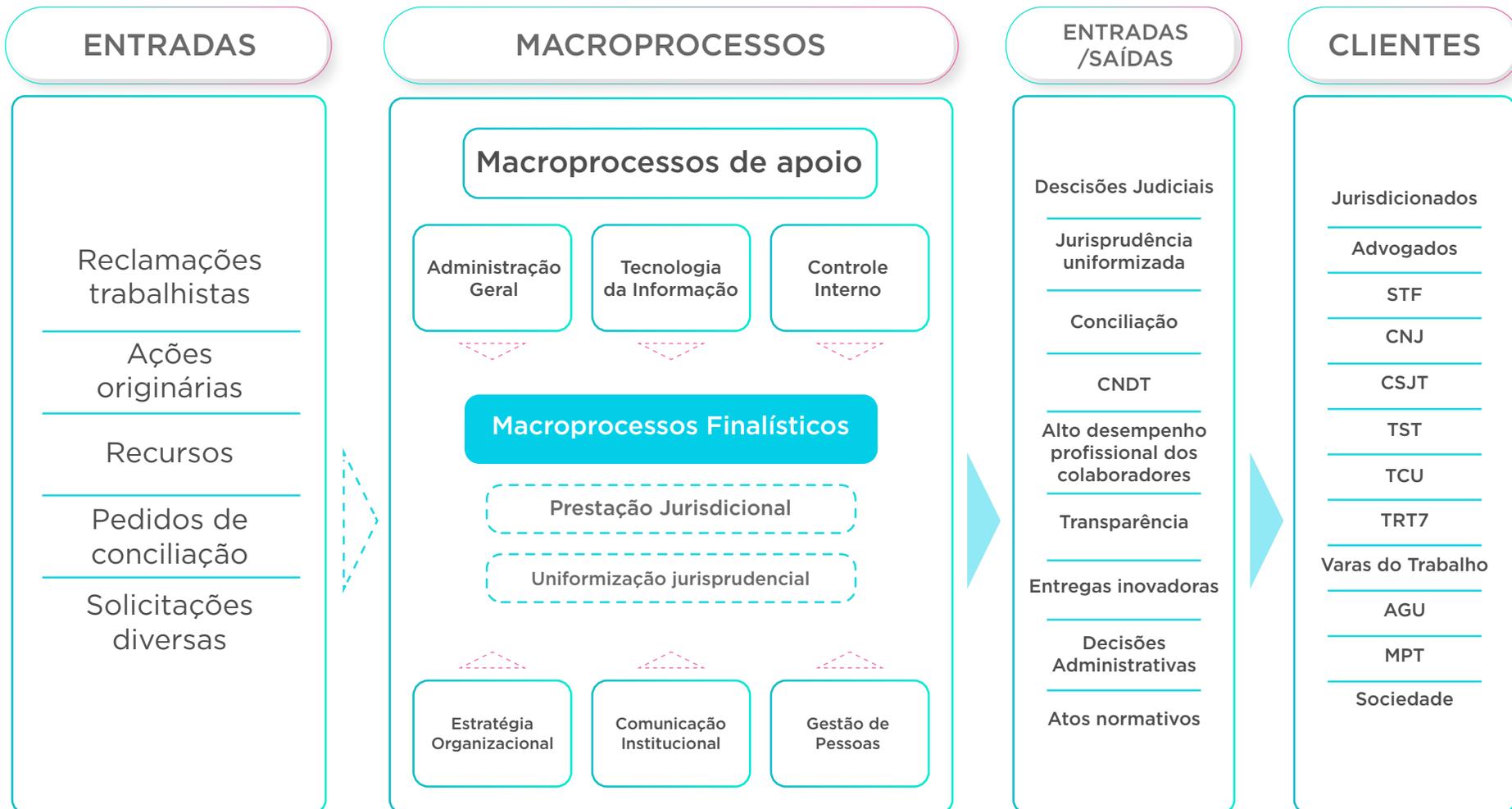
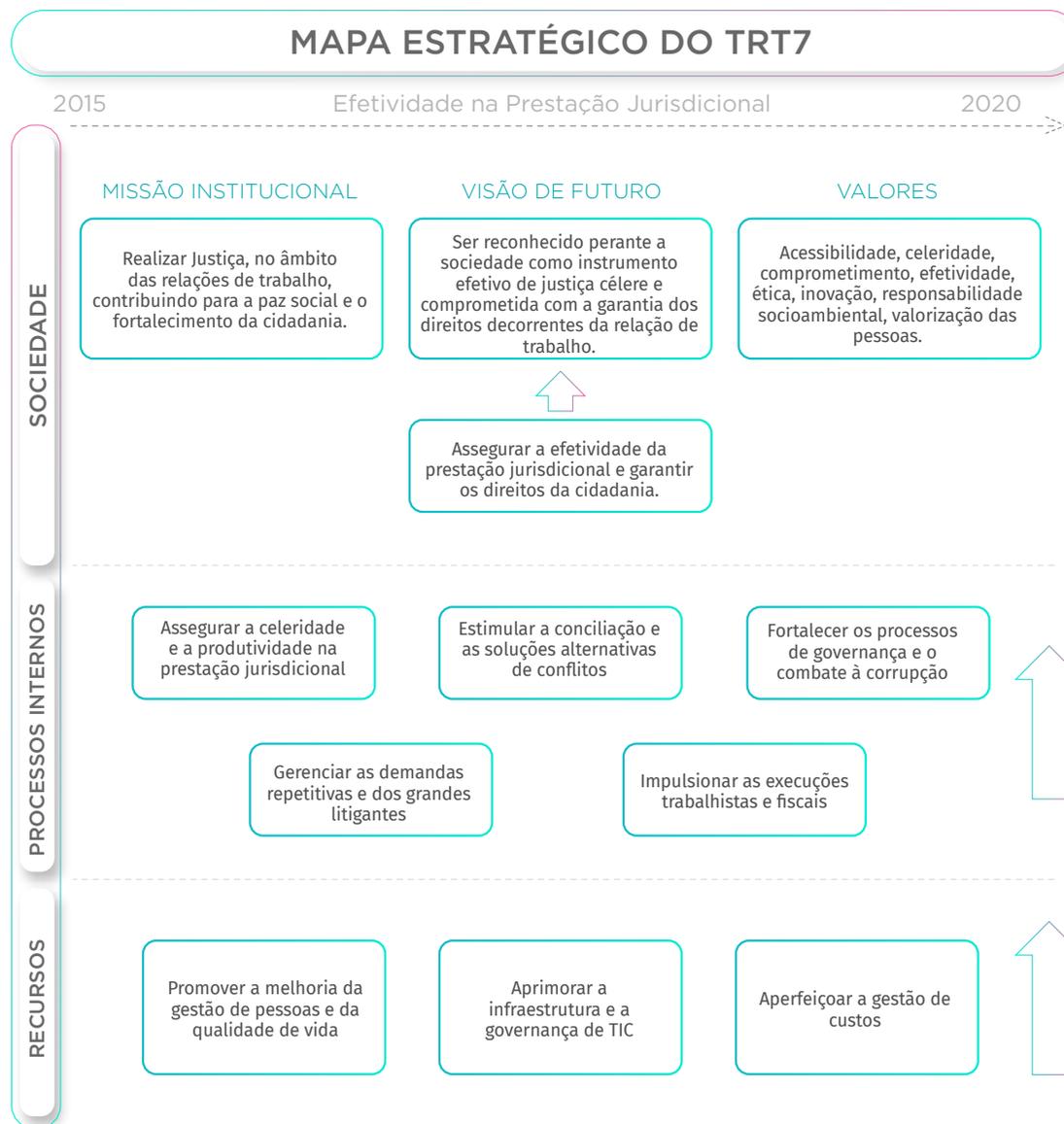


Figura 3 - Cadeia de Valor



1° Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida;

2° Aperfeiçoar a gestão de custos;

3° Aprimorar a infraestrutura e a governança de Tecnologia da Informação e Comunicações;

4° Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional;

5° Estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito;

6° Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes;

7° Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais;

8° Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção;

9° Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e os direitos da cidadania.

Figura 4 - Mapa Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região 2015 - 2020

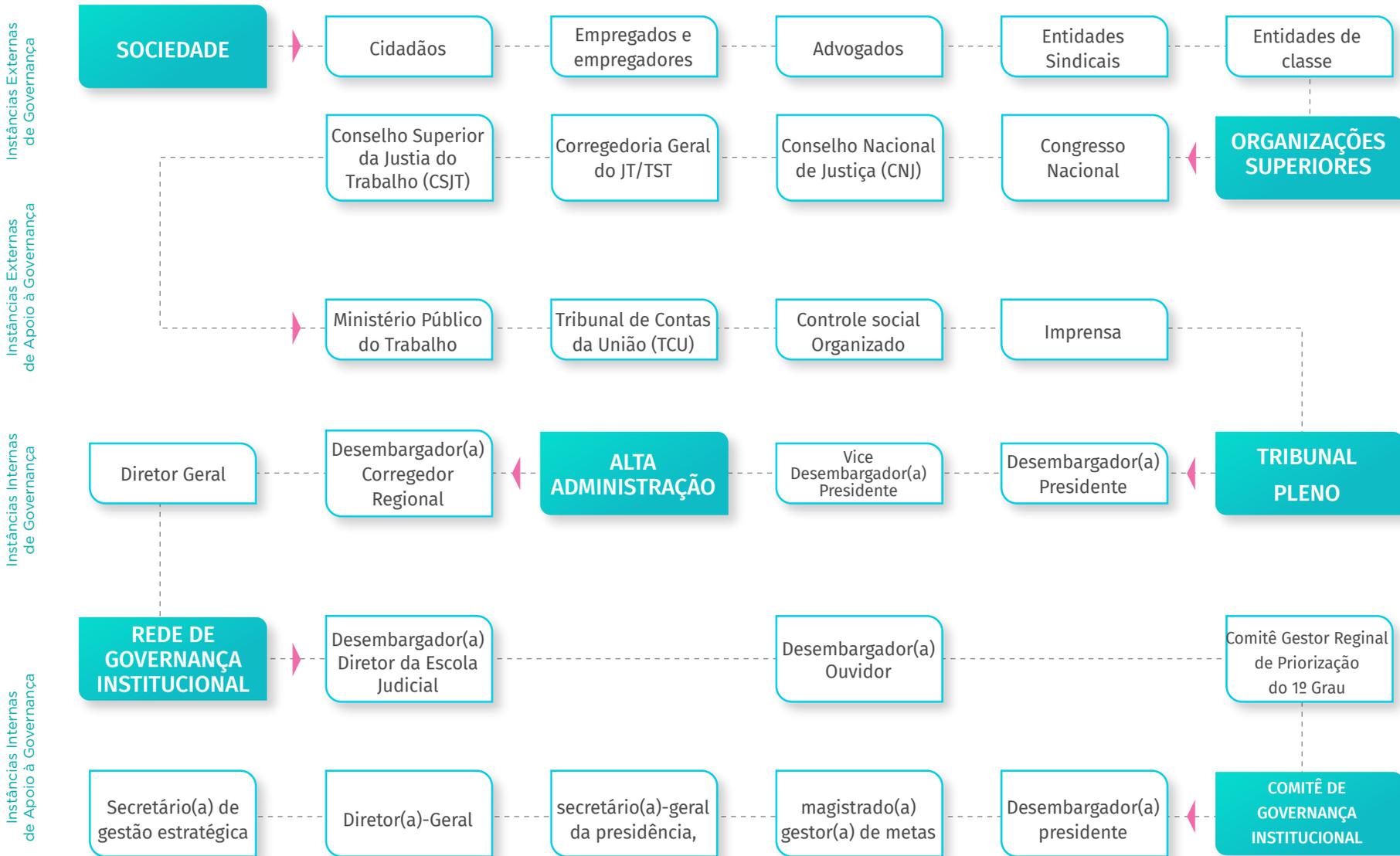


Figura 5 - Estrutura de governança

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM SOCIEDADE E DEMAIS PARTES INTERESSADAS

Em conformidade com o Ato no 174/2004 da Presidência, que trata dos serviços de Ouvidoria deste Regional, é de competência da Ouvidoria receber sugestões, críticas, denúncias, elogios, pedidos de informação e reclamações que tenham por objeto serviços judiciários e administrativos prestados por quaisquer das unidades da Justiça do Trabalho da 7ª Região.

Cabe ressaltar que também é atribuição desta Ouvidoria receber as demandas referentes à Lei de Acesso à Informação (LAI), sendo assim, o setor responsável pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Desse modo, foram dados os devidos encaminhamentos às ocorrências recebidas, garantindo aos cidadãos o direito constitucional de obter informações públicas.

Os canais de acesso do cidadão à Ouvidoria são os seguintes:

- Formulário eletrônico – disponível no site do Tribunal;

https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3172&Itemid=326

- Fale Conosco – Formulário Eletrônico

https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3172&Itemid=1017

- Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3172&Itemid=997

- Email: ouvidoria@trt7.jus.br;
- Telefones: (85) 3388.9308, (85) 3224.9639 e 0800.280.1771

- Pessoalmente: Rua Desembargador Leite Albuquerque, 1077, Anexo I, Mezanino, Aldeota, Fortaleza – CE, CEP 60.150-150. Horário: 7h30min às 15h30min, de segunda à sexta-feira

- Correspondência: Rua Desembargador Leite Albuquerque, 1077, Anexo I, Mezanino, Aldeota, Fortaleza – CE, CEP 60.150-150

É intenção desta Ouvidoria implantar nova forma de comunicação com o usuário, através do canal de WhatsApp. No momento, tem-se estudado a melhor forma de escolha da linha.

Seguem abaixo dados extraídos do PRO-AD, que indicam o registro de 558 manifestações em 2019, incluindo os pedidos com base na Lei no 12.527/2011 (LAI).

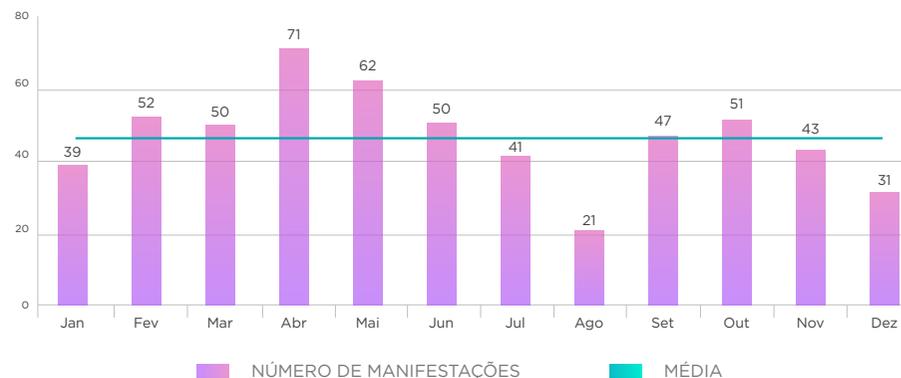


Figura 6 Tabela - Demanda Mensal

MANIFESTAÇÕES POR TIPO

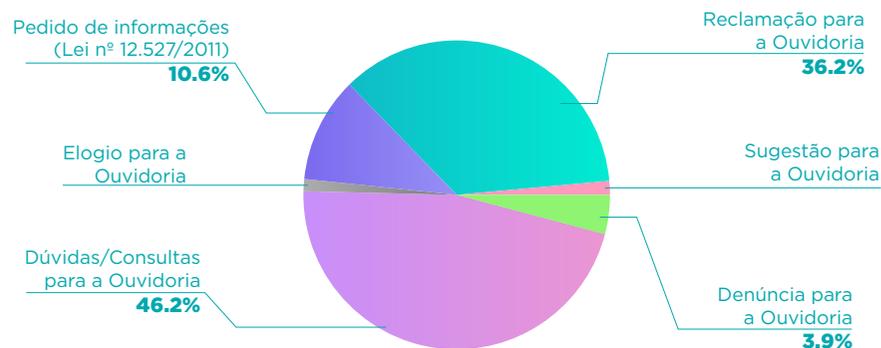


Figura 7 Gráfico - Percentual de manifestações segundo o tipo da manifestação

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Denúncia	22	3,94%
Dúvidas/Consultas	258	46,24%
Elogio	10	1,79%
Pedido de Informações (Lei nº 12.527/2011)	59	10,57%
Reclamação	202	36,20%
Sugestão	7	1,25%
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	558	100,00%

Tabela 1 - Manifestação por Tipo

MANIFESTAÇÕES POR CANAL

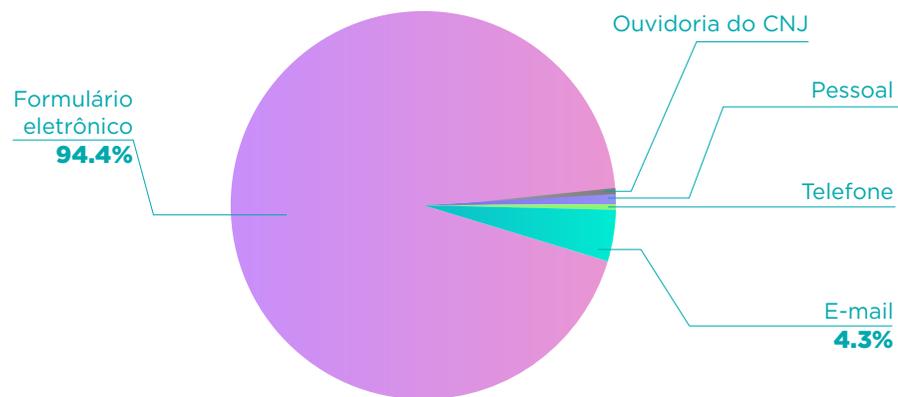


Figura 8 Gráfico - Percentual de manifestações segundo o canal

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
E-mail ouvidoria@trt7.jus.br	24	4,32%
Formulário Eletrônico	525	94,42%
Ouvidoria do CNJ	1	0,18%
Pessoalmente	4	0,72%
Telefone	2	0,36%
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	556	100,00%

Tabela 2 - Canais de Comunicação

MANIFESTAÇÕES POR RELACIONAMENTO DO MANIFESTANTE

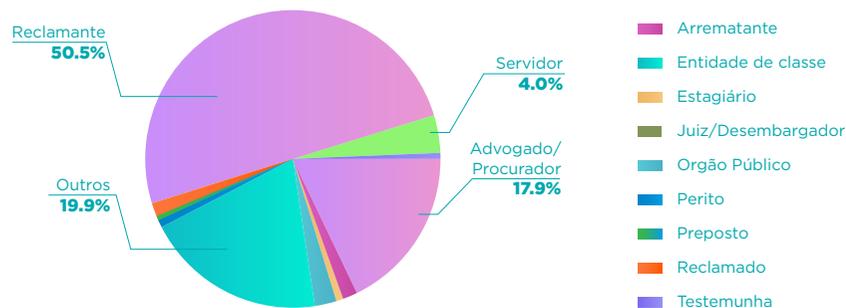


Figura 9 Gráfico - Percentual de manifestações segundo o relacionamento do demandante com o Tribunal

TIPO DE RALACIONAMENTO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Advogado/Procurador	99	17.93%
Arrematante	7	1.27%
Entidade de classe	1	0.18%
Estagiário	4	0.72%
Juiz/Desembargador	1	0.18%
Órgão Público	12	2.17%
Outros	110	19.93%
Perito	2	0.36%
Preposto	2	0.36%
Reclamado	11	1.99%
Reclamante	279	50.54%
Servidor	22	3.99%
Testemunha	2	0.36%
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	552	100,00%

Tabela 3 - Manifestações segundo o relacionamento do demandante com o Tribunal

MANIFESTAÇÕES POR RESOLUÇÃO

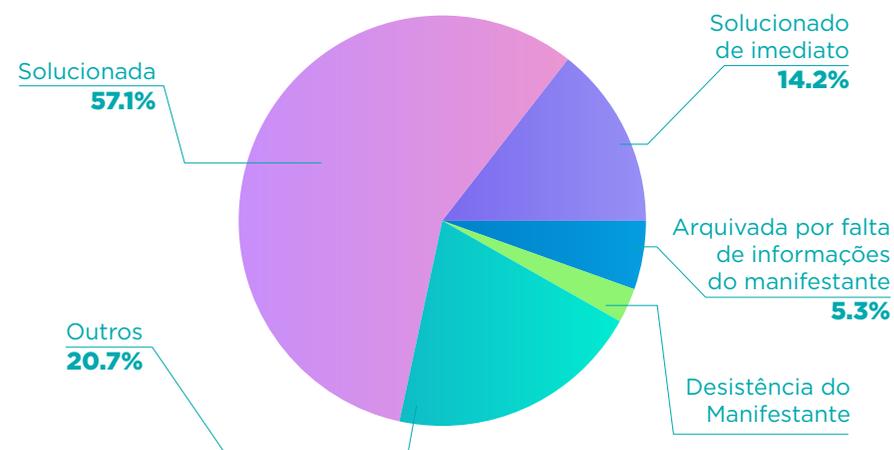


Figura 10 Gráfico - Percentual de manifestações segundo a resolução

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Aquivada por falta de informações do manifestante	29	5,27%
Desistência do manifestante	15	2,73%
Outros	114	20,73%
Solucionada	314	57,09%
Solucionada de imediato	78	14,18%
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	550	100,00%

Tabela 4 - Manifestações segundo a resolução

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Divulgada no dia 4 de setembro de 2019, no site do tribunal, a Carta de Serviços ao Cidadão visa informar quais os serviços prestados pela Justiça do Trabalho, como acessar e obter esses serviços, além de informar quais são os compromissos e os padrões de atendimento estabelecidos.

No documento, constam Serviços Processuais de Primeiro e Segundo Grau, Serviços de Comunicação, Informação e Pesquisa, finalizando com Serviços de Apoio. Missão, visão e valores do Regional também integram o texto da Carta.

Para elaborar o documento, foi criado um grupo de estudos técnicos, formado por integrantes de vários setores do TRT/CE, incluindo esta Ouvidoria, sob a coordenação da Secretária-Geral da Presidência. O projeto gráfico e diagramação coube à Divisão de Comunicação Social.

AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

A Ouvidoria deste Regional não possui, até o momento, nenhuma pesquisa de satisfação dos atendimentos prestados por esta unidade, mas é algo que se quer implantar. Algumas vezes recebemos elogios, pelo atendimento prestado, através de e-mail, formulário eletrônico e telefone.

MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AUTUAÇÃO DA UNIDADE

A Resolução Administrativa Nº 377, de 09 de outubro de 2012, passou a regulamentar a LAI, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, bem como as atribuições e funcionamento do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC.

As informações consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuem para a transparência da gestão, encontram-se disponíveis no site do Tribunal, no menu Transparência.

Dados relevantes e que conferem transparência às atividades realizadas por este setor, como dados estatísticos, informações sobre a LAI ou SIC, regulamento, Carta de Serviços ou, ainda, funções da Ouvidoria e os canais de acesso ao cidadão, podem ser encontrados em menu próprio da Ouvidoria, tendo em conta mudança recente no site, dispondo a Ouvidoria separadamente dos outros canais.

MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES.

A Ouvidoria não dispõe de nenhuma medida nesse sentido.

GESTÃO DE RISCOS

O Ato TRT7 Nº 99/2016, instituiu o Comitê de Gestão de Riscos do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região iniciando o percurso institucional para a implantação da gestão de riscos no regional.

Em prosseguimento, foram definidas a cadeia de valor do TRT7 (Ato nº 109/2016), a política de gestão de riscos (Ato nº 61/2018) e o plano de gestão de riscos (Ato 108/2019).

A instância de governança de gestão de riscos é o comitê de gestão de riscos, definido pela Portaria nº 502/2018.

A aculturação em gestão de riscos teve como marco a realização de capacitações dos gestores do tribunal em gestão de riscos difundindo metodologia e aplicação para a efetiva definição de mapa de gestão de riscos aplicado às contratações, bem como a utilização das ferramentas que propiciarão suporte às decisões em um ambiente de gestão que se consolida cada vez mais dinâmico.



Figura 11 Tabela - Presidência

Objetivo Estratégico	Oportunidades	Riscos
Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida	Permanência do servidor apto à aposentadoria	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Aperfeiçoar a gestão de custos	Mapear os custos dos processos	Redução e contingenciamento de recursos orçamentários
Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC	Processo Judicial eletrônico - PJe e demais sistemas processuais	Restrições orçamentárias Quadro de pessoal de TIC
Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional	Melhoria contínua do sistema PJe/JT	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Estimular a conciliação e as soluções alternativas de negociação de conflitos	Ampliação da atuação do CEJUSC	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes	Ampliação do alcance da prestação jurisdicional	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais	Efetiva entrega da prestação jurisdicional	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção	Melhoria dos processos de trabalho	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores
Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania	Cumprir a missão institucional	Restrições à reposição dos quadros de magistrados e servidores

Figura 12 Tabela - Gestão de Riscos

PERÍODO: 04 DE NOVEMBRO A 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania- CEJUSC, é uma unidade do Poder Judiciário especializada em atendimento ao público para a solução consensual de conflitos e orientação nas matérias relativas à cidadania

Em 2016, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) editou a Resolução nº 174, que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado à conciliação na Justiça do Trabalho. Desde de 2017, a Sétima Região tem incentivado cada vez mais a cultura conciliatória de conflitos.

O CEJUSC tem um desembargador coordenador, cargo atualmente ocupado pelo Des. José Antonio Parente da Silva e conta também com a atuação do Des. Jefferson Quesado Júnior.

1ª INSTÂNCIA	
AUDIÊNCIAS na 1ª Instância	
Audiências de conciliação fase conhecimento designadas	353
Audiências de conciliação fase conhecimento realizadas	383
Audiências de conciliação fase execução agendadas	23
Audiências de conciliação fase execução realizadas	26
ACORDOS EFETUADOS EM FASE CONHECIMENTO	
Total de acordos homologados	264
Soma total dos valores homologados	3.953.817,58
Valor do recolhimento previdenciário - INSS	83.380,81
Valor do recolhimento fiscal -Imposto de renda	396,36
ACORDOS EFETUADOS EM FASE DE EXECUÇÃO	
Total de acordos homologados	20
Soma total dos valores homologados	215.796,21
Valor do recolhimento previdenciário - INSS	16.630,31
Valor do recolhimento fiscal -Imposto de renda	0,00
ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES NA 1ª INSTÂNCIA	
Número de pessoas atendidas	1.619
Participantes (Magistrados)	85
Participantes (colaboradores)	293

Tabela 5 - Semana da Conciliação - 1ª Instância

2ª INSTÂNCIA	
AUDIÊNCIAS DE 2º GRAU EM FASE DE CONHECIMENTO	
Audiências de conciliação fase conhecimento agendadas	131
Audiências de conciliação fase conhecimento realizadas	114
AUDIÊNCIAS DE 2º GRAU EM FASE DE EXECUÇÃO	
Audiências de conciliação designada de execução	
Audiências de conciliação realizadas de execução	
ACORDOS EFETUADOS EM 2º GRAU EM FASE DE CONHECIMENTO	
Total de acordos homologados fase de conhecimento	47
Soma total dos valores homologados fase conhecimento	928.707,14
Vlr. Do recolhimento previdenciário fase conhecimento-INSS	0
Valor do recolhimento fiscal conhecimento-Imposto de renda	0
ACORDOS EFETUADOS EM 2º GRAU EM FASE DE EXECUÇÃO	
Total de acordos homologados fase de execução	37
Soma total dos valores homologados fase execução	609.491,66
Vlr.recolhimento previdenciário fase execução-INSS	0
Vlr.recolhimento fiscal fase execução-Imposto de renda	0
ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES NO 2º GRAU	
Número de pessoas atendidas	524
Participantes (Magistrados)	5
Participantes (colaboradores)	75
Total de audiencias designadas no 2 grau	202
Total de audiencias realizadas no 2 grau	175
Total de acordos homologados no 2º Grau	84
Valores homologados	1.538.198,80
ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES na 1ª e 2ª Instâncias	
Número de Pessoas Atendidas	2.143
Participantes (Magistrados)	18
Participantes (colaboradores)	74
Soma total dos valores homologados	5.707.812,59

Tabela 6 - Semana da Conciliação - 2ª Instância

Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania- CEJUSC, é uma unidade do Poder Judiciário especializada em atendimento ao público para a solução consensual de conflitos e orientação nas matérias relativas à cidadania

Em 2016, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) editou a Resolução nº 174, que dispõe sobre a política judiciária nacional de tratamento adequado à conciliação na Justiça do Trabalho. Desde de 2017, a Sétima Região tem incentivado cada vez mais a cultura conciliatória de conflitos.

O CEJUSC tem um desembargador coordenador, cargo atualmente ocupado pelo Des. José Antonio Parente da Silva e conta também com a atuação do Des. Jefferson Quesado Júnior.

A unidade atua independentemente das tentativas de conciliação já previstas no rito do processo trabalhista. As audiências no CEJUSC podem ocorrer mediante manifestação de interesse das partes (empregados ou empregadores) – por meio de inscrição endereçada ao e-mail **cejusc@trt7.jus.br** ou solicitação feita em reunião, audiência ou sessão; ou ainda por indicação do magistrado responsável pelo processo, de acordo com o calendário e vagas disponibilizadas às varas do trabalho.

2ª INSTÂNCIA	
AUDIÊNCIAS na 2ª Instância	
Audiências de conciliação designadas	2286
Audiências de conciliação realizadas	2155
ACORDOS EFETUADOS NA 2ª INSTÂNCIA	
Valor do recolhimento previdenciário - INSS	R\$ 54.898,14
Soma total dos valores homologados	R\$ 40.354.672,1
Total de acordos homologados	1219
Valor do recolhimento fiscal - Imposto de renda	R\$ 0,00
ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES NA 2ª INSTÂNCIA	
Número de pessoas atendidas	6554
Participantes (Magistrados)	32
Participantes (colaboradores)	11

Tabela 7 - Cejusc - 2ª Instância

VISÃO GERAL

O monitoramento dos resultados dos indicadores referenciados aos objetivos estratégicos do TRT7 se dá por meio do Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho – Sigest (instituído nos órgãos da Justiça do Trabalho por meio do Ato CSJT.GP.SG nº 419/2012 para ser uma ferramenta tecnológica para a medição, monitoramento e análise das estratégias definidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pelos Tribunais Regionais do Trabalho), pelos levantamentos de governança e gestão públicas do Tribunal de Contas da União TCU (em 2018, Acórdão 2699/2018-TCU--Plenário) e pelo Painel 7, solução de

business intelligence (BI), iniciativa estratégica da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, desenvolvida pela Secretaria de Gestão Estratégica-SGE.

O Painel 7 consolida o desempenho os indicadores e metas e pode ser acessado por magistrados, servidores e pelos cidadãos por meio do link https://www.trt7.jus.br/pe/index.php?option=com_content&view=article&id=64:historico-do-planejamento-estrategico-2015-2020&catid=12&limitstart=2&Itemid=167.

Em 2019, o Tribunal de Contas da União-TCU não realizou a consolidação

do iGG (Índice de Governança e Gestão) que inclui, o índice de governança pública (iGov), o índice de governança em gestão de pessoas (iGOVPessoas) e o índice de governança em tecnologia da informação (iGov-TIC).

Em face disso, foram replicadas as consolidações realizadas pelo Tribunal de Contas da União-TCU em 2018.

Os índices do TCU acima mencionados, correspondem aos indicadores dos objetivos estratégicos nº 1, 3 e 8.

Os resultados positivos de 2019 refletiram a dedicação dos magistrados, servidores, estagiários e terceirizados.

O objetivo estratégico nº 9 que visa Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania foi atingido por meio da mensuração da meta 13 (também chamada “meta das metas”) que aglutina os resultados de todas as metas do plano estratégico institucional.

O cenário pontual dos resultados expressou o pleno primato de dez dentre as treze metas definidas ou aproximadamente 76% das metas definidas para 2019.

Objetivo Estratégico nº 9.

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania.

Indicador 13: Índice de Alcance de Metas (IAM):

indicador sintético de resultado, que permitirá ao Judiciário Trabalhista aferir a sua efetividade a partir dos dados relativos ao alcance das metas pertinentes aos demais objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho.

Meta 13: Atingir e manter pontuação entre 62 e 78 até 2020.

A meta 13 espelha o desempenho atingido pelo tribunal em todas as metas acompanhadas.

Resultado em 2019: 100% da meta cumprida.

Objetivo Estratégico nº 1

Promover a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida

O Objetivo nº 1 do Plano Estratégico Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região – TRT7 se refere a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano.

Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas; à valorização das pessoas; à promoção da saúde ocupacional; à humanização das relações de trabalho; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

A apreciação para o TRT7 na última aferição do iGov de Pessoas (corresponde ao indicador 1 do Objetivo Estratégico 1) pelo TCU (2018) foi de 28% - estágio Inicial. A meta para 2019 era atingir o estágio intermediário.

A análise crítica dos resultados para o iGov de Pessoas produziu subsídios para que sejam definidas ações que possam impactar positivamente a apreciação que ocorrerá em 2020.

A título de estratégia antecipativa, a Administração iniciou o processo de elaboração do planejamento estratégico de gestão de pessoas com a inclusão de estrutura de desdobramento anual (Proad nº 6231/2019 – Projeto TRAPDP-14).

Perfil de Governança e Gest Públicas 2018

TRT7 - Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará

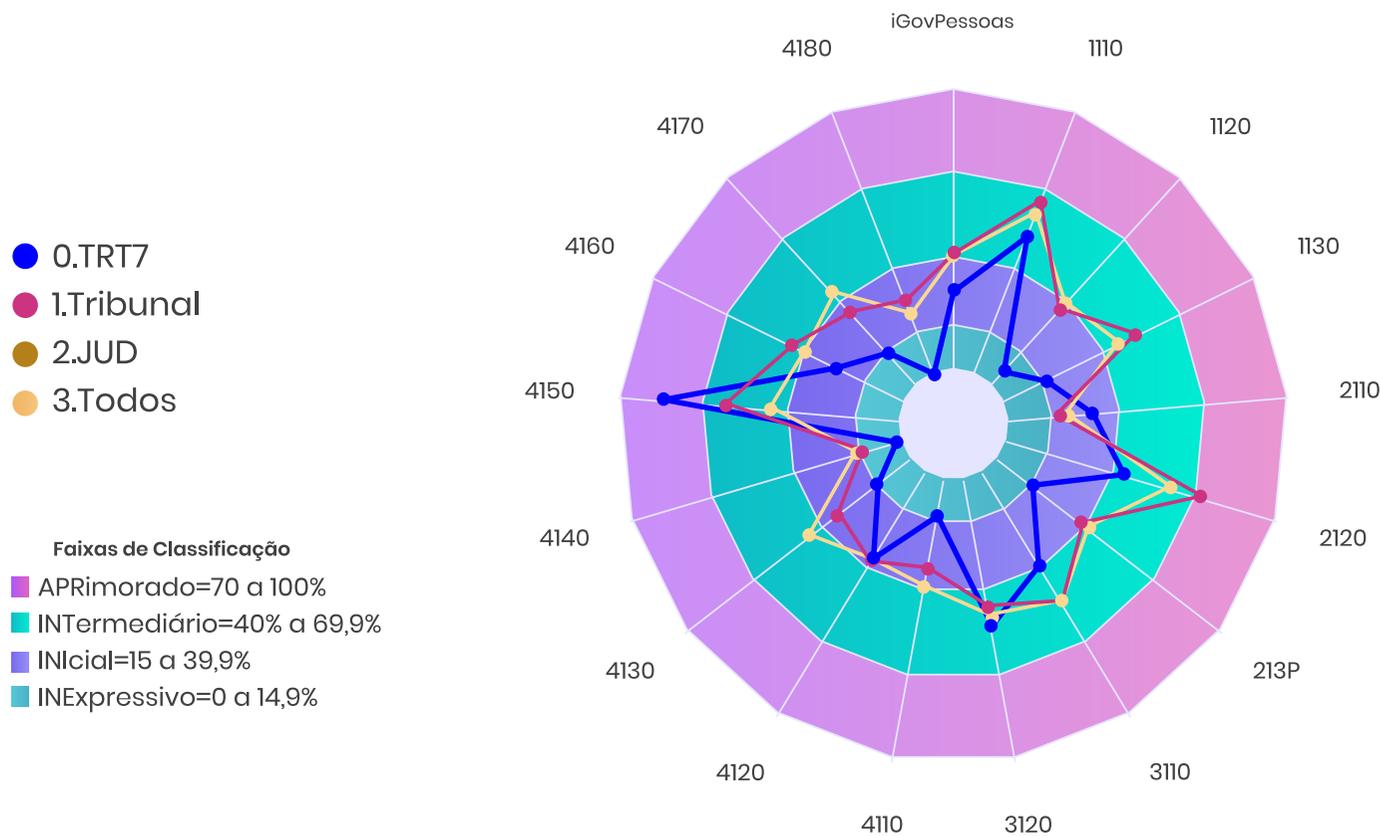


Figura 13 Gráfico - Diagrama Objetivo 1 Fonte:iGovPessoas

RESULTADO EM 2019: 28% - ESTÁGIO INICIAL

Objetivo Estratégico nº 2

Aperfeiçoar a gestão de custos

Utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio e investimentos ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

O Índice de Execução do Orçamento disponibilizado é o indicador desse objetivo (indicador 2 do Planejamento Estratégico Institucional do TRT7).

Conseguimos grau de cumprimento de 135,43% (a meta para 2019 era 69,54% e o resultado atingido foi de 94,18%).

INDICADOR 2: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

META 2: Aumentar, até 2020, o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado em relação à média de 2011, 2012 e 2013 em 5 pontos percentuais.

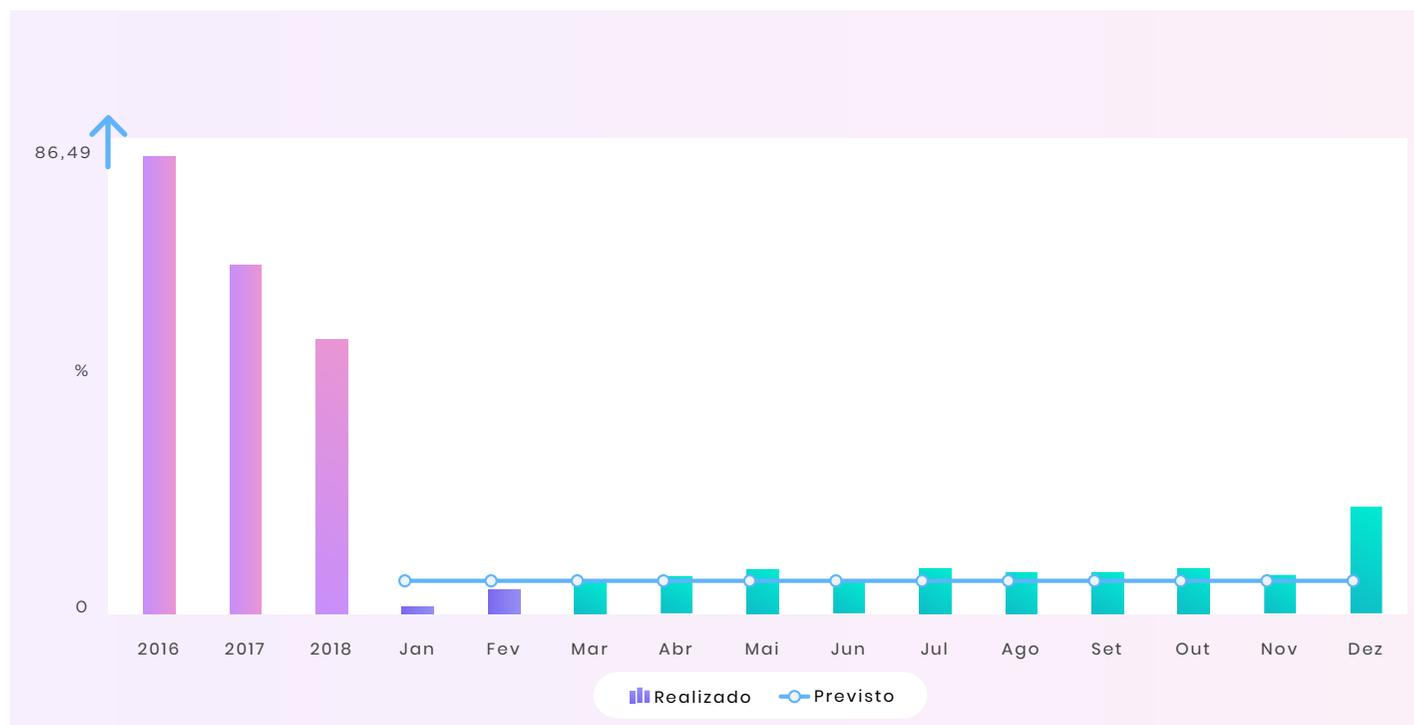


Figura 14 Gráfico - Objetivo 2 Fonte: iGovPessoas



META CUMPRIDA

Objetivo Estratégico nº 3

Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC

Alcançar o uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, garantindo a confiabilidade, a integridade e a disponibilidade das informações, dos serviços e dos sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

O indicador para mensurar o desempenho desse objetivo é o iGov de TI do Tribunal de Contas da União. **O resultado do Planejamento Estratégico Institucional do TRT7 foi de 60% - nível intermediário - e tal apreciação garantiu o cumprimento da meta do planejamento estratégico institucional para 2019.**

Origem dos dados: levantamento do TCU realizado em 2018 e publicado em fevereiro de 2019. O levantamento é bianual.

TRT7 - Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - Ceará

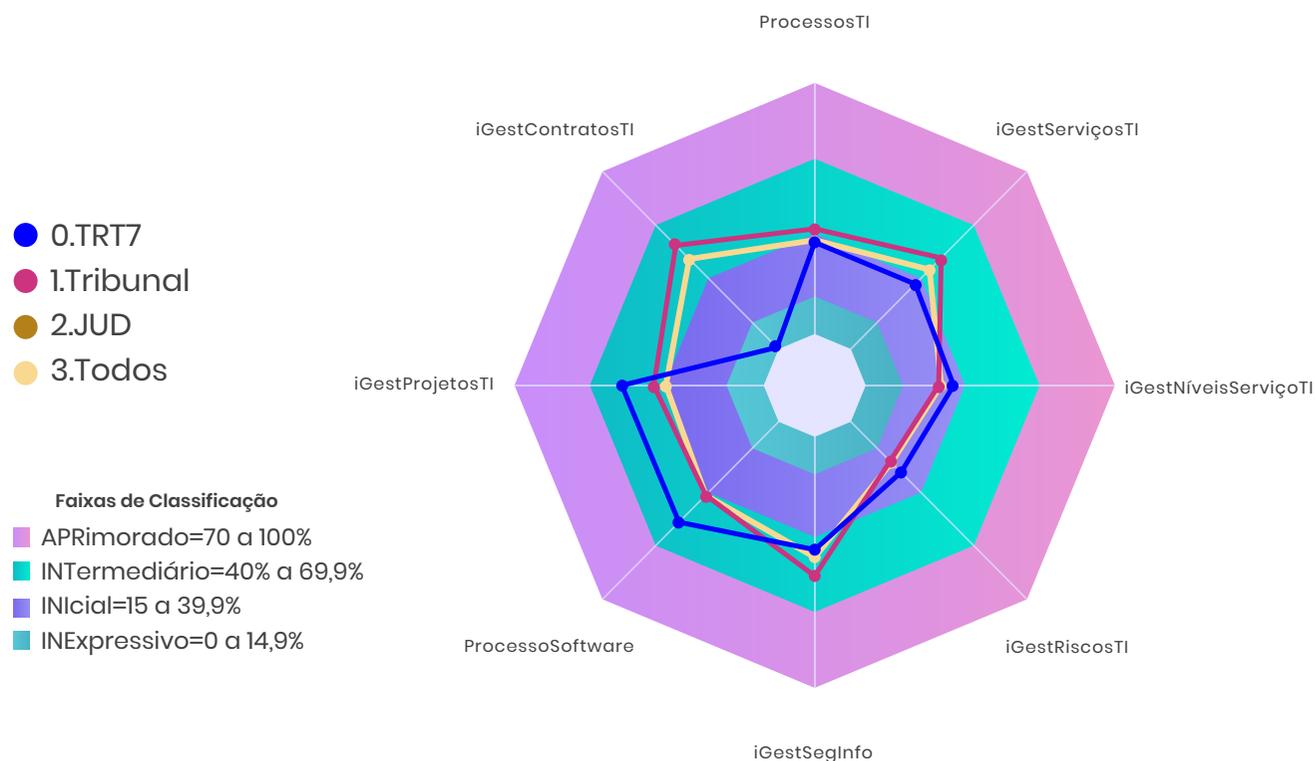


Figura 15 Gráfico Radial - Objetivo Estratégico nº 3



META

CUMPRIDA

Objetivo Estratégico nº 4

Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

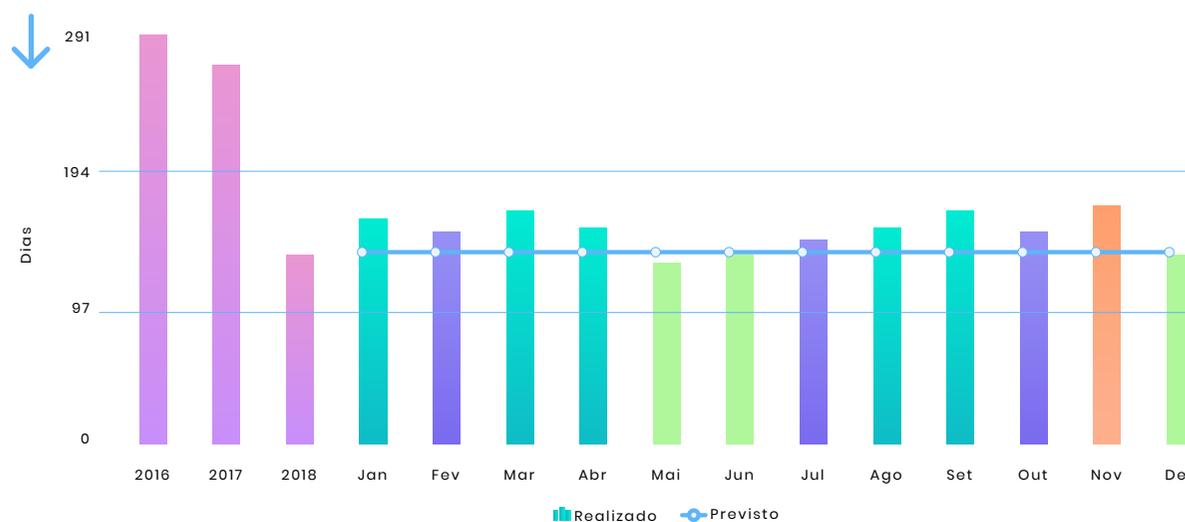
A finalidade do Objetivo Estratégico nº 4 é materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

O acompanhamento e a gestão desse objetivo ocorre por meio de cinco indicadores.

INDICADOR 4: (Tempo médio de duração do processo no 2º grau - TMDP2)

META 4: Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017 (143 dias**), em 10%, até 2020.

Meta 4/2019: 137 dias.



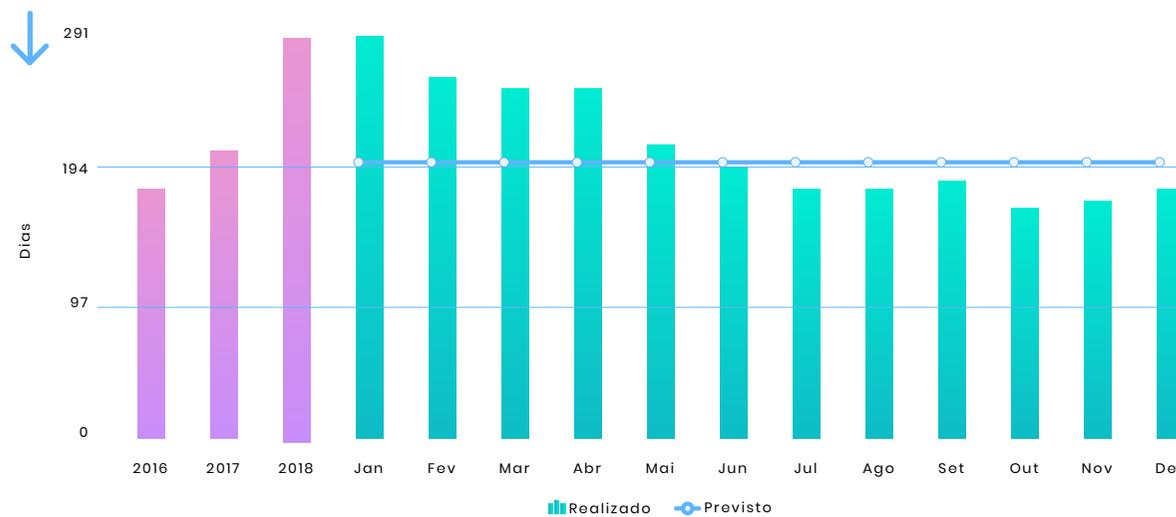
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137
Realizado	168	150	167	158	127	138	146	157	165	149	168	136
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	81,9%	90,4%	78,3%	85,0%	107,4%	99,3%	93,3%	85,3%	79,7%	91,5%	77,2%	100,9%
Previsto acumulado	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137	137
Realizado acumulado	162	154	158	158	149	147	147	148	151	150	152	151
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	81,9%	87,8%	84,8%	84,9%	91,4%	92,5%	92,6%	91,7%	90,0%	90,2%	88,8%	89,6%

Figura 16 Gráfico - Objetivo 4 (indicador 4) Fonte:iGovPessoas

INDICADOR 5 (Tempo médio de duração do processo no 1º grau -TMDP1)

META 5 Reduzir o prazo médio de duração do processo no 1º Grau, na fase de conhecimento, em 5%, em relação ao ano base 2017 (151 dias), até 2020.

Meta 5/2019: 148 dias



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148
Realizado	215	191	185	184	156	145	132	132	136	124	126	132
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	54,5%	70,7%	74,7%	75,7%	94,3%	102,2%	110,8%	110,8%	108,1%	116%	114,7%	110,6%
Previsto acumulado	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148	148
Realizado acumulado	215	200	196	193	184	177	170	165	162	158	156	154
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	54,9%	64,5%	67,6%	69,6%	75,5%	80,5%	85,2%	88,3%	90,4%	92,9%	94,8%	95,7%

Figura 17 Gráfico - Objetivo 4 (indicador 5) Fonte:iGovPessoas

INDICADOR 6: Índice de Processos Julgados (IPJ)

META 6: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.



META CUMPRIDA

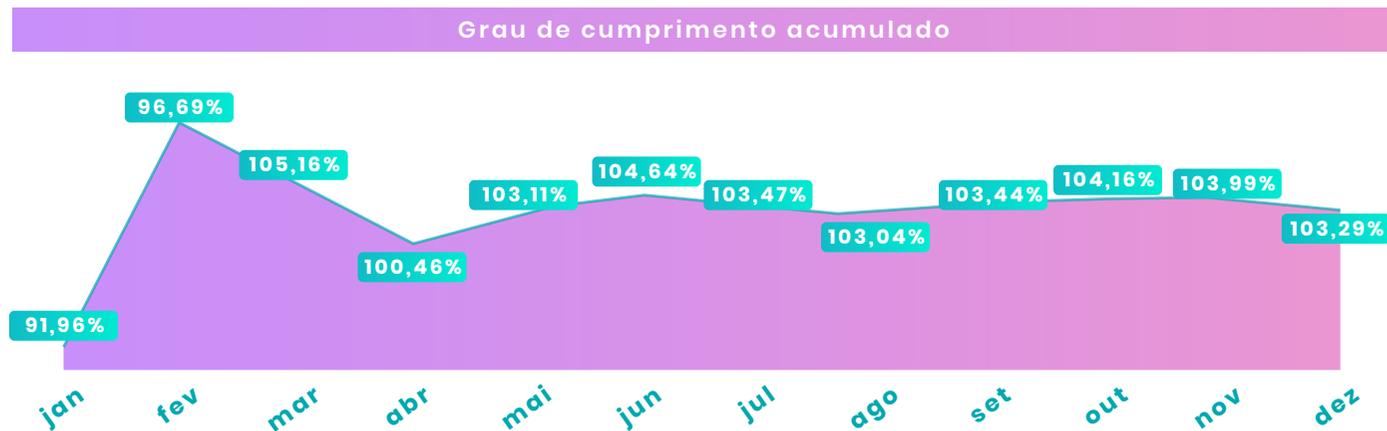


Figura 18 Gráfico - Objetivo 4 (indicador 6) Fonte:iGovPessoas

INDICADOR 7: (Índice de Processos Antigos – IPA)

META 7: Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º Graus.



META CUMPRIDA

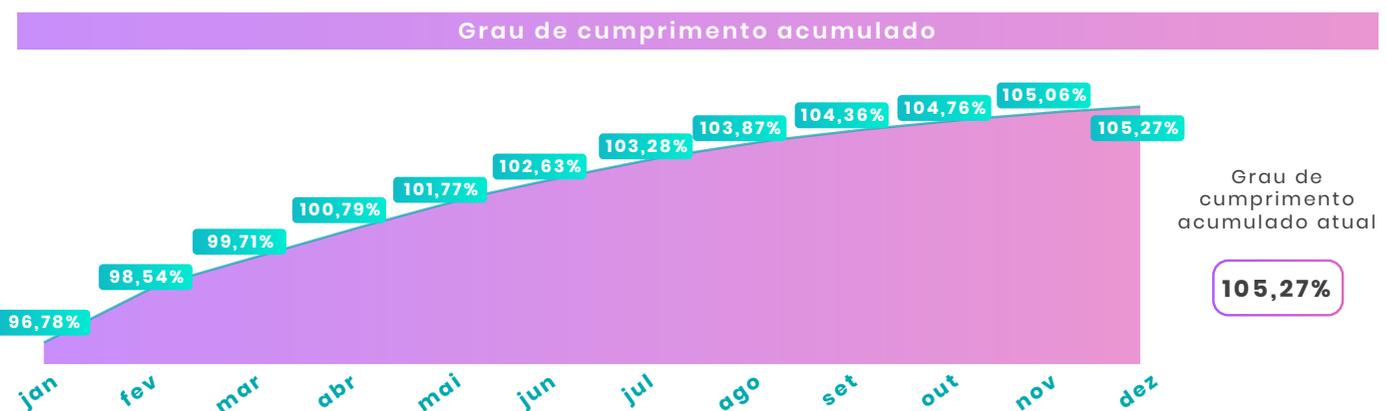


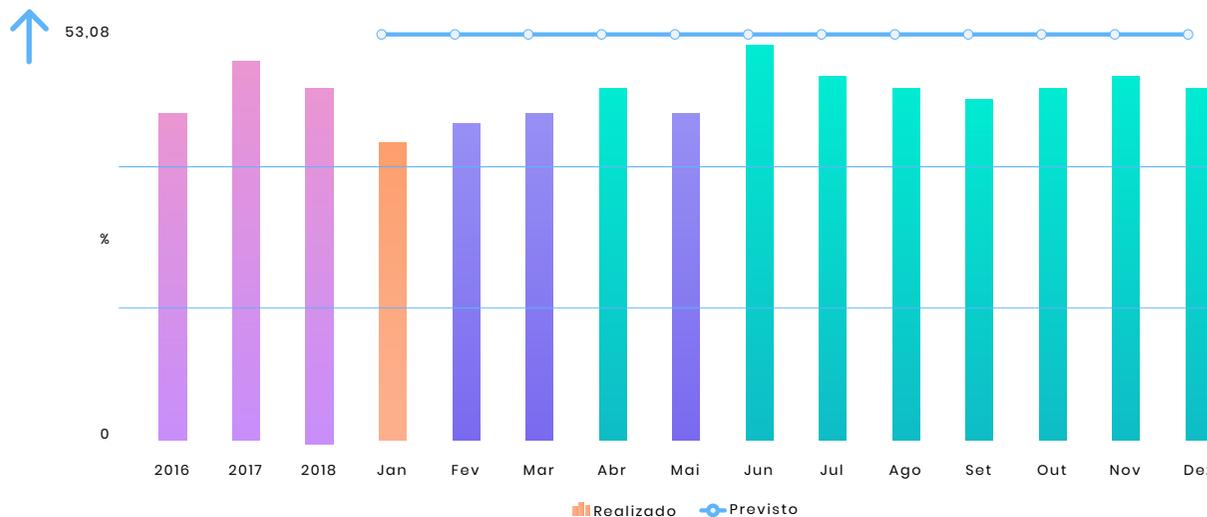
Figura 19 Gráfico - Objetivo 4 (indicador 7) Fonte:iGovPessoas

INDICADOR 8: (Índice de Ações Coletivas Julgadas – IAC)

META 8: Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º Grau e até 31/12/2017 no 2º Grau.



META CUMPRIDA



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08
Realizado	38,77	41,49	42,76	46,66	42,82	51,71	47,23	46,09	45,01	45,92	47,74	46,33
Farelo	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	73,0%	78,2%	80,6%	87,9%	80,7%	97,4%	89,0%	86,8%	84,8%	86,5%	89,9%	87,3%
Previsto acumulado	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08
Realizado acumulado	38,77	40,44	41,13	42,48	42,56	44,30	44,76	44,92	44,93	45,02	45,24	45,30
Farelo acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	73,0%	76,2%	77,5%	80,0%	80,2%	83,5%	84,3%	84,6%	84,6%	84,8%	85,2%	85,3%
Resultados												
2016	2017	2018										
42,96	40,81	46,27										

● r >= 84,78% ● 76,3% <= r < 84,78% ● r < 67,82% ● 67,82% <= r < 76,3%

Figura 20 Gráfico - Objetivo 4 (indicador 8) Fonte:iGovPessoas

Objetivo Estratégico nº 5

Estimular a conciliação e as soluções alternativas de negociação de conflitos

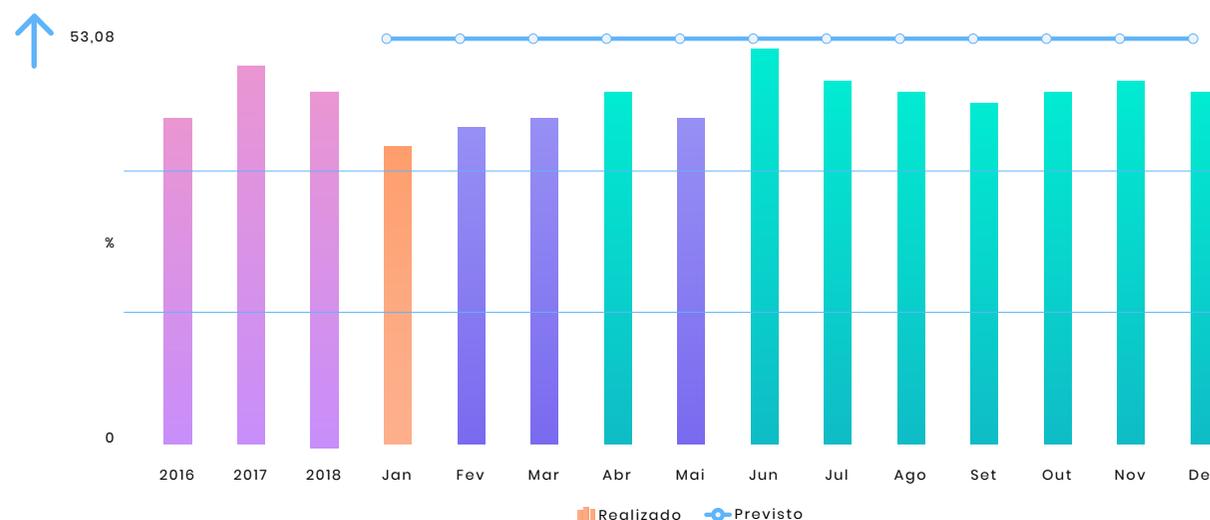
INDICADOR 9 (Índice de Conciliação – Fase de conhecimento - ICONC)

META 9 para 2019: Manter o percentual do biênio 2016/2017 no Índice de Conciliação na Fase de Conhecimento.

Obs.: adoção de cláusula de barreira a ser calculada para 2019, de acordo com as atualizações de dados até 2018.



META CUMPRIDA



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08
Realizado	38,77	41,49	42,76	46,66	42,82	51,71	47,23	46,09	45,01	45,92	47,74	46,33
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	73,0%	78,2%	80,6%	87,9%	80,7%	97,4%	89,0%	86,8%	84,8%	86,5%	89,9%	87,3%
Previsto acumulado	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08	53,08
Realizado acumulado	38,77	40,44	41,13	42,48	42,56	44,30	44,76	44,92	44,93	45,02	45,24	45,30
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	73,0%	76,2%	77,5%	80,0%	80,2%	83,5%	84,3%	84,6%	84,6%	84,8%	85,2%	85,3%
Resultados												
2016	2017	2018										
42,96	40,81	46,27										

● $r \geq 84,78\%$ ● $76,3\% \leq r < 84,78\%$ ● $r < 67,82\%$ ● $67,82\% \leq r < 76,3\%$

Figura 21 Gráfico - Objetivo 5 (indicador 9) Fonte:iGovPessoas

Objetivo Estratégico nº 6

Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes.

Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e a aplicação de mecanismos para penalizar a litigância protelatória, bem como o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.

INDICADOR 10: Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

META 10: Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior, até 2020.

Meta 10 para 2019: 52,29%

Obs.: se o índice atingir valor igual ou superior a 45%, a meta será considerada cumprida



META CUMPRIDA

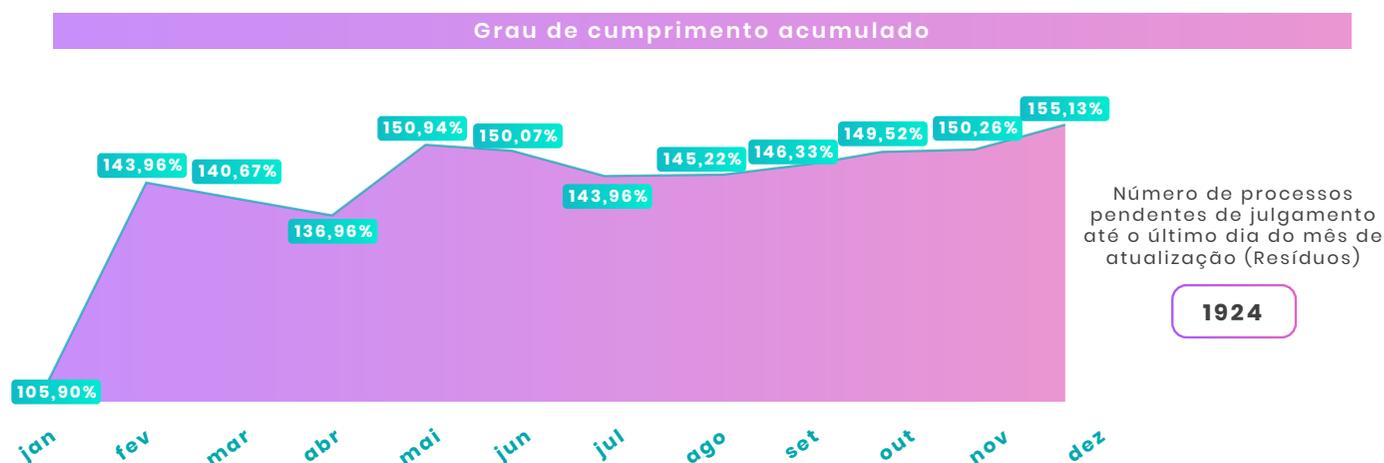


Figura 22 Gráfico - Objetivo 6 (indicador 10) Fonte:iGovPessoas

Objetivo Estratégico nº 7

Impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais

INDICADOR 11: Índice de Execução (IE)

META 11: Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.



META CUMPRIDA

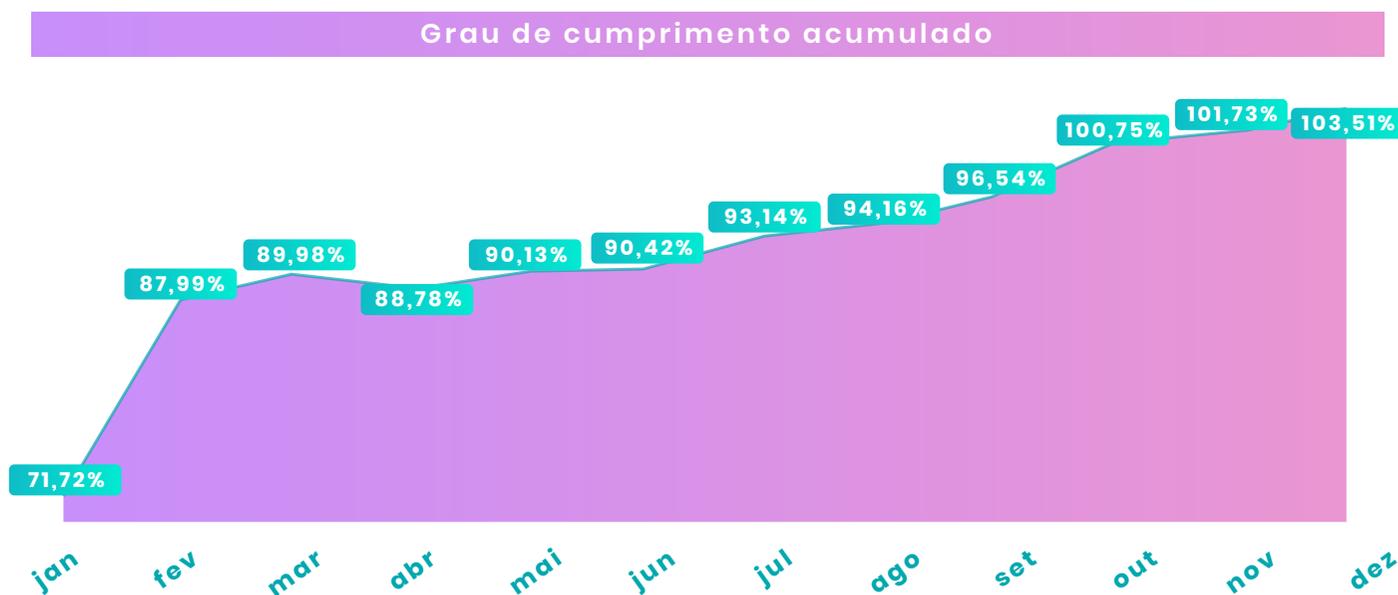


Figura 23 Gráfico - Objetivo 7 (indicador 11) Fonte:iGovPessoas

Objetivo Estratégico nº 8

Fortalecer os processos de governança e o combate à corrupção

Meta 12: Atingir o nível de capacidade aprimorado, até 2020, na avaliação iGov.

Meta para 2019: Estágio intermediário

iGov 2019: Estágio Inicial.

Fonte: Acórdão TCU 2699/2018

- 0.TRT7
- 1.Tribunal
- 2.JUD
- 3.Todos

Faixas de Classificação

- APRimorado=70 a 100%
- INTermediário=40% a 69,9%
- INIcial=15 a 39,9%
- INExpressivo=0 a 14,9%

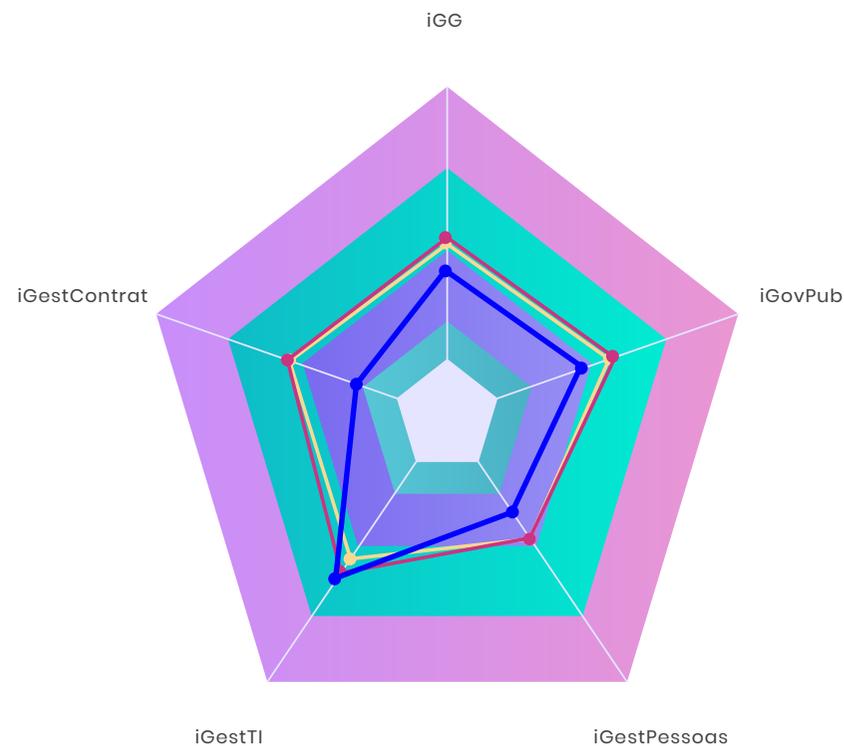


Figura 24 Gráfico - Objetivo Estratégico nº 8

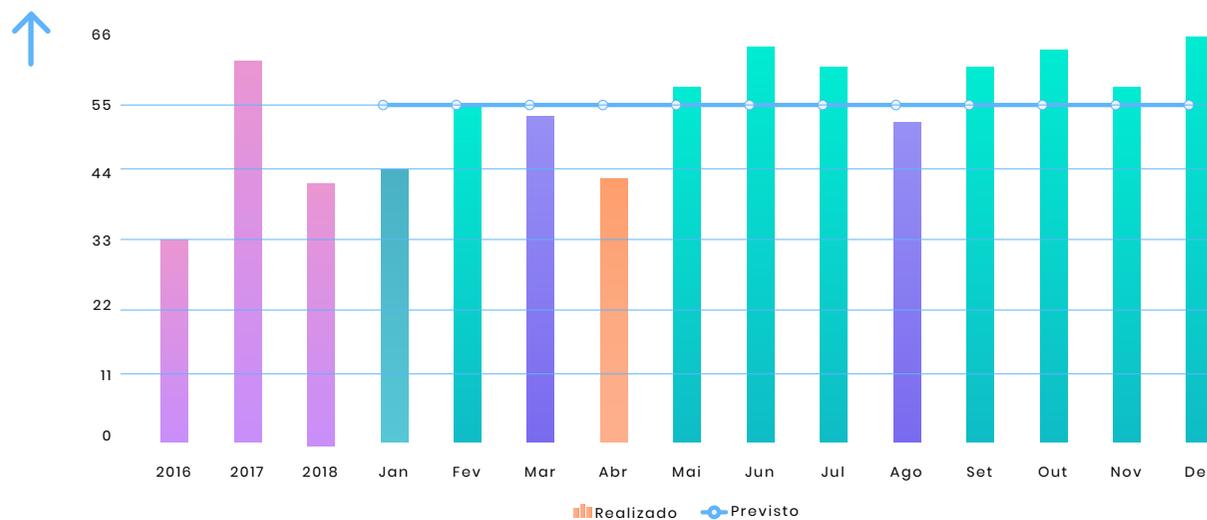
Objetivo Estratégico nº 9

Assegurar a efetividade da prestação jurisdicional e garantir os direitos da cidadania.

PRIORITÁRIO

INDICADOR 13: Índice de Alcance de Metas (IAM): indicador sintético de resultado, que permitirá ao Judiciário Trabalhista aferir a sua efetividade a partir dos dados relativos ao alcance das metas pertinentes aos demais objetivos estratégicos da Justiça do Trabalho.

META 13: Atingir e manter a pontuação entre 62 a 78 até 2020.



	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Previsto	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55
Realizado	44	55	53	43	58	64	61	52	61	64	58	66
Farol	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho	80,0%	100,0%	96,4%	78,2%	105,5%	116,4%	110,9%	94,5%	110,9%	116,4%	105,5%	120,0%
Previsto acumulado	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55
Realizado acumulado	26	48	50	50	58	60	61	59	61	66	66	66
Farol acumulado	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Desempenho acumulado	47,3%	87,3%	90,9%	90,9%	105,5%	109,1%	110,9%	107,3%	110,9%	120,0%	120,0%	120,0%
Resultados												
	2016	2017	2018									

Figura 25 Gráfico - Objetivo Estratégico nº 9 (Indicador 13)



META CUMPRIDA

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, disponibilizou recursos no montante de R\$ 415.438.097,00 para o TRT da 7ª Região, no exercício financeiro de 2019, para o desempenho da sua missão institucional, qual seja, solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a paz social e fortalecimento da cidadania. No aludido exercício não houve cancelamento de dotações orçamentárias. Os recursos ordinários, contemplados pela Lei Orçamentária Anual acima citada, foram distribuídos de acordo com a seguinte estrutura de gastos: Despesas com pessoal e encargos sociais, despesas de custeio e despesas de investimentos, conforme ilustração abaixo.

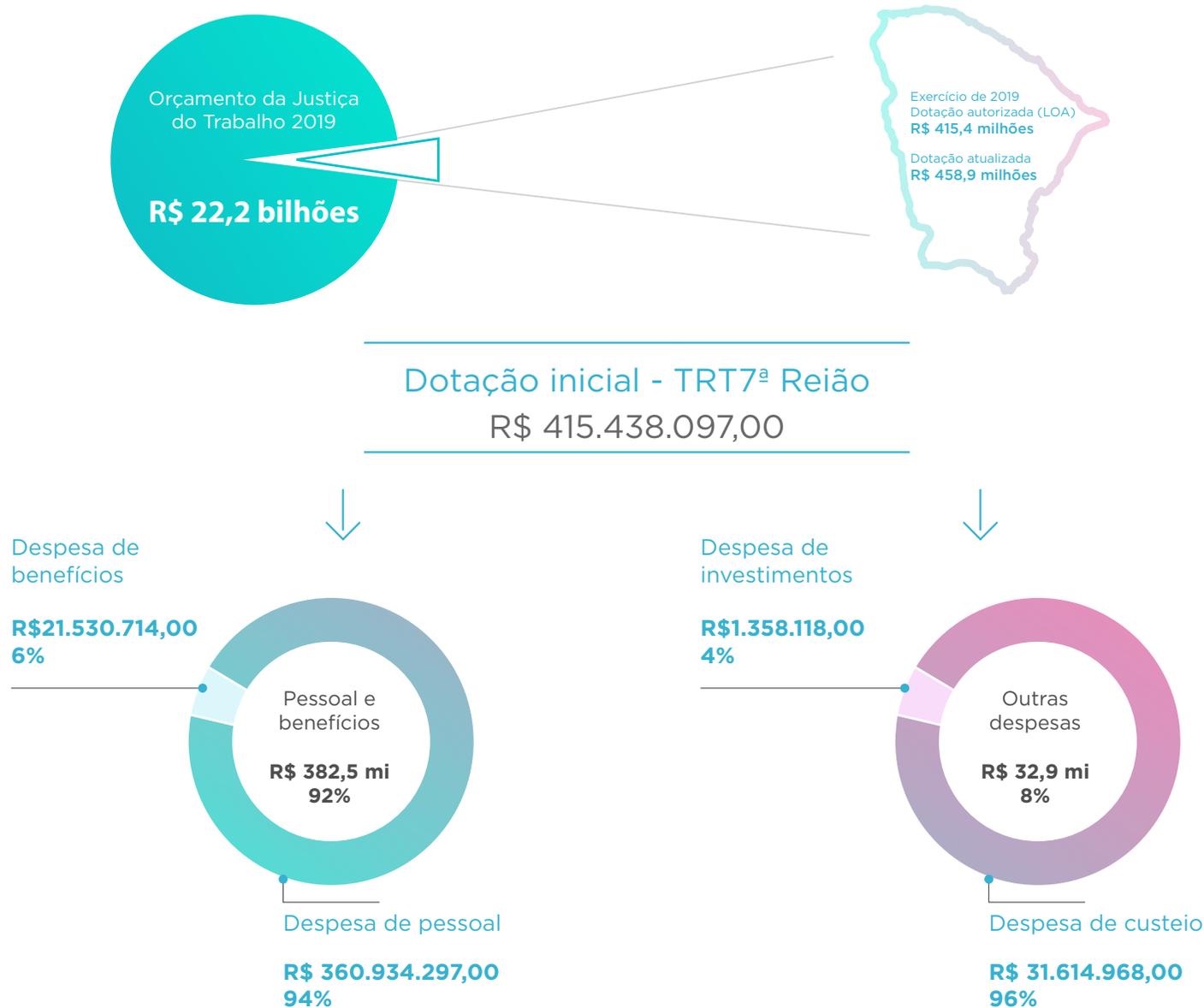


Figura 26 Gráfico - Distribuição das despesas do TRT7ª Região em 2018 (UO 15108)
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Execução orçamentária

No exercício de 2019, além da dotação inicial autorizada na LOA, foram recebidos créditos suplementares no valor total de R\$ 48.898.947,00, dentre os quais R\$ 5.476.961,00 foram cancelamentos/remanejamentos entre ações orçamentárias, perfazendo um total de dotação autorizada de R\$ 458.860.083,00. Desse montante, foram empenhadas R\$ 449.262.486,34, liquidadas R\$ 448.863.735,99 e pagas despesas no volume de R\$ 448.856.035,99, valor esse equivalente a 97,8% da dotação atualizada, representando, portanto, execução superior que a do exercício de 2018 (96,25%).

Todos os créditos suplementares recebidos para o grupo de despesas 4 (Investimentos) e 3 (Outras Despesas Correntes) - à exceção das despesas obrigatórias de pessoal e encargos - ocorreram através de oferecimento de recursos de outras ações superevitárias.



Figura 27 Gráfico - Nível da execução orçamentária - TRT 7ª Região

Ano	Despesa	Dotação autorizada (R\$)	Empenhado	(%)	Liquidado (R\$)	(%)	Pago (R\$)	(%)	RP pago(1) (R\$)
2019	Pessoal e encargos sociais	408.329.062	400.125.951	98%	400.125.951	98%	R\$ 400.125.951	98,0%	1.363.136
	Benefícios	21.530.714	21.417.427	99%	21.417.427	99%	R\$ 21.417.427	99,5%	13.694
	Custeio	27.497.189	26.469.881	96%	26.221.061	95%	R\$ 26.221.061	95,4%	966.770
	Investimentos	1.503.118	1.249.227	83%	1.099.296	73%	R\$ 1.091.596	72,6%	114.124
	Total	458.860.083	449.262.486	98%	448.863.736	98%	R\$ 448.856.036	97,8%	2.457.724
2018	Pessoal e encargos sociais	377.751.990	369.807.605	98%	367.917.042	97%	R\$ 367.917.042	97,4%	758.457
	Benefícios	21.493.833	21.322.845	99%	21.303.816	99%	R\$ 21.303.816	99,1%	168.047
	Custeio	34.602.918	31.153.288	90%	29.949.368	87%	R\$ 29.940.314	86,5%	673.245
	Investimentos	4.696.207	3.040.069	65%	2.952.228	63%	R\$ 2.924.003	62,3%	2.700.726
	Total	438.544.948	425.323.806	97%	422.122.454	96%	R\$ 422.085.175	96,2%	4.300.475
2017	Pessoal e encargos sociais	379.202.774	376.465.818	99%	372.916.828	98%	R\$ 372.916.828	98,3%	527.307
	Benefícios	22.952.390	22.517.243	98%	21.912.165	95%	R\$ 21.912.165	95,5%	567
	Custeio	30.809.641	29.431.647	96%	28.414.762	92%	R\$ 28.414.376	92,2%	1.773.621
	Investimentos	4.186.000	3.825.799	91%	1.145.578	27%	R\$ 1.094.688	26,2%	1.884.771
	Total	437.150.805	432.240.507	99%	424.389.334	97%	R\$ 424.338.057	97,1%	4.186.265

Figura 8 Tabela - Dotação e execução das despesas do TRT 7ª Região - valores em reais. Nota (1) Compreendem os restos a pagar processados e não processados pagos - Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

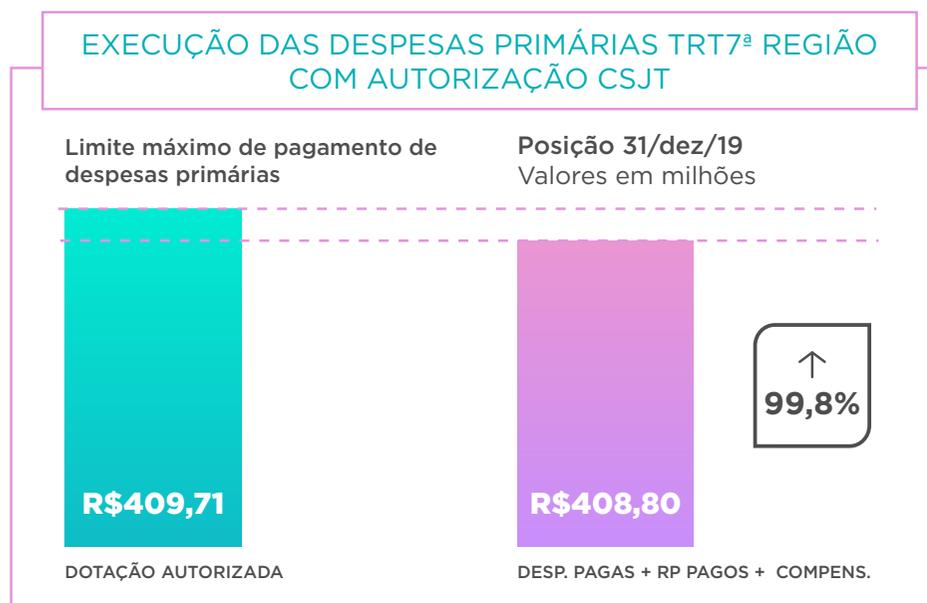


Figura 28 Gráfico - Nível da execução das despesas primárias - TRT 7ª Região

Limite de pagamentos de despesas primárias

Considerando os parâmetros estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 95/16, bem como as orientações contidas no Ato Conjunto TST/CSJT nº 5/2019, foram divulgados os limites de pagamentos de despesas primárias, no exercício de 2019, correspondentes à dotação inicial aprovada na LOA para cada Unidade Orçamentária no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, podendo ser atualizada a depender das alterações orçamentárias. Para fins de apuração de limite de pagamentos, consideraram-se, também, os restos a pagar pagos no exercício.

No aludido normativo, da mesma forma que no ano anterior, foi antecipada a data limite para emissão de notas de empenho para o dia 19 de dezembro, assim como emissão de ordens bancárias, para o dia 27 de dezembro de 2019.

Para este TRT 7ª Região foi atribuído um limite de pagamentos de R\$ 376.814.900,00, desconsiderado desse montante o valor relativo às despesas financeiras - contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (Ação 09HB). Ao final do exercício, esse limite foi atualizado, em razão dos créditos suplementares, para cifra de R\$ 409.709.792,00.

Considerando o impacto de despesas de restos a pagar no orçamento de 2019, por meio do ofício CSJT SEOFI nº 57/2019, atendendo solicitação deste Regional, foi possível elevarmos nosso nível de execução orçamentária para pagamento dos restos a pagar no importe de R\$ 1,4 milhão.

O montante de pagamentos realizados em 2019 – incluídos os pagamentos decorrentes de restos a pagar – pode ser verificado na tabela a seguir. Levando-se em conta os valores autorizados pelo CSJT para compensação de restos a pagar pagos, registre-se que foi observado o referido limite.

Grupo de despesas	Despesas pagas (R\$)	Restos a pagar pagos (R\$)	Totais (R\$)
Investimentos	1.091.596,44	114.124,16	1.205.720,60
Outras despesas correntes	47.638.488,69	980.463,53	48.618.952,22
Pessoal e encargos	358.993.160,76	1.362.842,62	360.356.003,38
Total	407.723.245,89	2.457.430,31	410.180.676,20

Tabela 9 - Montante pago em 2019 – despesas primárias – TRT7ª Região - Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

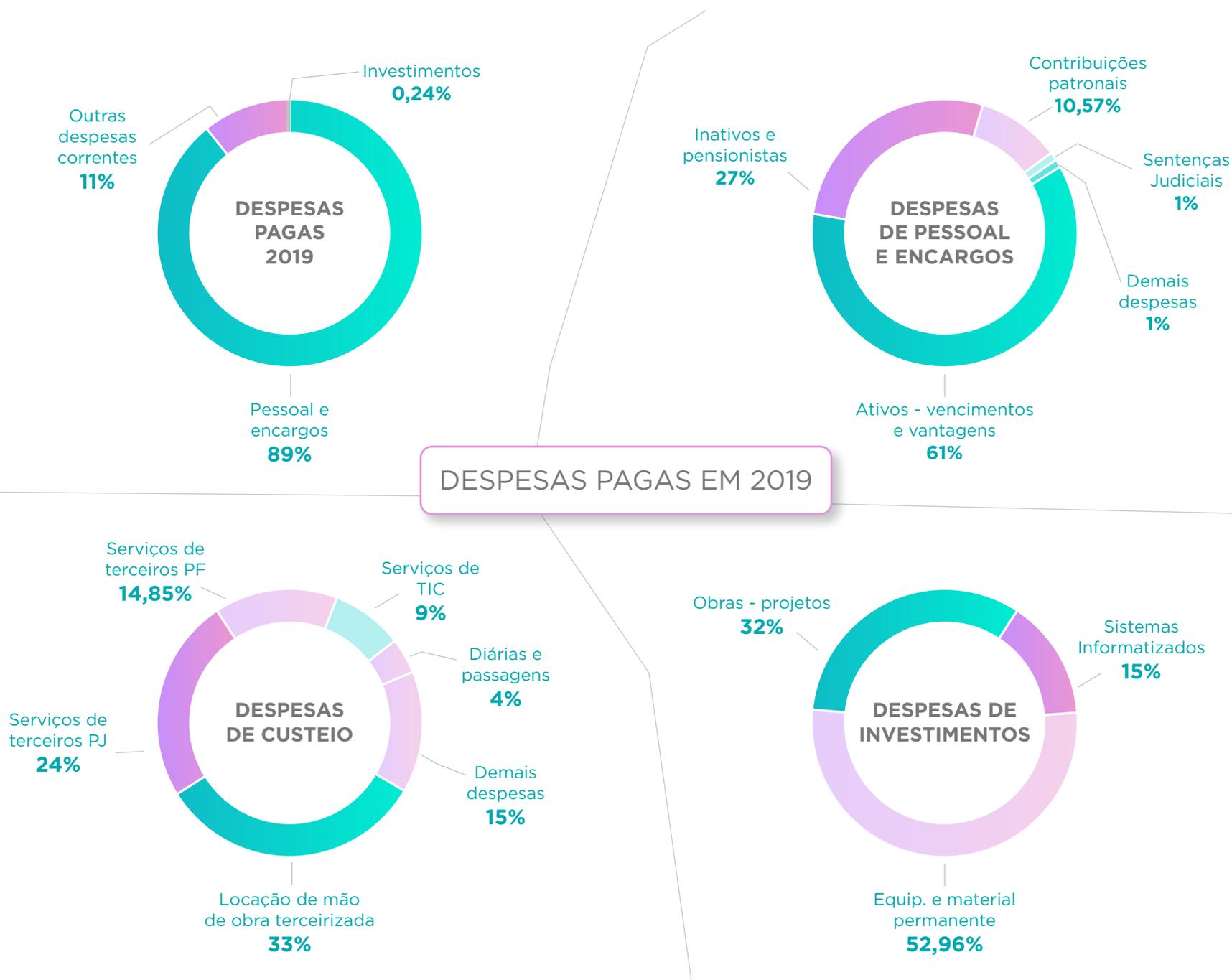


Figura 29 Gráfico - Despesas Pagas em 2019

Valores pagos por grupo e elemento de despesa (R\$)

Elemento de despesa - Pessoal e encargos	2019 (R\$)	2018 (R\$)	2017 (R\$)
11-Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	240.202.380	218.497.826	208.777.077
01-Aposent.RPPS, reser.remuner. e refor.militar	88.746.429	75.576.692	70.550.750
13-Obrigações patronais	41.339.766	40.623.215	39.592.535
03-Pensões do RPPS e do militar	20.583.508	18.849.844	18.223.364
Demais Elementos	9.253.866	14.369.463	35.773.100
Total	400.125.951	367.917.042	372.916.828

Elemento de despesa - custeio	2019 (R\$)	2018 (R\$)	2017 (R\$)
46-Auxílio-alimentação	11.044.671	11.143.982	11.084.913
93-Indenizações e restituições	9.777.813	9.049.638	8.996.131
37-Locação de mão de obra	8.621.810	8.071.923	7.619.134
39-Outros serviços de terceiros PJ	6.437.735	7.018.809	10.823.119
91-Sentenças judiciais	21.853	3.971.448	3.992.490
36-Outros serviços de terceiros PF	3.892.793	3.846.190	1.080.177
40-Tecnologia da informação e comunicação	2.295.461	2.579.734	6.730.577
Demais Elementos	5.546.353	5.562.405	-
Total	47.638.489	51.244.130	50.326.541

Elemento de despesa - investimentos	2019 (R\$)	2018 (R\$)	2017 (R\$)
52-Equipamentos e material permanente	578.119	1.510.779	605.417
40-Tecnologia da informação e comunicação	159.990	1.401.474	-
51-obras e instalações	353.487	11.750	483.638
Demais elementos	-	-	5.634
Total	1.091.596	2.924.003	1.094.688

Tabelas 10 - Valores pagos por grupo e elemento de despesa

Execução física e financeira

Execução física						Execução financeira	
Ação Orçamentária	Plano Orçamentário	Meta LOA	Unidade medida	Realizado	Resultado	Valores pagos (R\$)	% Execução
4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - 0023 no Estado do Ceará	4256 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	87.294	Processo julgado unidade	66.405	76%	25.447.825,02	94,0%
	0000 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	--	--	--	--	23.194.802,30	95,6%
	0001 - Manutenção e Gestão dos Serviços e Sistemas de TI	1	Sistema mantido	1	100%	1.248.230,88	72,7%
	0002 - Capacitação de Recursos Humanos	650	Servidor capacitado	731	112%	810.553,23	97,4%
	0005 - Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	70	Magistrado capacitado	72	103%	194.238,61	76,8%
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores - 0023 no Estado do Ceará	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	2.995	Pessoa beneficiada	3.097	103%	8.018.447,23	99,7%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - 0023 no Estado do Ceará	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes	--	--	--	--	13.398.980,10	99,4%
	0001 - Assistência Pré-Escolar	247	Pessoa beneficiada	213	86%	2.141.050,65	99,5%
	0003 - Auxílio Transporte de Civis	30	Pessoa beneficiada	22	73%	62.970,34	95,4%
	0005 - Auxílio Alimentação de Civis	1.045	Pessoa beneficiada	1.033	99%	11.044.670,81	99,8%
	0009 - auxílio Funeral e Natalidade de Civis	--	--	--	--	150.288,30	77,6%
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou auxílio-alimentação a Agentes Públicos - 0023 no Estado do Ceará	AMOA - Ajuda de Custo para Moradia ou auxílio-alimentação a Agentes Públicos	2	Agente público beneficiado - unidade	3	150%	46.584,59	100,0%
219I - Publicidade Institucional e de utilidade pública - 0023 no Estado do Ceará	0000 - Publicidade Institucional e de utilidade pública	975	Matéria veiculada - unidade	1.487	153%	172.962,29	88,5%
4224 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes - 0023 - no Estado do Ceará	0000 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes	2.500	Pessoa assistida - unidade	2.533	101%	1.645.285,90	97,2%

O valor total pago no exercício de 2019 importou em R\$ 448,8 milhões, dos quais 89,1% corresponderam a despesas de pessoal e encargos sociais. Considerando os pagamentos de obrigações decorrentes de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar) na quantia de R\$ 2,46 milhões, a execução financeira total se elevou para R\$ 451,3 milhões.

Os dados do acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias quantificam a produção de bens e serviços ofertados à sociedade, indicados pelos produtos das ações e dos planos orçamentários, coletando informações referentes à efetiva entrega dos produtos orçamentários. Da análise do quadro de indicadores e do gráfico abaixo, verifica-se que o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região alcançou a maioria das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual/2019, em ambos os graus de jurisdição, superando em alguns casos até mais de 50%. Ressalva apenas no não cumprimento de quatro das onze metas definidas (Apreciação de causas - processos julgados - 76%, Assistência Pré-Escolar - 86%, Auxílio Transporte de Civis - 73% e Auxílio-alimentação - 99%). Todos os dados e informações foram tempestivamente encaminhados para a Secretaria do Tesouro Nacional por intermédio do Sistema SIOP.

Tabela 11 - Execução física e financeira em 2019 - Unidade Orçamentária: 15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará

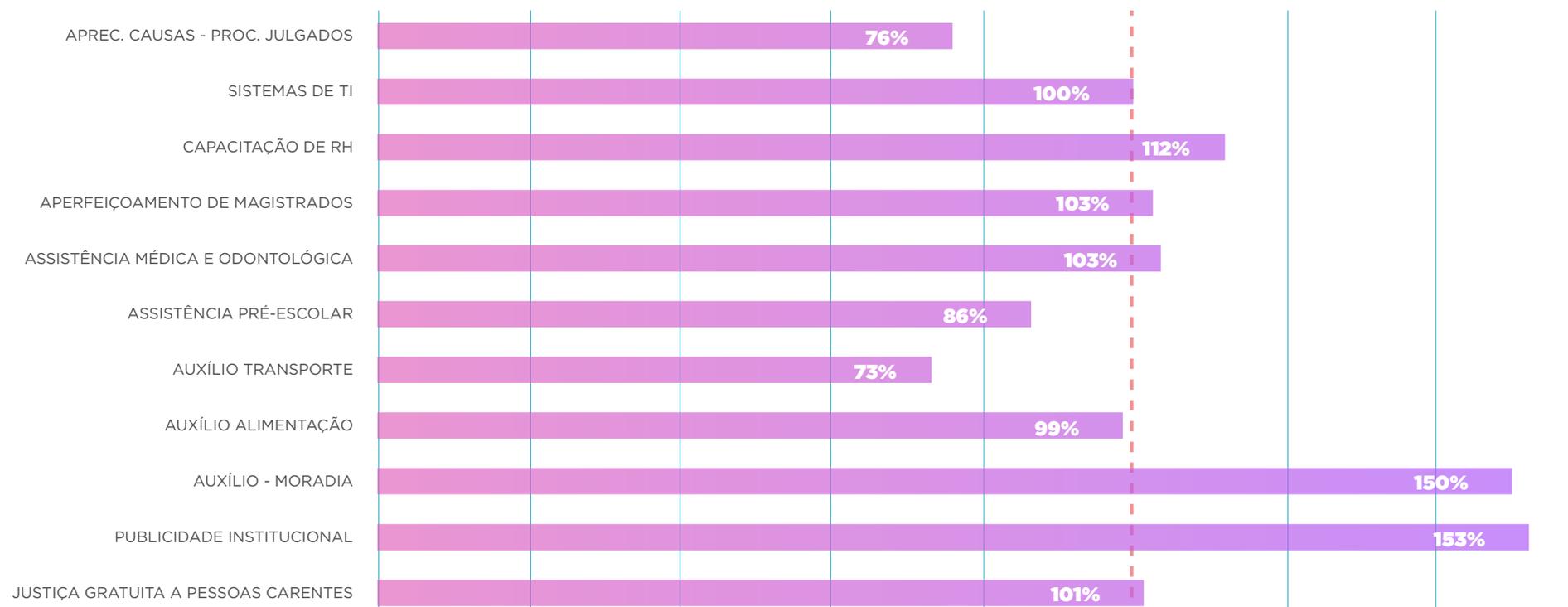


Figura 30 Gráfico - percentual de cumprimento das metas físicas em 2019 por Ação Orçamentária/Plano Orçamentário - Nota (1) – Houve execução de despesas relativas a auxílio moradia apenas a servidores. - Para magistrados a execução ficou restrita em face das novas regras da Resolução CNJ nº 274/2018

Inscrições em restos a pagar

No exercício financeiro de 2019, foi inscrito e reinscrito o volume de R\$ 409.075,07 de restos a pagar (RP), relativamente a esta Unidade Orçamentária (15108), representando um decréscimo de R\$ 5,94 milhões (94%) em relação à inscrição ocorrida no exercício de 2018 (R\$ 6,35 milhões). Os recursos em restos a pagar inscritos e reinscritos foram assim distribuídos por grupo de despesas: R\$ 251.444,30 em despesas de custeio e R\$ 157.630,77 em despesas de investimentos. Não houve inscrição em restos a pagar para despesas de pessoal.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, regulamentado no âmbito da Justiça do Trabalho pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 5/2019, os limites de pagamento para cada órgão deverão observar os restos a pagar pagos no exercício, ou seja, os RP pagos no exercício concorrem com os pagamentos do próprio orçamento.

O Gráfico a seguir informa a evolução do estoque de restos a pagar dos últimos três anos. Verifica-se uma redução substancial de 94% em relação ao ano anterior, valendo destacar que seu percentual em relação ao orçamento deste Tribunal é o menor da série (0,09%).

A redução do estoque de RP pode ser atribuída a importantes fatores, tais como: limitação de prazo para empenho e pagamento para os dias 19/12 e 28/12, respectivamente, gestões realizadas ao longo do ano, mediante reuniões periódicas e o envolvimento dos gestores de contratos na remessa tempestiva dos processos administrativos para pagamento dentro do próprio exercício, cancelamento dos RP inscritos, reduzindo assim o volume de restos a pagar para 2020, o menor dos últimos 3 anos.



Figura 31 Gráfico - Evolução do estoque de RP – TRT7ª Região – 2017 a 2019 - Percentual do RP x orçamento (dotação atualizada)

Despesas por Modalidade de Contratação

Ano	Modalidade de contratação	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
2019	Pregão	18.188.202	17.822.007	17.814.307
	Dispensa de licitação	4.014.919	3.992.510	3.992.510
	Inexigibilidade	1.203.813	1.193.666	1.193.666
	Suprimento de fundos	-	-	-
	Não se aplica(1)	425.855.552	425.855.552	425.855.552
	Total de despesas	449.262.486	448.863.736	448.856.036
2018	Pregão	21.036.510	19.924.756	19.888.487
	Dispensa de licitação	3.949.630	3.875.948	3.875.948
	Inexigibilidade	1.308.540	1.260.304	1.260.304
	Suprimento de fundos	-	-	-
	Não se aplica	399.029.126	397.061.446	397.060.436
	Total de despesas	425.323.806	422.122.454	422.085.175
2017	Pregão	18.823.257	15.335.496	15.284.364
	Tomada de preço	527.401	473.949	473.949
	Dispensa de licitação	4.653.291	4.596.572	4.596.428
	Inexigibilidade	1.243.794	1.194.819	1.194.819
	Suprimento de fundos	-	-	-
	Não se aplica(1)	406.992.763	402.788.497	402.788.497
	Total de despesas	432.240.507	424.389.334	424.338.057

Tabela 12 - Unidade Orçamentária: TRT 7ª Região 15108 - Valores em R\$

Nota(1): corresponde a empenhos de pessoal, benefícios, diárias, etc, não enquadráveis em licitação.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

O quadro acima demonstra a despesa realizada por modalidade de contratação, nos três últimos exercícios, atinentes às Leis nºs 4.320/64, 8.666/93, 10.520/2002, e suas alterações, e ao Decreto nº 93.872/86, segregadas em despesas empenhadas, liquidadas e pagas no exercício, de recursos próprios consignados na LOA deste Tribunal.

Verifica-se que a despesa empenhada na modalidade de contratação previstas na Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 (Pregão) e no Decreto nº 5.450/05 (Pregão Eletrônico), representou em termos de valores 78% em 2019, percentual levemente inferior ao de 80% no exercício de 2018. A redução das despesas discricionárias do órgão e o aumento do limite dos valores de dispensa de licitação, por meio do Decreto Federal nº 9.412, do segundo semestre de 2018, podem de certo modo terem provocado um pequeno deslo-

camento das contratações por licitação para a modalidade de dispensa. De todo modo, vale destacar a preferência deste Tribunal pelas contratações mediante Pregão, em sua forma eletrônica, por entender-se que esta modalidade de licitação possibilita a obtenção de melhores preços para a Administração Pública, face à universalidade e a rapidez das informações por meio da utilização da Internet. No exercício de 2019, não houve empenhos de despesas na modalidade concorrência, tomada de preços ou convite.

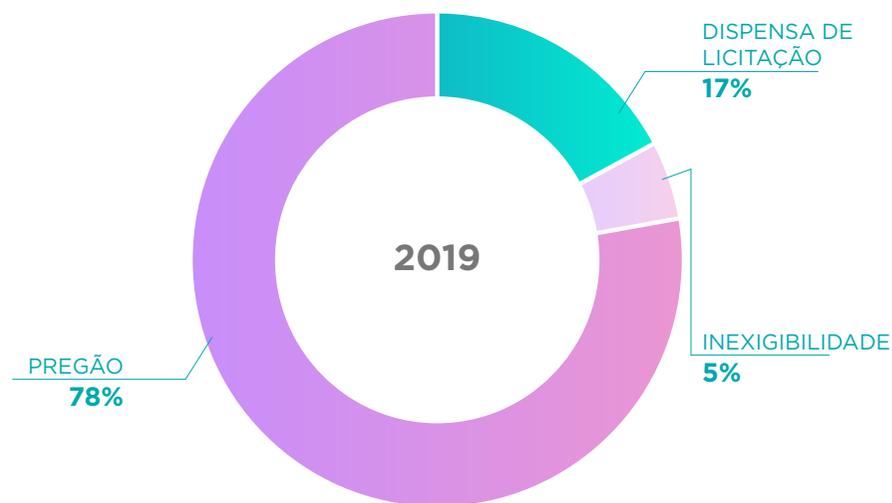


Figura 32 Gráfico - Gráfico de distribuição em percentual das despesas empenhadas por modalidade de contratação - excetuada a modalidade não se aplica.

As contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação foram devidamente fundamentadas com base nos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993, respectivamente, e ratificadas pela autoridade competente deste órgão, correspondendo a 17% e 5% do valor total empenhado das contratações realizadas em 2019. As contratações efetivadas com supedâneo nos referidos artigos da Lei de Licitações correspondem, principalmente, às despesas com locação de imóveis, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e esgoto, serviços postais, entregas e encomendas – ECT, serviço de TIC, contratação de serviços de treinamento, dentre outros.

Observa-se que não se aplica modalidade de contratação para as despesas de pessoal e encargos sociais, diárias, benefícios, despesas com indenizações e restituições a servidores, despesas de custeio a magistrados, assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, bem como outras sem enquadramento nas leis acima citadas e empenhadas na modalidade “não se aplica” no Grupo de Natureza de Despesa 3. Por fim, vale destacar que no exercício de 2019, este Tribunal não realizou transações por intermédio de suprimento de fundos.

Evolução do orçamento TRT7ª Região

De acordo com as regras previstas na Emenda Constitucional 95/2016, foi utilizado o indexador IPCA acumulado de 3,0% na Proposta Orçamentária de 2020. Considerando o fim da regra da compensação de 0,25% do Poder Executivo, previsto no art. 107 § 7º e 8º da aludida Emenda Constitucional, a Justiça do Trabalho sofreu redução da ordem de R\$ 1,2 bilhão. Conforme se observa no quadro a seguir, a LOA do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região para o exercício de 2020 reduziu R\$ 11,7 milhões (-2,5%) em seu total comparado à LOA/2019, não estando contabilizada a reserva de contingência de R\$ 363.047,00.

Evidencia-se do referido gráfico que a dotação destinada para benefícios (auxílio alimentação, médico-hospitalar, auxílio pré-escolar etc) permaneceu praticamente em patamar constante, com pequena variação ao longo do período. Por outro lado, as despesas de custeio das atividades e investimentos vêm sofrendo significativa redução ao longo dos anos da ordem de R\$ 11,3 milhões, decorrente dos cortes em toda a Justiça do Trabalho, exigindo da Administração ações para compatibilizar o orçamento ao contexto orçamentário disponível mediante redução de contratos e alternativas de soluções que impactem menores custos.

Despesas	LOA 2019 (1) (R\$)	LOA 2020 (R\$)	Variação 2018/2019 (R\$)	
Pessoal e encargos	408.329.062	397.990.728	-10.338.334	-2,5%
Benefícios	21.530.714	21.168.130	-362.584	-1,7%
Custeio	27.497.189	26.684.566	-812.623	-3,0%
Investimentos	1.503.118	1.246.872	-256.246	-17,0%
Reserva de contingência	-	363.047	363.047	-
TOTAL	458.860.083	447.453.343	-11.769.787	-2,5%

Tabela 13 - Evolução orçamentária TRT7 2019-2020 - (1) LOA 2019 – dotação atualizada.



Figura 33 Gráfico - Evolução orçamentária TRT7 2018-2020 por categoria de despesa

Recursos descentralizados

Os recursos descentralizados não fazem parte do orçamento deste Regional. Trata-se de verbas repassadas por meio de destaque (descentralização externa) ou provisão (descentralização interna) para o TRT7, para que este no papel de Unidade Gestora possa executá-los. Os recursos recebidos por destaque de outros órgãos da Administração Pública são destinados ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, na forma de precatórios. Assim, o orçamento total atualizado em favor deste Tribunal importou em R\$ 479.192.942,71, considerados os créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual, os créditos adicionais e as descentralizações recebidas cuja execução destas últimas alcançou um percentual muito próximo a 100%, evitando ao mínimo saldos em restos a pagar, conforme se verifica do quadro abaixo.

Unidade orçamentária	Ação/Plano Orçamentário	Provisão/ Destaque (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
15101-Tribunal Superior do Trabalho	4256-0006- Trabalho Seguro	14.978,97	14.978,97	14.978,97	14.978,97
	4256-0007- Combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem	23.977,18	23.977,18	23.977,18	23.977,18
	2C73-0000 - Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	1.431.621,07	1.431.621,07	1.431.621,07	1.409.841,07
	20G2-0000 - Formação e aperfeiçoamento de magistrados	32.400,00	32.400,00	32.400,00	32.400,00
15126-Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1P66-0000- Modernização de instalações físicas da justiça do trabalho	275.000,00	274.999,98	274.999,98	274.999,98
26233-Universidade Federal do Ceara	0005-0001 - Precatórios	56.335,00	56.335,00	56.335,00	56.335,00
71103 - Encargos Financeiros da União-Sentenças judiciais	0005-0001 - Precatórios	17.699.765,00	17.699.765,00	17.699.765,00	17.699.765,00
	0625-0001 - Requisições de pequeno valor	798.782,49	794.831,16	794.831,16	794.831,16
Total		20.332.859,71	20.328.908,36	20.328.908,36	20.307.128,36

Tabela 14 - Execução de despesas com recursos descentralizados em 2019. Valores em reais. - Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



Figura 34 Foto - Mesa de encerramento do Congresso contou com ministros do TST e desembargadores do TRT/CE



Figura 35 Foto - Sala de Sessões do Pleno do TRT/CE é reinaugurada com implementos de acessibilidade

Precatórios e Requisições de pequeno valor

Origem	Quantidade de processos	Provisão/Destaque (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)
0005-Sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios)	08	17.756.100,00	17.756.100,00	17.756.100,00	17.756.100,00
0625-Sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor	48	798.782,49	794.831,16	794.831,16	794.831,16
Total	56	18.554.882,49	18.550.931,16	18.550.931,16	18.550.931,16

Tabela 15 - Execução de despesas com precatórios e requisições de pequeno valor em 2019 - Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os créditos orçamentários oriundos de destaque (descentralizações externas) de Órgãos da Administração Direta e Indireta foram destinados ao pagamento de precatórios da Justiça do Trabalho, cadastrados no SIAFI pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT. Do montante autorizado na Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado – consignou-se para o cumprimento de precatórios o valor de R\$ 17.756.100,00. No tocante às provisões (descentralizações internas) para pagamento de RPV, foi descentralizada a cifra de R\$ 798.782,49. Da leitura do gráfico a seguir, houve um incremento em mais de 50% do número de processos executados em relação ao ano anterior, com reflexo em quase o dobro de recursos financeiros executados.

A gestão dos precatórios no âmbito deste Tribunal é de competência da Divisão de Precatórios Requisitórios e Cálculos Judiciais, restando a atribuição quanto aos procedimentos de execução da despesa, após a devida ordenação pela autoridade competente, à Divisão de Orçamento e Finanças. De um modo geral, não tem ocorrido óbice em se dar cumprimento à execução dos pagamentos de precatórios da União e Requisições de Pequeno Valor (RPV), visto que, até o presente, os recursos requeridos tem sido repassados no devido tempo, permitindo, assim, que todos os precatórios e RPs sejam pagos.

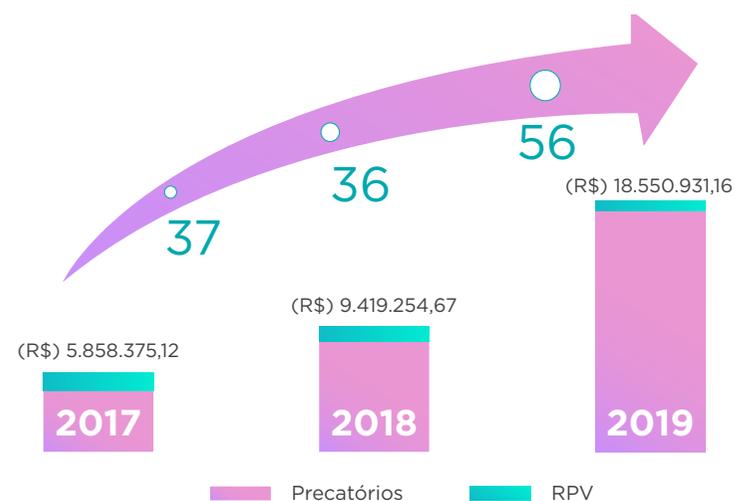


Figura 36 Gráfico - Evolução da execução de despesas – Qte processos e valores

A gestão de custos na Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho, em atendimento à determinação do art. 50, §3º, da Lei Complementar 101/2000, iniciou, em 2007, estudos preliminares para criação de um sistema de custos que permitisse o acompanhamento da sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A partir da criação do Grupo de Trabalho de Custos (Ato CSJT.GP.SG nº 398, de 29 de outubro de 2013), o processo de implantação do Sistema de Custos (SIC-JT) foi qualificado como um projeto, acompanhado pela Meta Estratégica nº 9 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), cuja implantação total está prevista para o final do exercício de 2020. O projeto piloto do sistema próprio foi desenvolvido e implantado no TST, entretanto, teve sua ampliação suspensa devido aos altos custos para aquisição de licenças de software necessárias para a extração de dados, e da diversidade de sistemas corporativos em uso nos tribunais regionais, que dificultariam o processo.

Tendo em vista as limitações presentes, e postergando a retomada da implantação do SIC-JT nos moldes inicialmente estabelecidos, o Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG nº 320/2017, deliberou sobre a utilização da ferramenta de detalhamento de custos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Utilizando a métrica disponível, verifica-se que em 2019 o total dos Custos Diretos foi de R\$ 16,09 bilhões, cerca de 0,90% maiores que no ano anterior.

Para refinamento da informação, foram selecionadas e agrupadas, em 22 objetos de custos, as contas de Natureza de Despesa Detalhada, que combinadas à segregação por instância judicial, geraram um total de 88 Centros de Custos possíveis. O enfoque encontra legalidade na Portaria STN 157/11, no §2º do Art. 3º, que amplia a utilização do SIC-Gov às unidades de gestão interna do Poder Judiciário, classificando-as como órgãos setoriais.

Em 2019, o CGSIC-JT desenvolveu e distribuiu - a todos os Tribunais Regionais do Trabalho - uma Cartilha Técnica com instruções para a implantação da Gestão de Custos. O documento detalhou as premissas básicas da metodologia utilizada, a rotina de registro no SIAFI, os objetos de custos, a codificação dos centros de custos e os critérios de definição de competência. Dessa forma, a partir de abril/2019, todos os TRT's e o TST passaram a ter a obrigatoriedade de preencher o campo de Detalhamento de Centro de Custos, que alimenta o SIC-Gov.

Atualmente é possível elaborar e emitir diferentes relatórios para análise. Validando o que diz a STN sobre as ferramentas disponibilizadas pelo Governo Federal, esse é o primeiro estágio da mensuração de custos, e a partir deste ponto, à instituição é dada a liberdade de customizar e adaptar os dados extraídos, utilizando, para isso, sistemas próprios para aperfeiçoamento da informação. Na Justiça do Trabalho, isso será possível quando houver a integração ao seu Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira (SIGEO-JT),



Figura 37 Gráfico - Custos Diretos da Justiça do Trabalho - Fonte: Tesouro Gerencial (em 06/02/2020)

Nota: Utilizada a métrica de Custo Direto, uma vez que o Detalhamento de Custos não ocorreu em todo o exercício de 2018.

solicitada em Dezembro de 2019 com a apresentação do Documento de Oficialização da Demanda de STIC (DOD).

Os Centros de Custos cadastrados para a Justiça do Trabalho permitem a organização temática dos recursos consumidos, de forma a disponibilizar informações de caráter gerencial. Para isso, definiu-se, como premissas básicas que: inicialmente os custos de pessoal não serão detalhados, apenas alocados em centros de custos genéricos; o foco das análises será dado nos custos mais relevantes e de maior impacto no custeio das unidades; e os custos serão segregados, na medida do possível, de acordo com a instância judicial a qual se destinam.

A utilização do SIC-Gov possibilita a análise dos custos diretos relacionados aos programas governamentais, entretanto, a

série histórica anual está em construção, tendo em vista que as informações passaram a ser inseridas em todos os tribunais em abril/2019. À medida que os dados lançados aumentarem a amostra, projeções e estimativas de custos serão mais efetivas.

A informação de custos amplia a capacidade gerencial dos administradores públicos, ao subsidiar os processos decisórios e permitir a análise entre os recursos utilizados e os resultados atingidos na prestação de serviço. Nesse sentido, o gerenciamento de custos pode evidenciar as melhores práticas e identificar pontos de melhoria, com vistas à melhoria da qualidade do gasto, considerando os conceitos legais de economicidade, eficiência, eficácia.

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Nota: Utilizada a métrica de Detalhamento de Custos.

Principais desafios e ações futuras

Significativa redução na Proposta orçamentária da Justiça do Trabalho do exercício de 2020 em R\$ 1,2 bilhão, aproximadamente, em face do fim da compensação do limite orçamentário do Poder Executivo para outros Poderes, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 95/2016;

Limitações de execução financeira, haja vista que os limites de pagamento devem observar os restos a pagar pagos no exercício;

Revisão dos serviços de mão de obra terceirizada e estagiários, já aplicada em 2019, com impactos no decorrer de 2020;

Suspensão, no exercício financeiro de 2020, do pagamento de despesas de exercícios anteriores de passivos administrativos a magistrados e servidores;

Redução do quadro de servidores em face de aposentadoria sem uma perspectiva efetiva de nomeação;

Avaliação e proposição de alternativas em relação às despesas públicas, para maior racionalização e ajuste às restrições fiscais;

Revisão dos modelos das contratações visando alternativas mais eficientes em relação ao gasto público;

Conscientização dos servidores quanto ao cenário restritivo, o que foi apresentado por meio de reuniões e nos programas da Administração Itinerante;

Fortalecimento das ações internas para utilização do consumo consciente, tais como exemplo o Plano de Logística Sustentável.

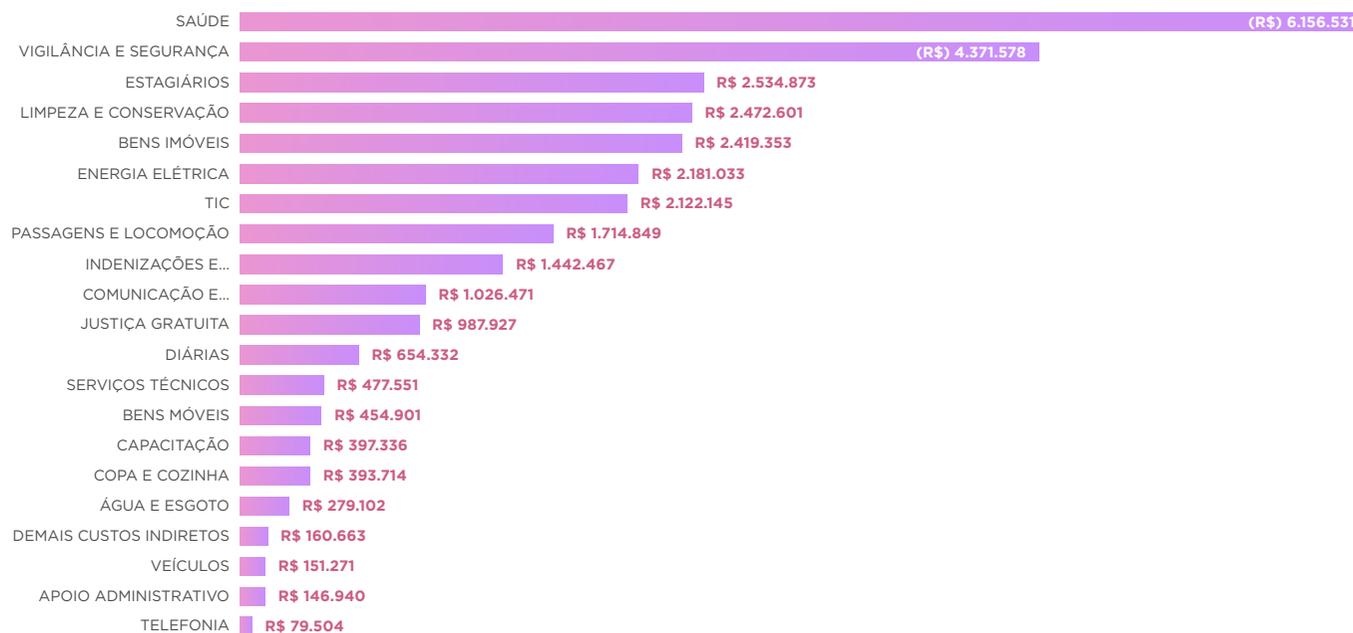


Figura 38 Gráfico - Custos do TRT7ª Região por CC em 2019 (sem pessoal)



Figura 39 Gráfico - Centro de Custo por Instância

GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade Legal:

A conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas através do controle e entrega das declarações de Bens e Rendas / autorizações de acesso dos servidores/magistrados, do controle e acompanhamento dos registros de informações no E-Pessoal, do atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle. No ano de 2019 todos os servidores entregaram a declaração de acesso, conforme dispõe a Lei nº 8730, de 10/11/93, c/c a IN TCU nº 67/2011, bem como os atos de admissão, aposentadoria e concessão de pensão civil foram devidamente registrados no Sistema E-Pessoal, dentro do prazo estabelecido no art.7º da IN TCU nº 78/2018.

Avaliação da força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício;

Quadro 1 - Força de trabalho				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Auto-rizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1007	1097	27	35
1.1. Membros de poder e agentes políticos	83	82	0	1
1.1.1 Desembargadores	14	14	1	1
1.1.2 Juizes Titulares de Varas	37	36	0	1
1.1.3 Juizes Substitutos	32	32	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4+1.2.5)	924	1015	26	33
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		852	22	16
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório no TRT7		13	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	72	2	10
1.2.4.1 Servidores requisitados de outros órgãos do JT		1	0	4
1.2.4.2 Servidores requisitados de outros órgãos afora JT		71	2	6
1.2.5 Servidores removidos de outros Tribunais Federais		78	2	7
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	7	2	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		1104	29	35
		1104		

Tabela 16 - Quadro 1 – Força de Trabalho
Fonte: Divisão de Recursos Humanos/Setor de Informações Funcionais

Quadro 2 - Distribuição da Lotação Efetiva		
Tipologias dos Cargos	Área Meio	Área Fim
1. Membros do poder/magistrados	0	82
1.1.1 Desembargadores	-	14
1.1.2 Juizes Titulares de Varas	-	36
1.1.3 Juizes Substitutos	-	32
2. Servidores de Carreira	311	704
2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	269	583
2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	6	7
2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	60
2.4.1 Servidores requisitados de outros órgãos da JT	0	1
2.4.2 Servidores requisitados de outros órgãos afora a JT	12	59
2.5 Servidores removidos de outros Tribunais Federais	24	54
3. Servidores com Contratos Temporários	-	-
4. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	5
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	313	791

Tabela 17 - Quadro 2 – Distribuição da Lotação Efetiva
Fonte: Divisão de Recursos Humanos/Setor de Informações Funcionais

Quadro 3 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	86	86	22	21
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	86	22	21
1.2.1. Servidor de carreira vinculado ao TRT7	-	74	19	18
1.2.2. Servidor de carreira vinculado a outros Tribunais	-	2	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	3	1	2
1.2.4. Sem Vínculo	-	7	2	0
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	535	535	141	135
2.1.1. Servidores do quadro de pessoal permanente do TRT7		428	116	112
2.1.2. Servidor do quadro de pessoal permanente de outros Tribunais		42	19	17
2.1.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	65	6	6
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	621	621	163	156

Tabela 18 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
 Fonte: Divisão de Recursos Humanos/Setor de Informações Funcionais

b) Qualificação da força de trabalho

Segundo levantamento realizado no Sistema Mentorh o grau de escolaridade da força de trabalho é de aproximadamente:

Quadro 4 - Qualidade da Força de Trabalho

ESCOLARIDADE	PERCENTUAL
DOUTORADO	0,10%
MESTRADO	2,15%
ESPECIALIZAÇÃO	56,56%
SUPERIOR COMPLETO	30,43%
SUPERIOR INCOMPLETO	1,57%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	8,90%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	0,20%
ENSINO FUNDAMENTAL	0,10%
TOTAL SERVIDORES	1022

Tabela 19 - Quadro 4 - Qualidade da Força de Trabalho

Quadro 5 - Força de Trabalho por Idade

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	%
20-29	19	1,86
30-39	304	29,75
40-49	247	24,17
50-59	371	36,30
60-69	77	7,53
70-75	4	0,39
TOTAL	1022	100

Tabela 20 - Quadro 5 - Força de Trabalho por Idade

Quadro 6 - Força de Trabalho por Gênero

GÊNERO	QUANTIDADE	%
MASCULINO	526	51,47
FEMININO	496	48,53
TOTAL	1022	100

Tabela 21 - Quadro 6 - Força de Trabalho por Gênero

Quadro 7- Distribuição de Servidores com Deficiência

GÊNERO	DEFICIÊNCIA					
	AUDITIVO	VISUAL	FÍSICA	% DEFICIENTE	NÃO DEFICIENTE	% NÃO DEFICIENTE
MASCULINO	3	5	16	2,348336595	502	49,11937378
FEMININO	3	2	6	1,076320939	485	47,45596869
TOTAL	6	7	22	3,424657534	987	96,57534247

Tabela 22 - Quadro 7 - Distribuição de Servidores com Deficiência

Quadro 8- Distribuição de Servidores por Etnia

ETNIA	QUANTIDADE	%
BRANCA	539	52,74
PARDA	282	27,59
AMARELA	13	1,27
PRETA	14	1,37
INDIGENA	2	0,20
NÃO INFORMADO	172	16,83
TOTAL	1022	

Tabela 23 - Quadro 8 - Distribuição de Servidores por Etnia

Quadro 9 - Força de Trabalho de Servidores por Carreira

	CARREIRA			
	ANALISTA	TÉCNICO	AUXILIAR	SEM CARREIRA
MASCULINO	175	327	2	22
FEMININO	202	240	0	54
TOTAL	377	567	2	76

Tabela 24 - Quadro 9 – Força de Trabalho de Servidores por Carreira

Quadro 10 - Força de Trabalho por Tipo de Área

	1ª INSTÂNCIA	2ª INSTÂNCIA	%
AREA FIM	495	214	69,37378
AREA MEIO	76	237	30,62622
TOTAL	571	451	

Tabela 25 - Quadro 10 – Força de Trabalho por Tipo de Área

Quadro 11- Força de Trabalho por Unidade de Exercício

UNIDADES DE EXERCÍCIO	SERVIDORES QUADRO	SERVIDORES CEDIDOS	SERVIDORES REMOVIDOS	SERVIDORES SEM VÍNCULO	TOTAL	SERVIDORES DO QUADRO	SERVIDORES EXTRA QUADRO
Varas Trabalhistas	355	52	38	1	446	79,60%	20,40%
Gabinetes de Magistrados	96	11	6	1	114	84,21%	15,79%
Demais Unidades	402	21	34	5	462	87,01%	12,99%
TOTAL	853	84	78	7	1022	83,46%	16,54%

Tabela 26 - Quadro 11 – Força de Trabalho por Unidade de Exercício

Quadro 12 - Tabela de faixas salariais de magistrados e servidores ativos do quadro permanente e sem vínculos

Faixas	Intervalo das faixas (R\$)	Quantidade	Quantidade (%)
1	7.080,20 a 13.522,82	272	17,03%
2	13.522,83 a 19.965,45	347	21,73%
3	19.965,46 a 26.408,07	186	11,65%
4	26.408,08 a 32.850,70	74	4,63%
5	32.850,71 a 39.293,32	63	3,94%

Observações: Não foram considerados valores de abono de permanência e de benefícios/custeios

Tabela 27 - Quadro 12 – Faixas salariais de magistrados e servidores

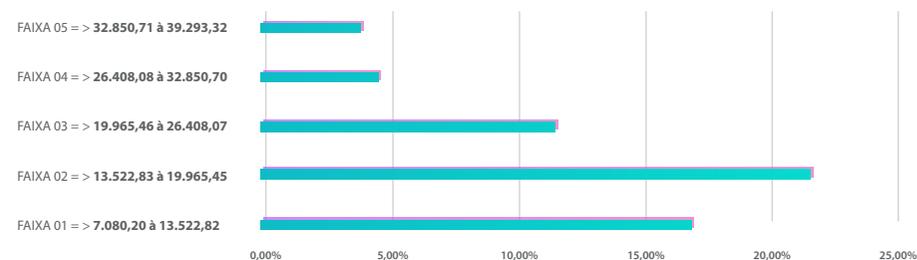


Figura 40 Gráfico - Distribuição de Servidores Ativos por Faixa Salarial

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento externo de pessoas no TRT da 7ª Região dá-se através da nomeação dos candidatos aprovados no último concurso público (cujo resultado final foi homologado pelo Edital nº 10 - TRT7, de 21/12/2017). O certame previu a abertura de vagas e a formação de cadastro de reserva para os cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário, de diversas áreas e especialidades. No entanto, o provimento dos cargos previstos no edital, por este Regional, depende de autorização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em observância aos limites orçamentários impostos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 e Emenda Constitucional nº 95/2016.

Nada obstante, durante o exercício de 2019, foi provido 1 (um) cargo de Técnico Judiciário (vaga autorizada, em caráter excepcional, pelo Ofício CSJT.GP.SG.SEOFI nº 21/2019, de 03/05/2019). Foram providos, ainda, 2 (dois) cargos de Analista Judiciário e 3 (três) cargos de Técnico Judiciário (vagas que não dependem de autorização do CSJT, uma vez que não acarretam aumento de despesas para o órgão).

O recrutamento interno de pessoas no TRT da 7ª Região ocorre por intermédio de processos seletivos de remoção interna (anteriormente à posse de servidores oriundos de concurso público ou à lotação de servidores redistribuídos) ou por processos de seleção interna (em face da necessidade de ocupação de funções comissionadas ou em razão de demandas formuladas por unidades do Tribunal para suprir claros de lotação). Contudo, as mencionadas seleções restam prejudicadas por força das disposições contidas na Resolução nº 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que prioriza unidades judiciárias de primeiro grau de jurisdição a partir da alocação de servidores lotados no TRT da 7ª Região em Varas do Trabalho.

Destaque-se que os servidores desligados são submetidos a entrevistas de desligamento, com o objetivo de implantar as boas práticas de retenção de talentos no âmbito deste Regional e conforme preconizado pela Resolução CSJT nº 222/2018.

Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 13 – Despesas com Pessoal				
	2016	2017	2018	2019
PESSOAL ATIVO	R\$ 198.008.756,32	R\$ 214.261.445,57	R\$ 226.248.757,19	R\$ 246.962.470,88
INATIVOS E PENSIONISTAS	R\$ 83.894.038,79	R\$ 119.311.394,09	R\$ 101.205.407,76	R\$ 112.030.689,88
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL - RPPS	R\$ 35.946.453,94	R\$ 39.343.988,56	R\$ 40.462.877,01	R\$ 41.132.790,10
DESPESAS COM BENEFÍCIOS	R\$ 20.671.766,44	R\$ 21.912.165,19	R\$ 21.303.815,98	R\$ 21.417.427,33
DESPESAS COM CUSTEIO	R\$ 5.093.902,77	R\$ 5.155.945,95	R\$ 5.058.047,74	R\$ 1.748.795,84*

*Os valores de despesas com custeio em 2019 reduziram em face das novas regras que restringiram o pagamento do auxílio moradia aos magistrados.

Tabela 28 - Quadro 13 – Despesas com Pessoal

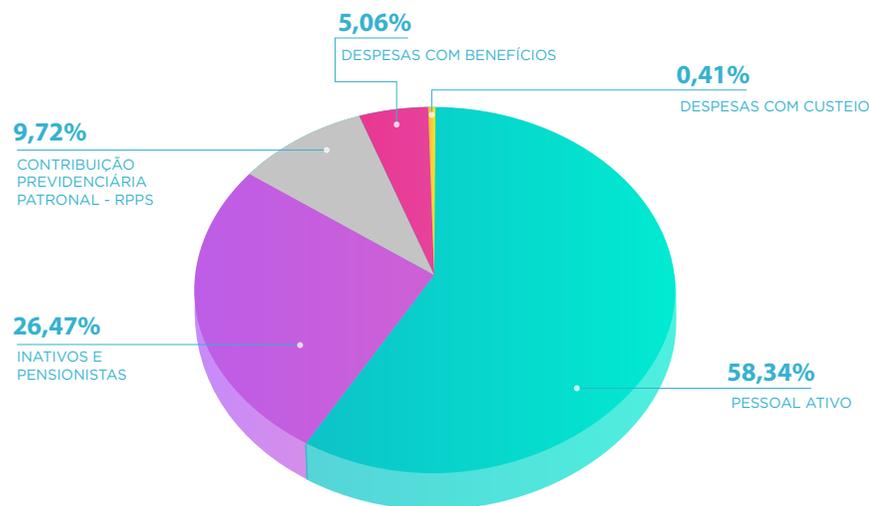


Figura 41 Gráfico 2 - Distribuição da despesa com pessoal em 2018

Notas sobre o Gráfico 2 - Distribuição da despesa com pessoal em 2018:

- Na despesa com pessoal estão incluídas as despesas com contribuição patronal do Regime Geral de Previdência Social e as despesas com reembolso a outros entes públicos, a que alude a Resolução CSJT n° 143 por conta de cessão de servidores

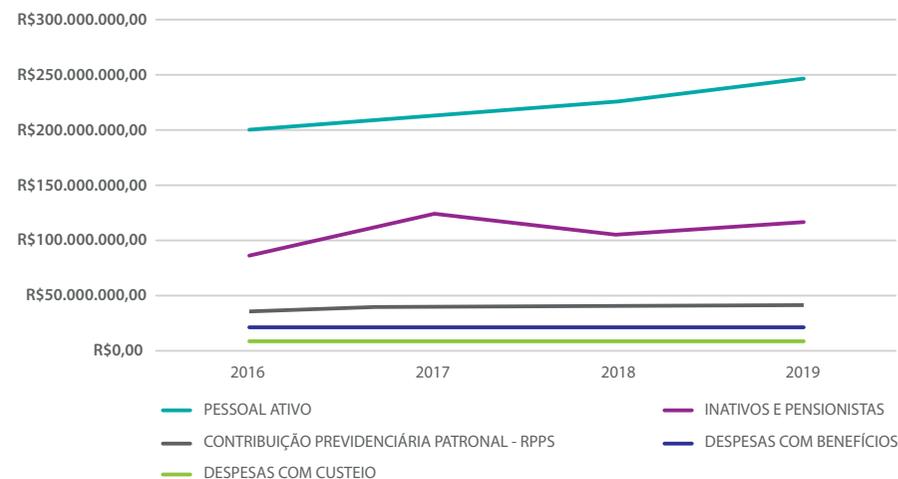


Figura 42 Gráfico - Evolução da Despesa com Pessoal entre 2016 e 2019

Gráfico 3 - Evolução da despesa com pessoal entre 2016 e 2019

Notas sobre o Gráfico 3 - Evolução da despesa com pessoal entre 2016 e 2019:

- O aumento da despesa com pessoal ativo se justifica pela aprovação da Lei 13.317/2016, a qual concedeu reajuste salarial aos servidores da carreira do Poder Judiciário da União, e pela contratação de novos servidores através de concurso público em 2017, além de progressões, promoções e adicionais de qualificação, dentre outros;
- O aumento da despesa com inativos e pensionistas se justifica pela descentralização de recursos para pagamento de passivos no ano de 2018 e pela aprovação da Lei 13.317/2016, a qual concedeu reajuste salarial aos servidores da carreira do Poder Judiciário da União, bem como incremento de novas aposentadorias.
- As despesas com benefícios incluem os programas de auxílios médico, alimentação, pré-escolar, funeral e natalidade.
- Despesas com custeio em folha de pagamento compreendem auxílio-moradia, indenização de moradia, indenização de transporte, ajuda de custo, ressarcimentos diversos.

Quadro 14- Funções Ocupadas e Vagas				
	AREA MEIO	%	AREA FIM	%
FC-01	9	6,870229008	3	0,6122449
FC-02	4	3,053435115	54	11,0204082
FC-03	21	16,03053435	100	20,4081633
FC-04	54	41,22137405	79	16,122449
FC-05	14	10,6870229	192	39,1836735
FC-06	4	3,053435115	1	0,20408163
CJ-01	15	11,45038168	8	1,63265306
CJ-02	1	0,763358779		0

CJ-03	7	5,34351145	53	10,8163265
CJ-04	2	1,526717557		0
TOTAL:	131		490	

Tabela 29 - Quadro 14 – Funções Ocupadas e Vagas

Quadro 15- Funções/Cargos Comissionados Ocupados				
	ÁREA/MEIO	%	ÁREA FIM	%
FC-01	9	6,870229008	3	0,6122449
FC-02	4	3,053435115	54	11,0204082
FC-03	21	16,03053435	100	20,4081633
FC-04	54	41,22137405	79	16,122449
FC-05	14	10,6870229	192	39,1836735
FC-06	4	3,053435115	1	0,20408163
CJ-01	15	11,45038168	8	1,63265306
CJ-02	1	0,763358779		0
CJ-03	7	5,34351145	53	10,8163265
CJ-04	2	1,526717557		0
TOTAL	131	211	490	78,9

Tabela 30 - Quadro 15 – Funções/Cargos Comissionados Ocupados

Quadro 16- Funções Gerenciais			
FC/CJ	QUADRO PERMANENTE	EXTRA QUA- DRO	(%)*
CJ1	16	7	11,5942029
CJ2	1	0	0,724637681
CJ3	41	3	29,71014493
CJ4	2	0	1,449275362
FC1	-	-	-
FC2	-	-	-
FC3	-	-	-
FC4	51	5	36,95652174
FC5	7	0	5,072463768
FC6	4	1	2,898550725
TOTAL	122	16	88,4057971
TOTAL DE FUNÇÕES GERENCIAIS: 138			

Tabela 31 - Quadro 16 – Funções Gerenciais

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidade na gestão

Conforme evidenciado pela Lei nº 11.416/2006, alterada pela Lei nº 13.317/2016, a Gratificação de Desempenho (GD) não compõe a estrutura remuneratória das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.

No que diz respeito à progressão e promoção funcionais, a tabela abaixo ilustra a distribuição de servidores efetivos do TRT da 7ª Região (Analistas Judiciários, Técnicos Judiciários e Auxiliares Judiciários), por classe e padrão na carreira, no exercício de 2019:

Quadro 17- Classe/Padrão no exercício de 2019	
CLASSE/PADRÃO	TOTAL
AN A01	1
AN A02	4
AN A05	4
AN B06	3
AN B07	35
AN B08	22
AN B09	23
AN B10	56
AN C11	7
AN C12	8
AN C13	174
AU C13	2
TE A01	4
TE A02	12
TE A05	2
TE B06	3
TE B07	39
TE B08	14
TE B09	26
TE B10	40
TE C11	4
TE C12	13
TE C13	358

Tabela 32 - Quadro 17 Classe/Padrão no exercício de 2019

Fonte: Divisão de Informações Funcionais

A tabela a seguir apresenta a movimentação funcional dos servidores efetivos deste Regional (incluindo os servidores em estágio probatório), ocorrida no ano de 2019:

Quadro 18- Movimentação funcional dos servidores efetivo do Regional	
CLASSE/ PADRÃO	TOTAL
CL-A P-01	4
CL-A P-02	17
CL-A P-05	3
CL-B P-06	6
CL-B P-07	70
CL-B P-08	37
CL-B P-09	40
CL-B P-10	99
CL-C P-11	13
CL-C P-12	20
CL-C P-13	19

Tabela 33 - Quadro 18 Movimentação funcional dos servidores efetivo do Regional

A tabela de remuneração dos servidores ocupantes de cargos efetivos do TRT da 7ª Região é apresentada a seguir:

a) CARGOS EFETIVOS
LEI Nº 11.416/2006 ALTERADA PELA LEI Nº 13.317/2016 (ANEXO II) Início da Vigência: 01/11/2018

Quadro 19- Tabela de Remuneração

CARREIRA/CLASSE/PADRÃO		VENCIMENTO BÁSICO (R\$)	GAJ	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - AQ							
			140%	1%	2%	3%	5%	7,5%	10%	12,5%	
ANALISTA	C	13	7.583,58	9.858,65	75,83	151,67	227,50	-	568,76	758,35	947,94
		12	7.362,70	9.571,51	73,62	147,25	220,88	-	552,20	736,27	920,33
		11	7.148,25	9.292,72	71,48	142,96	214,44	-	536,11	714,82	893,53
	B	10	6.940,05	9.022,06	69,40	138,80	208,20	-	520,50	694,00	867,50
		9	6.737,91	8.759,28	67,37	134,75	202,13	-	505,34	673,79	842,23
		8	6.374,56	8.286,92	63,74	127,49	191,23	-	478,09	637,45	796,82
		7	6.188,89	8.045,55	61,88	123,77	185,66	-	464,16	618,88	773,61
		6	6.008,64	7.811,23	60,08	120,17	180,25	-	450,64	600,86	751,08
	A	5	5.833,63	7.583,71	58,33	116,67	175,00	-	437,52	583,36	729,20
		4	5.663,72	7.362,83	56,63	113,27	169,91	-	424,77	566,37	707,96
		3	5.358,29	6.965,77	53,58	107,16	160,74	-	401,87	535,82	669,78
		2	5.202,22	6.762,88	52,02	104,04	156,06	-	390,16	520,22	650,27
1		5.050,70	6.565,91	50,50	101,01	151,52	-	378,80	505,07	631,33	
TÉCNICO	C	13	4.622,11	6.008,74	46,22	92,44	138,66	231,10	346,65	462,21	577,76
		12	4.487,49	5.833,73	44,87	89,74	134,62	224,37	336,56	448,74	560,93
		11	4.356,78	5.663,81	43,56	87,13	130,70	217,83	326,75	435,67	544,59
	B	10	4.229,89	5.498,85	42,29	84,59	126,89	211,49	317,24	422,98	528,73
		9	4.106,68	5.338,68	41,06	82,13	123,20	205,33	308,00	410,66	513,33
		8	3.885,23	5.050,79	38,85	77,70	116,55	194,26	291,39	388,52	485,65
		7	3.772,06	4.903,67	37,72	75,44	113,16	188,60	282,90	377,20	471,50
		6	3.662,20	4.760,86	36,62	73,24	109,86	183,11	274,66	366,22	457,77
	A	5	3.555,54	4.622,20	35,55	71,11	106,66	177,77	266,66	355,55	444,44
		4	3.451,98	4.487,57	34,51	69,03	103,55	172,59	258,89	345,19	431,49
		3	3.265,83	4.245,57	32,65	65,31	97,97	163,29	244,93	326,58	408,22
		2	3.170,70	4.121,91	31,70	63,41	95,12	158,53	237,80	317,07	396,33
1		3.078,35	4.001,85	30,78	61,56	92,35	153,91	230,87	307,83	384,79	
AUXILIAR	C	13	2.737,39	3.558,60	27,37	54,74	82,12	136,86	205,30	273,73	342,17
		12	2.619,52	3.405,37	26,19	52,39	78,58	130,97	196,46	261,95	327,44
		11	2.506,72	3.258,73	25,06	50,13	75,20	125,33	188,00	250,67	313,34
	B	10	2.398,77	3.118,40	23,98	47,97	71,96	119,93	179,90	239,87	299,84
		9	2.295,47	2.984,11	22,95	45,90	68,86	114,77	172,16	229,54	286,93
		8	2.171,68	2.823,18	21,71	43,43	65,15	108,58	162,87	217,16	271,46
		7	2.078,17	2.701,62	20,78	41,56	62,34	103,90	155,86	207,81	259,77
		6	1.988,68	2.585,28	19,88	39,77	59,66	99,43	149,15	198,86	248,58
	A	5	1.903,04	2.473,95	19,03	38,06	57,09	95,15	142,72	190,30	237,88
		4	1.821,10	2.367,43	18,21	36,42	54,63	91,05	136,58	182,11	227,63
		3	1.722,89	2.239,75	17,22	34,45	51,68	86,14	129,21	172,28	215,36
		2	1.648,70	2.143,31	16,48	32,97	49,46	82,43	123,65	164,87	206,08
1		1.577,70	2.051,01	15,77	31,55	47,33	78,88	118,32	157,77	197,21	

Tabela 34 - Quadro 19 - Tabela de Remuneração

No que concerne à igualdade de oportunidades, efetivada pela gestão de pessoas deste Regional, destacam-se os processos de seleção interna e os concursos de remoção interna, em razão da necessidade de ocupação de algumas funções comissionadas (FCs) ou em decorrência de demandas formuladas pelas diversas unidades do Tribunal para suprir claros de lotação.

Principais desafios e ações futuras

A implantação do Projeto Fada Madrinha instituído pelo Ato Nº 177/2018, que compreende um conjunto de diretrizes e ações com a finalidade de promover a inserção no mercado de trabalho, bem como o desenvolvimento pessoal e profissional dos estagiários do TRT7.

Um grande desafio que se apresenta é a retenção de talentos, que será abordado através de ações a serem desenvolvidas no ano 2019.

Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Um fator já anteriormente apontado como de risco é que este Tribunal, em virtude da carência de servidores, continua contando com força de trabalho de servidores cedidos de Municípios/Estado, que, muito embora o percentual destes servidores esteja dentro do limite legal permitido, a teor do art. 3º da Resolução CSJT nº. 63/2010, representa situação precária, de risco, uma vez que a cessão precisa de renovação e anuência do órgão cedente além de reproduzir para o Tribunal um incremento significativo de atividades administrativas

para a sua manutenção, como renovação de acordo de cooperação, reembolsos mensais, concessão de benefícios, comprovação de recolhimentos sociais, (considerando a sistemática de pagamento preceituada pelo 2º da Resolução CSJT nº. 143/2014).

Contratação de estagiários

O Programa de Estágio no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região encontra-se regulamentado pelo Ato TRT7 nº 73/2019 e pelo Contrato nº 23/2018, firmado entre este Tribunal e o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, o qual atua como agente de integração entre este Regional e as instituições de ensino.

O estágio se destina a estudantes de nível médio, com idade a partir de 16 anos, e de nível superior que estejam cursando a partir do 4º semestre. O processo de recrutamento é realizado pelo CIEE, que encaminha candidatos para seleção nas unidades nas quais as vagas se encontram disponíveis. Com relação à seleção dos estagiários do curso de Direito da cidade de Fortaleza é realizado um concurso periodicamente, sendo todos os aprovados convocados na medida do surgimento das vagas.

Quanto aos números, cabe informar que no mês de dezembro de 2019 existiam 133 estagiários na ÁREA “MEIO”, dos quais 93 de nível superior e 40 de nível médio, e 223 estagiários na ÁREA “FIM”, sendo 161 de nível superior e 62 de nível médio.

A evolução das quantidades e das despesas com estagiários nos últimos anos é a seguinte:

- ▶ Em 2019: R\$ 2.983.050,95 (356 estagiários - 254 de nível superior e 102 de nível médio)
- ▶ Em 2018: R\$ 2.845.049,97 (340 estagiários - 233 de nível superior e de 107 nível médio)
- ▶ Em 2017: R\$ 2.697.755,80 (332 estagiários - 223 de nível superior e 109 de nível médio)
- ▶ Em 2016: R\$ 2.473.341,96 (307 estagiários - 196 de nível superior e 111 de nível médio)
- ▶ Em 2015: R\$ 3.362.379,70 (424 estagiários - 241 de nível superior e 183 de nível médio)

Por fim, informamos que as despesas com as contratações encontram-se detalhadas na planilha abaixo:

Despesas com as contratações			
ANO 2018 /MÊS	NÍVEL MÉDIO (em R\$)	NÍVEL SUPERIOR (em R\$)	TOTAL (em R\$)
JANEIRO	R\$ 36.174,56	R\$ 180.217,80	R\$ 216.392,36
FEVEREIRO	R\$ 44.415,08	R\$ 185.380,26	R\$ 229.795,34
MARÇO	R\$ 48.226,77	R\$ 191.713,68	R\$ 239.940,45
ABRIL	R\$ 53.900,22	R\$ 196.820,71	R\$ 250.720,93
MAIO	R\$ 53.673,28	R\$ 197.734,55	R\$ 251.407,83
JUNHO	R\$ 54.022,00	R\$ 200.451,60	R\$ 254.473,60
JULHO	R\$ 53.551,35	R\$ 195.448,53	R\$ 248.999,88
AGOSTO	R\$ 51.309,57	R\$ 205.103,73	R\$ 256.413,30
SETEMBRO	R\$ 52.384,00	R\$ 208.512,00	R\$ 260.896,00
OUTUBRO	R\$ 53.028,87	R\$ 208.374,20	R\$ 261.403,07
NOVEMBRO	R\$ 52.374,80	R\$ 207.928,40	R\$ 260.303,20
DEZEMBRO	R\$ 45.726,05	R\$ 206.578,94	R\$ 252.304,99

Tabela 35 - Despesas com contratações

Quadro 22 – Despesas com Programa de Estágios						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade de mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2018	Prestação de Serviços do Agente de Integração de estudantes junto ao TRT 7ª Região (prestação de Estágio)	Centro de Integração Empresa Escola-CIEE (CNPJ: 61.600.839/0001-55)	22/06/2018	22/6/2023	Nível Médio/ Nível Superior	Ativo Normal (A)

Tabela 36 - Quadro 22 Despesas com Programa de Estágios

Irregularidades na área de Pessoal:

Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos:

Dando cumprimento à recomendação contida no Acórdão TCU nº 2023/2013 – Plenário, foi implantado no âmbito desta Corte o Programa de Governança de Pessoas; dentre as primeiras ações, a Secretaria de Gestão de Pessoas apresentou minuta de regulamentação de processo sistemático para identificar possíveis acumulações de cargos, empregos, funções públicas e aposentadorias, em desconformidade com a legislação, sendo editado em 2016 o Ato TRT nº 104/2016, que instituiu, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, o Sistema de Controle de Acumulação de Cargos, Empregos, Funções Públicas e de Aposentadorias e dá outras providências. Através da Portaria nº. 346/2016 foi instituída a Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, Empregos, Funções Públicas e Aposentadorias.

Em paralelo, é solicitada aos novos servidores a serem empossados a apresentação de declaração de acumulação de cargos/proventos/funções, bem como por parte de aposentados e pensionistas, por ocasião de seu cadastramento anual, efetuado no mês de março.

Terceirização Irregular de Cargos: Não há cargos terceirizados neste Tribunal.

Fonte: Divisão de Pagamento de Pessoal

Desenvolvimento e Implantação do SIGEP

Com relação ao item “Desenvolvimento e Implantação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho - SIGEP-JT, mencionado no documento 1 do PROAD 1052/2020, temos a informar que os módulos do programa SIGEP-JT, suas respectivas versões e emprego pelas diversas áreas de negócio são esses:

MÓDULO	ESTÁ EM PRODUÇÃO? (SIM OU NÃO)	INFORME A VERSÃO EM PRODUÇÃO	A ÁREA DE NEGÓCIOS ESTÁ UTILIZANDO? (SIM OU NÃO)
Principal (Informações Funcionais dos magistrados e servidores)	SIM	1.18	SIM
FolhaWeb	SIM	1.8.5	SIM
Gestão por Competências	NÃO	X	X
Autoatendimento	NÃO	X	X
Saúde/Prontuário Eletrônico	NÃO	X	X
Escolas Judiciais - eJUD	SIM	1.3.0	NÃO
Integração e-SOCIAL	NÃO	X	X
Pasta Funcional Eletrônica	SIM	2.6.5-3	SIM
Passivos	NÃO	X	X

Tabela 37 - Quadro 22 Despesas com Programa de Estágios

Detalhamento sobre o emprego atual dos módulos:

Módulo Principal: em produção desde julho/2019

Folha Web: em produção desde julho/2019

Gestão por competências: O sistema está instalado na sua última versão no ambiente de homologação. Aguarda-se solução de pendência técnica relativa à utilização de protocolo seguro para o mecanismo de autenticação.

Autoatendimento: O Módulo está liberado para uso apenas pelos Tribunais homologa-

dores, sendo que a 7a Região não faz parte do grupo.

Módulo de Saúde: está sendo tratado como projeto a parte, priorizado pelo Comitê de TI e aguarda liberação de recursos humanos para início das atividades.

Módulo eJUD: aguardando mudanças solicitadas pela Escola Nacional de Magistratura-JT em várias funcionalidades, bem como, capacitação dos servidores da Escola Judicial.

Integração do e-social: o Módulo está com evolução suspensa, aguardando liberação dos novos leiautes dos eventos destinados aos órgãos públicos;

Pata Funcional Eletrônica: em produção desde o exercício 2015.

Módulo de Passivos: não foi liberado para homologação.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal

A Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região conta com uma assessoria jurídica e uma seção de conformidade que garantem a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas do Ministério do Planejamento (MP), com destaque à IN 04/2014 (SEGES/MP) e 05/2017 (STI/MP). Desta forma, o ordenador de despesa da unidade assina declaração de conformidade para elaboração deste Relatório de Gestão 2019.

Processos Licitatórios Relevantes

As licitações constantes na tabela a seguir justificam-se como mais relevantes, em face dos objetivos estratégicos do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, em especial, aqueles relacionados à promoção da melhoria na gestão de pessoas e da qualidade de vida; aprimoramento da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação; fortalecimento dos processos de governança e combate à corrupção e asseguração da efetividade da prestação jurisdicional e garantia dos direitos da cidadania.

Tabela de licitações realizadas em 2018

TABELA LICITAÇÕES CONCLUÍDAS (ADJUDICADAS) 2019			
PROAD	LICITAÇÃO	OBJETO	VR. ADJUDICADO (em R\$)
6901/2019	PE 45/19	Aquisição de Disjuntor do QGBT-1 (SE-02) e QTA do Gerador 01 (SE-01). (URGENTE)	34.560,00
6064/2019	PE 47/19	Manutenção preventiva e corretiva de plataforma PPNE do Fórum de Sobral	3.000,00
6608/2018	PE 55/18	Registro de preços para contratação do fornecimento de água mineral	69.869,76
4477/2018	PE 02/19	Aquisição de scanner de mesa digitalizadora no formato A2	45.000,00
7973/2018	PE 01/19	Registro de Preços para aquisição de placas de inauguração	4.500,00
418/2019	PE 04/19	Registro de preços para confecção de adesivos, banners e faixas.	23.000,00
979/2019	PE 03/19	Serviço de manutenção preventiva e corretiva na Subestação abrigada do Fórum de Sobral	9.492,00
1830/2019	PE 05/19	Registro de preços para contratação de empresa para organização de eventos	215.020,00
2865/2019	PE 06/19	Serviço de tradução/interpretação simultânea (equipamentos e intérpretes) dos idiomas espanhol e inglês para o português durante o Congresso Internacional de Direito: "Justiça do Trabalho no Brasil e no Mundo",	9.957,00
1480/2019	PE 07/19	Aquisição de serpentinas para equipamentos do tipo Self Containd	63.361,65

TABELA LICITAÇÕES CONCLUÍDAS (ADJUDICADAS) 2019

PROAD	LICITAÇÃO	OBJETO	VR. ADJUDICADO (em R\$)
267/2019	PE 08/19	Serviços de implantação de um depósito junto ao prédio anexo do Autran Nunes (ex-casa de Dona Ricardina)	458.000,00
3124/2019	PE 19/19	Registro de preços para aquisição de material gráfico (convites, envelopes, etiquetas adesivas, pastas e crachás (4 lotes).	24.951,00
8149/2018	PE 11/19	Aquisição de licenças de uso contínuo para o software Microsoft Power BI PRO	8.382,60
1542/2019	PE 13/19	Aquisição e instalação de 2 módulos de expansão para tape library TS4300 IBM	55.131,18
3992/2019	PE 14/19	Serviços de publicação de matéria legal em jornal de grande circulação	13.560,00
2670/2019	PE 15/19	Limpeza e desinfecção de cisternas e caixas d'água nas Varas do interior	12.850,00
2055/2019	PE 10/19	Registro de preços para aquisição de material de copa e cozinha	24.681,00
2656/2019	PE 16/19	Registro de preços para aquisição de materiais gráficos para eventos	12.985,00
2226/2019	PE 18/19	Serviços gerais de acessibilidade e reforma da sala de sessões do pleno.	275.000,00
1480/2019	PE 27/19	Registro de preços para aquisição de serpentinas para equipamentos do tipo Self Containd	63.361,55
750/2017	PE 26/19	Cessão de uso de espaço físico para instalação de lanchonete no Ed. Manoel Arízio (critério de maior oferta)	1.780,00
6145/2018	PE 24/19	Serviços de adaptação e montagem de contorno em vidro temperado em Varas do Trabalho para abrigar equipamentos de segurança.	142.603,00
1485/2019	PE 21/19	Serviços de infraestrutura elétrica e escada marinho	45.160,00
3339/2019	PE 30/19	Serviço telefônico fixo comutado (stfc), na modalidade longa distância nacional	5.624,40
2762/2019	PE 25/19	Manutenção dos Nobreaks localizados no Interior	111.950,00
6222/2018	PE 29/19	Instalação de sistema de som, com fornecimento de equipamentos, para sala de sessões do TRT7	48.967,00
4588/2019	PE 28/19	Registro de preços para aquisição de material de condicionamento e embalagem, expediente e proteção e segurança	55.248,45
5552/2019	PE 32/19	Contratação de empresa para prestação de serviços de vídeo-monitoramento remoto.	15.000,00
3241/2019	PE 12/19	Registro de preços para aquisição de suprimento de informática para impressoras Lexmark MX722 e SAMSUNG SL-C4010-SRP	203.744,55

TABELA LICITAÇÕES CONCLUÍDAS (ADJUDICADAS) 2019			
PROAD	LICITAÇÃO	OBJETO	VR. ADJUDICADO (em R\$)
3366/2019	PE 17/19	Registro de preços para aquisição de eletrodomésticos e smartphones	75.777,50
3341/2019	PE 23/19	Linhas Telefônicas E1 para o PABX do TRT Sede e PABX do Fórum Autran	27.237,72
3028/2019	PE 33/19	Registro de preços para serviços de manutenção Predial	596.169,00
4811/2019	PE 35/19	Registro de preços para aquisição de togas e capas regimentais.	23.390,10
3783/2019	PE 20/19	SRP - Aquisição de material de limpeza	213.117,40
6643/2019	PE 36/19	Serviços de coffee break	12.268,83
3853/2019	PE 31/19	Serviço de jardinagem para o Regional TRT7 - Capital e o inteior.	88.423,16
5282/2019	PE 34/19	Aquisição de materiais odontológicos	26.025,85
5796/2019	PE 38/19	Aquisição de webcam, headset e equipamentos de TI acessórios para utilização em ferramentas de videoconferência.	36.288,90
6904/2019	PE 39/19	Registro de preços para contratação do fornecimento parcelado de água mineral.	71.567,88
3957/2019	PE 40/19	Serviços de agenciamento de viagens mediante taxa de transação	40,71
1414/2019	PE 37/19	Aquisição, com instalação, de 2 no breaks, para a sala cofre	91.000,00
6292/2018	PE 43/19	Fornecimento e instalação de placas e totens de sinalização	27.796,06

Tabela 38 - Tabela Licitações Concluídas (Adjudicadas) 2019

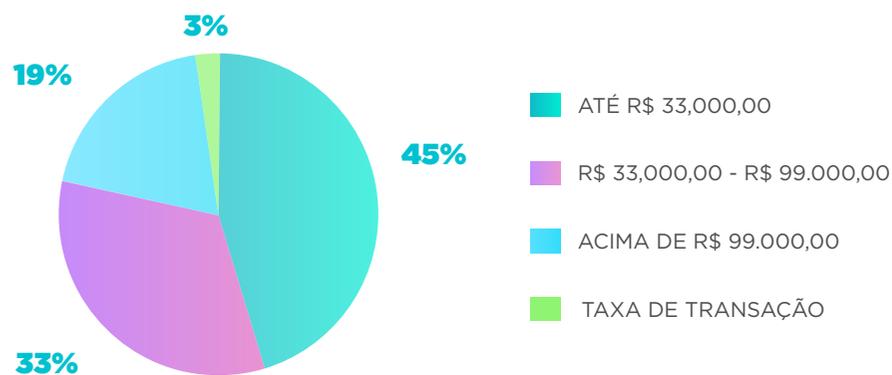


Figura 43 Gráfico - Pregões eletrônicos por valor

PREGÕES	
ATÉ R\$ 33.000,00	19
R\$ 33.000,00 - R\$ 99.000,00	14
ACIMA DE R\$ 99.00,00	8
TX DE TRANSAÇÃO	1
TOTAL	42

Tabela 39 - Pregões

Contratações diretas

No exercício 2019 foram realizadas 88 (oitenta e oito) contratações, mediante dispensa/inexigibilidade de licitação, sendo 16 (dezesseis) contratações efetivadas através de dispensa, 5 (cinco), por intermédio de dispensa eletrônica e 67 (sessenta e sete), por meio de inexigibilidade de licitação, dentre as quais destacaram-se:

- Proad nº. 750/2017: Cessão de uso de espaço público para instalação e exploração de lanchonete no complexo do Fórum Trabalhista de Fortaleza – Ed. Manoel Arízio de Castro, atendendo aos Objetivos Estratégicos nº 01 e 02 do Plano Estratégico 2015-2020, quais sejam: PROMOVER A MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS E DA QUALIDADE DE VIDA e APERFEIÇOAR A GESTÃO DE CUSTOS;
- Proad nº. 8.270/2019: Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, atendendo aos Objetivos Estratégicos nº 01 e 08 do Plano Estratégico 2015-2020, quais sejam: PROMOVER A MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS E DA QUALIDADE DE VIDA e FORTALECER OS PROCESSOS DE GOVERNANÇA E O COMBATE À CORRUPÇÃO.

Tabela de Contratações por Inexigibilidade de licitação em 2019 com base no Fundamento Art. 25 da Lei 8666/93:

PROAD	OBJETO	VALOR
709/19	Contratação do sr. Alysson Leandro Barbate Mascaro, por meio da MASCARO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, para realização de Aula Magna "O Futuro do Direito do Trabalho"	R\$ 9.500,00
853/19	Participação da servidora Luciana Saboia Andreazza Borges no 14º Congresso brasileiro de pregoeiros, no período de 18 a 21/03/2019, em Foz do Iguaçu - PR.	R\$ 3.946,50
982/19	Participação das servidoras Michelle Adarai Maia Cunha Holanda e Daniela Marcelino do Carmo no CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE ALMOXARIFADO NO SETOR PÚBLICO, a ser realizado pela CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, no período de 8 a 10 de abril de 2019, em Salvador-BA.	R\$ 5.180,00
981/19	Participação do servidor Marcos Antonio Loiola no curso DESFAZIMENTO DE BENS E MATERIAIS, SEGUNDO O DECRETO Nº 9.373/2018, a ser realizado pela empresa GERSON DOS SANTOS TREINAMENTOS - ME, nos dias 12 e 13 de março de 2019, em São Paulo-SP.	R\$ 2.100,00
1038/2019	Participação das servidoras Ladjane Lopes Nogueira, Róbio Araújo da Costa, Sonildes Dantas de Lacerda, Jennifer Pohling Vidal e Maria Alessandra Brasileiro de Oliveira no Curso prático em legislação de pessoal, no período de 29 a 31/05/2019, nesta Capital.	R\$ 8.760,00
657/19	Cessão de uso de área total construída de 190,14 m ² (cento e noventa vírgula catorze metros quadrados), no Fórum Autran Nunes (Edifício Manoel Arízio) destinada ao funcionamento de Posto de Atendimento Bancário (PAB) da Caixa Econômica Federal.	R\$ 28.114,08

PROAD	OBJETO	VALOR
1143/19	Contratação de serviços de suporte técnico para TAPE LIBRARY StorageTek SL150 pelo período de 12 (doze) meses, renovável por iguais períodos nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8666/93, mediante INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, conforme artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.	R\$ 14.568,00
1658/19	Participação dos servidores Célio Ricardo Lima Maia, Vilani Mendes Silveira, Cristina Helena Veras Teixeira, Divânia Maria Alcântara Soares e Vera Lúcia de Almeida Miranda no curso A NOVA PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DE ACORDO COM A IN Nº 05/17 MPOG, promovido pela ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO, a ser realizado nesta capital, no período de 26 a 29 de março de 2019.	R\$ 14.805,00
712/19	Participação dos servidores Luiz Carlos Machado, Ruthenio Bezerra do Carmo, Wallace Pinheiro Guerra e Davi Lopes Matos no curso “eSocial da Administração Pública”, promovido pela ESAFI - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO, a ser realizado nesta capital, no período de 27 a 29 de março de 2019.	R\$ 11.960,00
2204/19	Contratação da Professora Adriana Calvo Pimenta para ministrar o Curso: "DANO MORAL, ASSÉDIO SEXUAL E ASSÉDIO MORAL (INTERPESSOAL E INSTITUCIONAL)", nos dias 25 (13h às 17h) e 26 (08h às 12h e 13h às 17h) de abril de 2019, totalizando 12 horas/aula, na sala de aula da Escola Judicial do TRT7.	R\$ 6.100,00
1129/19	Participação das servidoras Maria Wanderlene Lima Silva, Creuza Rescem Ellery Nogueira, Renata Martins Damasceno, Lenívia de Castro e Silva Mendes e Divânia Maria Alcântara Soares no curso “Questões Polêmicas Aplicadas Sobre Sistema de Registro de Preços, Contratação Direta e os Contratos Decorrentes”, promovido pela ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A, no período de 15 a 17 de maio de 2019, em Recife-PE.	R\$ 15.235,20
1699/2019	Participação do servidor Hugo Cardim Pinheiro no XV Conbrascom - Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação do Sistema de Justiça e o XVII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, promovido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça - FNCJ, no período de 29 a 31 de maio de 2019, em São Paulo - SP.	R\$ 790,00
2130/19	Participação do servidor Antônio Carlos Santiago de Castro no II Congresso Brasileiro de Cerimonialistas, no período de 29 e 30 de abril, em Curitiba-PR.	R\$ 300,00
2188/19	Aquisição de assinatura do SínteseNet Jurídico, da Editora IOB Informações Objetivas Ltda, contemplando 30 (trinta) acessos simultâneos pelo período de 12 meses.	R\$ 21.592,00
2448/19	Participação do servidor Fernando Antônio de Freitas Lima, Secretário-Geral da Presidência, e da Sra. Sílvia Cássia Saraiva Carneiro no Workshop Future Leader, que será promovido pela SAD CONSULTORIA LTDA, nesta cidade de Fortaleza-CE.	R\$ 1.800,00

PROAD	OBJETO	VALOR
2916/19	Contratação do Professor Alexandre Marques Cabral, por meio da SAPERE AUDE, para ministrar a palestra “ANALFABETISMO AFETIVO”, no dia 23.05.19, das 8h às 10h, totalizando 2 horas/aula.	R\$ 6.000,00
3059/19	Participação da servidora Adrienne Ramos Garcia no curso “Auditoria de Licitações e Contratos”, promovido pela CON Treinamentos, no período de 25 a 27 de junho de 2019, em Fortaleza-CE.	R\$ 2.800,00
3224/19	Participação da servidora Raffaella Maria Duarte Dantas Lisbôa Mota no curso “Gestão do Patrimônio Imobiliário na Administração Pública”, promovido pela CONSULTRE, no período de 8 a 10 de julho de 2019, em Fortaleza-CE.	R\$ 2.590,00
3292/19	Inscrição dos servidores João Ribeiro Lima Junior e Ênio Antonio Costa Lopes no 3º Seminário de Governança e Gestão de Riscos no Setor Público, promovido pela INOVE CAPACITAÇÃO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA, no período de 26 a 28 de junho de 2019, em Brasília/DF.	R\$ 6.780,00
3368/19	Inscrição dos servidores Ítalo César Martins, Victor Marcel Oliveira Cortez, Fátima Maria Sousa D’Alencar e Raimunda Maria Bernardes Fonseca no curso “Gestão Tributária de Contratos e Convênios”, promovido pela OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA, no período de 10 a 12 de julho de 2019, em Recife-PE.	R\$ 11.200,00
3156/19	Contratação da empresa SAD CONSULTORIA LTDA (Great Place to Work Brasil), para realização de diagnóstico organizacional no TRT 7ª Região.	R\$ 43.000,00
3054/17	Contratação de empresa para realizar serviços de operacionalização, manutenção e suporte técnico em sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos de arquivos, a ser utilizado pela área administrativa da Seção de Gestão Documental do TRT7, com direito as novas versões por um período de 12 (doze) meses, renovável até o limite de 60 meses.	R\$ 4.752,00
3927/19	Participação da servidora no curso “A visão do TCU sobre 50 temas fundamentais e aplicados da contratação pública”, promovido pela ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A, no período de 5 a 7 de agosto de 2019, em Salvador - BA.	R\$ 3.519,00
3955/19	Participação das servidoras Renata Martins Damasceno e Divania Maria Alcântara Soares no curso “As contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC) de acordo com a nova IN nº 1/2019, que revogou a IN nº 4/2014”, promovido pela ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A, no período de 13 a 15 de agosto de 2019, no Rio de Janeiro - RJ.	R\$ 7.038,00
4308/19	Participação da servidora Claudia Alves Imbiriba da Rocha no curso “Aperfeiçoando a Gestão de TI no Poder Judiciário”, promovido pelo IBGP - Instituto Brasileiro de Governança Pública, nos dias 29 e 30 de agosto de 2019, em Brasília - DF.	R\$ 1.920,00
4533/19	Contratação da ferramenta BANCO DE PREÇOS para pesquisas e comparação de preços praticados pela administração pública	R\$ 8.700,00

PROAD	OBJETO	VALOR
4085/19	Contratação do Professor Cleilton Lima Rocha, por meio da CLEILTON LIMA ROCHA 00679314300 (CNPJ: 24.080.206/0001-37), para realização de curso “APRENDIZAGEM DE MÁQUINA E CIÊNCIA DE DADOS COM PYTHON”, nos dias 09/09, 11/09, 13/09, 16/09, 18/09, 23/09 e 25/09 de 2019, de 08h às 12h e de 13h às 17h, com carga horária total de 60 horas/aula, para até 25 participantes, na Sala de Informática da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, mediante INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	R\$ 13.800,00
4325/19	Participação do servidor Reginaldo Garcia Dupim no curso “Governança de TI no Setor público utilizando o COBIT 2019”, promovido pelo IBGP – Instituto Brasileiro de Governança Pública, nos dias 12 e 13 de agosto de 2019, em Brasília – DF.	R\$ 1.920,00
2326/2019	Contratação de 01 (uma) licença de acesso ao Conteúdo de Curso Online – Formação Cientista de Dados, disponibilizada na modalidade online – EAD (364 horas aula - 6 cursos com aulas on-line, vídeos, arquivos de texto, pdf, e-books, imagens e sons, disponibilizadas através de arquivo eletrônico por meio do site www.datascienceacademy.com.br), com acesso ilimitado aos conteúdos durante 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de início por meio da Plataforma DSA, promovido pela Data Science Academy (SAS) - Sucesso Tecnologia e Informação. mediante INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	R\$ 2.310,00
4769/2019	Participação dos servidores Paula Lima Simas de Oliveira, Vilebaldo Barbosa Martins Filho e Napoleão Pereira de Souza Junior no treinamento “Curso Completo Sobre a Planilha de Custos e Formação de Preço, atualizado pela IN 05/17”, no período de 28 a 30 de agosto de 2019, em Fortaleza.	R\$ 8.970,00
4989/2019	Contratação do instrutor Luciano Lopes da Silva por meio da empresa MERHITVS TREINAMENTO, PROJETO E EVENTOS LTDA para ministrar o curso Competências Estratégicas para Gestores em Atuação no TRT, para quatro turmas de até 35 servidores deste Regional, com carga horária de 16 horas para cada turma, na sala de aula da Escola Judicial, mediante INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.	R\$ 7.680,00
5240/2019	Participação do Desembargador Paulo Régis Machado Botelho no IX Congresso Internacional de Direito do Trabalho”, promovido pela Academia Brasileira de Direito do Trabalho, nos dias 03 e 04 de outubro de 2019, em São Paulo-SP.	R\$ 454,59
5331/2019	Contratação do curso “Gestão Tributária de Contratos e Convênios”, na modalidade in company, pela empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora (CNPJ: 09.094.300/0001-51), ministrado pelos professores Alexandre Marques Andrade Lemos e Gustavo Batista dos Reis, entre os dias 04 e 06 de setembro de 2019, com carga horária de 21 horas/aula, para 20 servidores selecionados dentre as unidades administrativas consideradas de maior relevância para participar do referido curso.	R\$ 23.500,00
5720/2019	Contratação de licença de uso do sistema web “Gestão Tributária”, contemplando 6 (seis) usuários pelo período de 12 (doze) meses – Plano Ouro.	R\$ 7.188,00
6013/2019	Participação da servidora Manuela Martins de Castro Silva no XII Congresso Internacional de Ortodontia, promovido pela ABOR – Associação Brasileira de Ortodontia, no período de 09 a 12 de outubro deste ano, no Rio de Janeiro – RJ.	R\$ 900,00

PROAD	OBJETO	VALOR
6145/2019	Participação das servidoras Michelle Adarai Maia Cunha Holanda e Daniela Marcelino do Carmo no curso “Planejamento e Organização de Almoxarifado na Administração Pública”, promovido pela One Cursos, no período de 02 a 04 de dezembro de 2019, em Brasília-DF.	R\$ 5.180,00
6392/2019	Participação das servidoras Paula Lima Simas de Oliveira e Divânia Maria Alcântara Soares no Curso de Formação de Gestores e Fiscais de Contratos, promovido pela CONSULTRE no período de 04 a 06 de dezembro de 2019, em Fortaleza-CE.	R\$ 5.180,00
6172/2019	Participação das servidoras Ana Cristina Almeida Pereira Nogueira, Sonildes Dantas de Lacerda e Wladia Cristina de Sousa Xavier no curso “Previdência dos Servidores Públicos: Cálculo de Aposentadorias e Pensões”, promovido pelo Instituto ESAFI, no período de 04 a 06 de dezembro de 2019, em Fortaleza-CE.	R\$ 5.180,00
6218/2019	Participação dos servidores Luiz Carlos Machado, Ruthenio Bezerra do Carmo e Helio Soares de Araujo no curso “Legislação de Pessoal no Serviço Público”, promovido pelo Instituto ESAFI, no período de 30 de outubro a 1º de novembro, em Brasília-DF.	R\$ 5.610,00
6257/2019	Participação da servidora Ana Cristina Almeida Pereira Nogueira no “Curso de Gestão da Informação e do Conhecimento”, promovido pela CONSULTRE, no período de 30 de outubro a 1º de novembro, em Fortaleza-CE.	R\$ 2.590,00
6429/2019	Contratação do professor João Marcelo Rego Magalhães para ministrar o curso “Elaboração de Termo de Referência e Projeto Básico”, nos dias 26 a 29 de novembro de 2019, na sala de aula da Escola Judicial.	R\$ 3.760,00
6297/2019	Participação das servidoras Adrienne Ramos Garcia e Sonildes Dantas de Lacerda no 3º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos, promovido pela ELO CONSULTORIA, no período de 06 a 08 de novembro de 2019, em Brasília-DF.	R\$ 5.535,00
6473/2019	Inscrição dos servidores Vera Lúcia de Almeida Miranda e Célio Ricardo Lima Maia no curso de Pós Graduação Presencial em Licitações e Contratações Públicas, com carga horária de 364 horas, promovido pela Faculdade CERS, em Fortaleza-Ce.	R\$ 15.163,20
6536/2019	Contratação do curso “Gestão Tributária de Contratos e Convênios”, na modalidade in company, pela empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora (CNPJ: 09.094.300/0001-51), ministrado pelos professores Alexandre Marques Andrade Lemos e Gustavo Batista dos Reis, entre os dias 04 e 06 de setembro de 2019, com carga horária de 21 horas/aula, para 20 servidores selecionados dentre as unidades administrativas consideradas de maior relevância para participar do referido curso.	R\$ 23.500,00
6551/2019	Inscrição da servidora Luciana Saboia Andrezza Borges no curso “Novo Pregão Eletrônico e o Pregão Presencial”, promovido pela ELO CONSULTORIA, no período de 21 a 23 de outubro de 2019, em Brasília-DF.	R\$ 2.512,50

PROAD	OBJETO	VALOR
6549/2019	Inscrição do servidor Francisco Marceyron Neves Vieira no curso “Pregão Eletrônico: Inovações do Decreto nº 10.024/19”, promovido pelo INSTITUTO ESAFI - CONSULTORIA, TREINAMENTOS E EVENTOS LTDA, nos dias 16 e 17 de outubro de 2019, em Vitória-ES.	R\$ 1.890,00
6556/2019	Inscrição dos servidores Célio Ricardo Lima Maia e Clara de Assis Silveira no curso “O que muda no Pregão Eletrônico com o Novo Decreto nº 10.024/2019”, promovido pela ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA, nos dias 11 e 12 de novembro de 2019, em Brasília-DF.	R\$ 7.880,00
6609/2019	Contratação do professor Inácio Magalhães Filho para ministrar o curso “Gestão de Aposentadorias e Pensões no Serviço Público”, no período de 11 a 13 de novembro de 2019, na sala de aula da Escola Judicial.	R\$ 20.000,00
6980/2019	Inscrição do servidor José Artur Cavalcante Júnior no curso “Alterações Contratuais e Sanções Administrativas”, promovido pela JML (MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA), nos dias 05 e 06 de novembro de 2019, em Brasília-DF.	R\$ 3.980,00
6738/2019	Inscrição das servidoras Divânia Maria Alcântara Soares e Renata Martins Damasceno no curso “Contratações de Serviços de Engenharia”, promovido pela Zênite Informação e Consultoria S.A, no período de 06 a 08 de novembro de 2019, no Rio de Janeiro - RJ.	R\$ 8.280,00
6944/2019	Inscrição da servidora Vilani Mendes Silveira no curso “Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos”, promovido pela Zênite Informação e Consultoria S.A, no período de 11 a 13 de novembro de 2019, em Brasília-DF.	R\$ 4.140,00
7008/2019	Inscrição do servidor Francisco Marceyron Neves Vieira e Célio Ricardo Lima Maia no “1º Núcleo de Licitações e Contratos do Poder Judiciário”, promovido pela JML (MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA), no período de 26 a 28 de novembro de 2019, em Curitiba-PR.	R\$ 5.800,00
7306/2019	Contratação do professor Valden Luis Matos Capistrano Junior para ministrar a palestra “A importância da nutrição para o bom exercício da atividade profissional”, com carga horária de 2 horas/aula, na sala de treinamento do Ed. Manoel Arízio, no 4º andar do Fórum Autran Nunes.	R\$ 20.000,00
7384/2019	Aquisição da Revista Eletrônica Governet – Boletim de Recursos Humanos com 10 (dez) senhas de acesso e consultoria jurídica ilimitada, por um período de 12 (doze) meses, a contar do recebimento dos logins e senhas.	R\$ 7.080,00
5216/2019	Visa o presente Projeto Básico detalhar os elementos necessários à aquisição de 10 (dez) DISPOSITIVOS ELÉTRICOS INCAPACITANTES - pistolas de eletrochoque - armas não letais de pressão por ação de gás comprimido, para utilização dos servidores ocupantes do cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Segurança, em seus diversos postos de serviço e atividades, incluindo o fornecimento de cartuchos e acessórios (Kit: 01 Spark Z 2.0 + 01 coldre Spark Polímero + 06 cartuchos de lançamento de dardos energizados de 6m + 01 bateria blindada bz 2.0 + 01 carregador de bateria cz 2.0 + 01 alvo + 01 Pendrive com manual do usuário).	R\$ 87.058,38

PROAD	OBJETO	VALOR
7567/2019	Contratação do instrutor Luciano Lopes da Silva por meio da empresa MERHITVS TREINAMENTO, PROJETO E EVENTOS LTDA para ministrar Contratação de empresa para ministrar duas oficinas nos eventos: Encontro dos Oficiais de Justiça deste Regional e Encontro dos Diretores de Secretaria de Vara de 2019, mediante INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.	R\$ 1.160,00
7562/2019	Contratação do instrutor Júlio Mariano Kersul de Carvalho por meio da empresa IOC Capacitação Ltda(CNPJ: 10.825.457/0001-99) para realização do curso in company com o tema: Elaboração e Gestão de Programas de Qualidade de Vida no Trabalho na Administração Pública, com carga horária de 24 horas/aula para 20 servidores do TRT-7ª Região, mediante INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.	R\$ 28.084,00
7734/2019	Aquisição de acessos ao produto eletrônico da Editora Zênite: Zênite Fácil com acesso monousuário e 12 (doze) Orientações por Escrito em Licitações e Contratos por um período de 12 meses.	R\$ 13.918,08
7804/2019	Contratação do instrutor Marcelo Gaspar Thiers por meio da empresa Instituto Brasileiro de Contratações Públicas - IBCP (CNPJ: 28.977.328/0001-81) para ministrar o WORKSHOP DE GESTÃO DE RISCOS: ELABORANDO MAPA DE RISCOS nos dias 05, 10 e 13 de dezembro de 2019 com carga horária diária de 4 horas/aula, totalizando 12 horas/aula de instrutoria, na Sala de Aula da Escola Judicial, situada no 4º andar do Anexo II do Tribunal, no horário de 13h às 17h nos dois dias iniciais e de 8h às 12h no último dia.	R\$ 9.600,00
7861/2019	Contratação da empresa IOC Capacitação Ltda (CNPJ: 10.825.457/0001-99) para realização do curso in company com o tema: Perícia para aposentadoria especial da pessoa com deficiência, com carga horária de 12 horas/aula para até 20 servidores do TRT-7ª Região.	R\$ 19.584,00
7552/2019	Inscrição dos servidores RENATA GRANGEIRO DE OLIVEIRA CARVALHO e RÓBIO ARAÚJO DA FROTA no curso "Previdência dos Servidores Públicos", promovido pela Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento, no período de 16 a 18 de dezembro de 2019, em Brasília/DF.	R\$ 5.580,00
2745/2019	Aquisição de 2 (duas) licenças de uso, por tempo indeterminado, do software SISDEA para Windows, na modalidade monousuário.	R\$ 3.180,00
8063/2019	Contratação da empresa INSTITUTO ESAFI CONSULTORIA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA (CNPJ: 21.338.446/0001-09) para realização do curso in company com o tema: Avaliação da Pessoa com Deficiência para Acesso à Aposentadoria de que trata a Lei Complementar nº 142/2013, com carga horária de 16 horas/aula para até 20 servidores do TRT-7ª Região.	R\$ 22.000,00
8071/2019	Aquisição de assinatura para 100 acessos simultâneos à plataforma de conteúdo jurídico ProView Thomson Reuters - Biblioteca Digital Proview da Editora Revista dos Tribunais.	R\$ 31.745,00

PROAD	OBJETO	VALOR
8119/2019	Aquisição de acessos ao produto eletrônico da LEX EDITORA SA, Magister Net, com 50 (cinquenta) acessos simultâneos, pelo período de 12 meses.	R\$ 8.000,00
8131/2019	Contratação do Professor André Studart Leitão para ministrar palestra acerca do texto da recém aprovada Reforma da Previdência, no dia 18 de dezembro, no Auditório do TRT-7ª Região, no horário de 8h30min às 12h30min.	R\$ 1.000,00
8243/2019	Assinatura da Biblioteca Digital Saraiva com 50 (cinquenta) acessos simultâneos, pelo período de 12 (doze) meses.	R\$ 17.940,00

Tabela 40 - Contratações por Inexigibilidade de licitação em 2019 com base no Fundamento Art. 25 da Lei 8666/93

Tabela de Contratações por Dispensa de licitação em 2019 com base no Fundamento no Art. 24 da Lei 8666/93:

PROAD	OBJETO	VALOR
417/2019	Serviço de confecção de bolsas feitas através do reaproveitamento de banners descartados	R\$ 2.860,00
510/2019	Contratação de empresa especializada para prestar os serviços de descarte de lâmpadas fluorescentes tubulares e compactas com vapor de mercúrio, incluindo descontaminação, coleta, transporte e destinação final de todos os resíduos gerados.	R\$ 6.212,00
366/2019	Fornecimento parcelado de água mineral envasada em garrações de polycarbonato transparente, de 20 (vinte) litros, para o Fórum do Trabalho da Região do Cariri, durante o exercício de 2019.	R\$ 2.874,24
862/2019	Fornecimento parcelado de água mineral envasada em garrações de polycarbonato transparente, de 20 (vinte) litros, para a Vara do Trabalho de Limoeiro do Norte, durante o exercício de 2019.	R\$ 500,00
1870/2019	Fornecimento parcelado de água mineral envasada em garrações de polycarbonato transparente, de 20 (vinte) litros, para a Vara do Trabalho de Tianguá, durante o exercício de 2019.	R\$ 472,00

PROAD	OBJETO	VALOR
2768/2019	Contratação de empresa responsável pela prestação do serviço de consultoria ao Conselho Consultivo de sua Escola Judicial do TRT – 7ª Região, objetivando a realização do Congresso Internacional de Direito: Justiça do Trabalho no Brasil e no Mundo	R\$ 11.998,00
5904/2019	Contratação do serviço de emolduração de ilustrações.	R\$ 1.440,00
6306/2019	Contratação emergencial de taxa por transação (transaction fee), visando às contratações de serviços de agenciamento de viagens, consistente em reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas.	R\$ 295.500,00
7309/2019	Contratação em, LOTE ÚNICO, de empresa para realizar o serviço de higienização nos documentos do Acervo Arquivístico, que estão sob a guarda do Seção de Arquivo do Fórum Aufran Nunes e da Seção de Gestão Documental deste Tribunal.	R\$ 46.493,20
4661/2019	Aquisição de peças para substituição de componentes de estrutura metálica das Torres de Arrefecimento Modelo ALPINA 100/3 - SG - II - E, localizada no Ed. Dom Helder - Fórum Aufran Nunes.	R\$ 10.390,00
7644/2019	Contratação do serviço de decoração natalina, incluindo instalação/montagem, manutenção e desinstalação/desmontagem.	R\$ 16.970,00
196/2019	Contratação de empresa especializada para fornecimento e montagem de mobiliário de marcenaria planejada, para atender às necessidades da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.	R\$ 17.600,00
7394/2019	Serviço de recarga em extintores.	R\$ 11.979,50
7561/2019	Assinatura de 01 (um) acesso web a banco de imagens eletrônicas para fotografias e ilustrações profissionais, pelo período de 12 (doze) meses.	R\$ 4.831,40

PROAD	OBJETO	VALOR
8055/2019	Contratação de empresa para realização de conserto de 01 (um) compressor trifásico, 380V-60Hz, para Chiller Carrier, modelo 30GNE060, com fornecimento de peças.	R\$ 11.500,00
8270/2019	Contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS	R\$ 15.450,00

Tabela 41 - Contratações por Dispensa de licitação em 2019 com base no Fundamento Art. 24 da Lei 8666/93

Tabela de Contratações por Dispensa Eletrônica em 2019 com base no Fundamento no Art. 24 da Lei 8666/93:

PROAD	OBJETO	VALOR
5198/2019	<i>Aquisição de medalhas para a Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho</i>	R\$ 5.120,00
6118/2019	<i>MEDALHAS no grau de Grã-Cruz para Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho</i>	R\$ 825,00
4661/2019	<i>Peças para substituição de componentes da estrutura metálica das torres de arrefecimento</i>	R\$ 10.400,00
4681/2019	<i>Confecção e instalação da Galeria de Diretores da Escola Judicial</i>	R\$ 4.826,00
7049/2019	<i>Fornecimento de guilhotina elétrica de mesa</i>	R\$ 6.700,00

Tabela 42 - Contratações por Dispensa Eletrônica em 2019 com base no Fundamento Art. 24 da Lei 8666/93

Adesões e Participações em licitações de outros órgãos

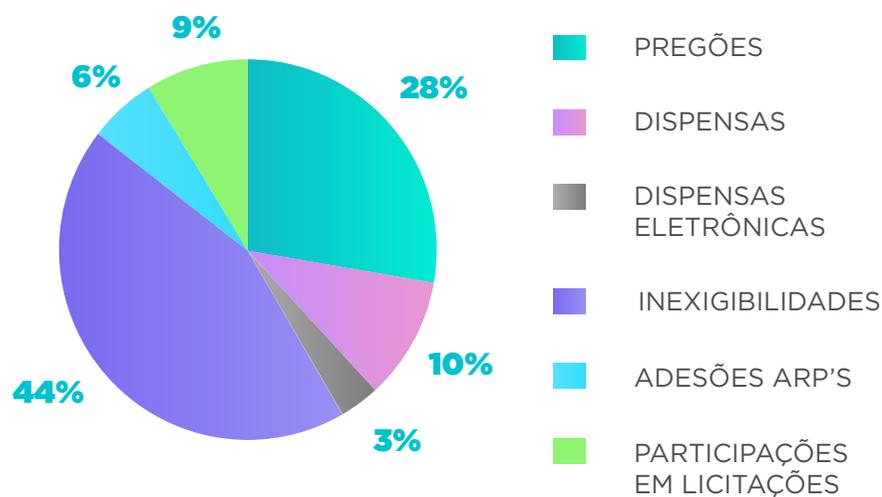


Figura 44 Gráfico - Contratações

CONTRATAÇÕES	
PREGÕES	42
DISPENSAS	16
DISPENSAS ELETRÔNICAS	5
INEXIGIBILIDADES	67
ADESÕES ARP'S	9
PARTICIPAÇÕES EM LICITAÇÕES	13
TOTAL	152

Tabela 43 - Contratações

Principais desafios e ações futuras

O quadro de restrição orçamentária (contingenciamento) no âmbito da Administração Pública vem exigindo contínua adaptação das contratações para manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros constituindo-se, ao nosso ver, o principal desafio da gestão de licitações e contratos, juntamente com as particularidades e necessidades específicas de cada Unidade do Tribunal, a crescente falta de pessoal para atuar nas diferentes unidades administrativas, o elevado número de servidores aptos a aposentar, a ausência de sistemas específicos de gestão de licitações e contratos e as recorrentes mudanças da legislação também podem ser relacionadas como dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região apresentou declaração de conformidade legal alinhada com os termos dos artigos 37, 70 e 74 da Constituição Federal, da Lei nº. 4.320/64, da Lei Complementar nº. 101/2000, da Lei nº. 8.429/92, do Decreto nº. 9.373/2018 e demais instrumentos legais que regem a Gestão Patrimonial na Administração Pública.

Bens Imóveis (Investimentos de Capital)

O Tribunal Regional do Trabalho investiu, em 2019, R\$ 353.487,07 (trezentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sete centavos) na Obra de Construção do Depósito do Fórum Autran Nunes (Galpão Metálico destinado a abrigar o Acervo Arquivístico deste Tribunal) - PROAD nº. 267/2019.

Além da Obra acima mencionada, destacamos o investimento de R\$ 91.255,16 (noventa e um mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos) em Instalações com a Reforma da Sala de Sessões do Pleno e outros serviços destinadas a garantir Acessibilidade nos Imóveis do Complexo TRT7 Sede Aldeota (Rampas, Adequação de Portas, Banheiros PNE, etc) - PROAD nº. 2226/2019.

Estas Ações estão alinhadas aos Objetivo Estratégico nº. 08 - Fortalecer os Processos

de Governança e Combate à Corrupção e trouxeram como benefícios a Melhoria da Infraestrutura dos Imóveis deste Tribunal, bem como possibilitaram a adequação dos espaços beneficiados às atuais regras de Acessibilidade e viabilizaram a Implantação de Melhorias na Gestão Documental deste Tribunal, com a destinação de um Depósito para a Guarda do Acervo Arquivístico deste Tribunal, vizinho às dependências do Fórum Autran Nunes.

Bens Permanentes (Investimentos de Capital)

Quanto às Aquisições de Bens Permanentes, destacamos: Equipamentos de Tecnologia da Informática e Comunicação/ TIC, no valor de R\$ 1.637.498,31 (um milhão, seiscentos e trinta e sete mil, quatro e noventa e oito reais, trinta e um centavos).

Estas Aquisições também estão alinhadas com os Objetivos Estratégicos nºs. 03 - Aprimorar a Infraestrutura e Governança de TIC e 08 - Fortalecer os Processos de Governança e Combate à Corrupção, possibilitando a renovação do Parque de Informática, com a Aquisição de Computadores Switch - PROAD nº. 3607/2017, Servidores em Rack - PROAD nº. 4957/2019 e PROAD nº. 8182/2019, Scanners - PROAD nº. 4477/2018 e Impressoras Multifuncionais - PROAD nº. 5392/2017.

Em seguida, em consonância com as Diretrizes de Sustentabilidade, destaca-se a

Aquisição de 02 (dois) Veículos Híbridos - PROAD nº. 5605/2018, no valor total de R\$ 255.800,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos reais).

Desfazimento de Ativos

O Tribunal Regional do Trabalho realizou, em 2019, 09 (nove) Processos de Desfazimento de Ativos, entre Doações, Leilões, Inutilizações/Abandonos.

Os Ativos desfeitos totalizaram R\$ 100.332,29 (cem mil, trezentos e trinta e dois reais e vinte e nove centavos), destacando-se os seguintes: a) veículos; b) bens móveis em geral (mobiliário, equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos); c) bens de informática; d) divisórias.

Foram favorecidas com os Bens Permanentes desfeitos por Doação algumas Associações de Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAJAN, SOCRELP e ROSA VIRGÍNIA), além da Secretaria de Saúde do Município de Fortaleza, da Polícia Militar do Estado do Ceará e da Universidade Regional do Cariri (URCA). Mais detalhes na **Tabela 43**.

PROCESSOS DE DESFAZIMENTO DE ATIVOS	OS ATIVOS DESFEITOS TOTALIZAM CERCA DE	
9	R\$ 100.332,29	

PROCESSO TRT7 / PROAD	NÚMERO DE ITENS BAIXADOS	VALOR DOS BENS BAIXADOS (Após REAVALIAÇÃO)
PROAD Nº. 102/2019	6	R\$ 73.844,29
PROAD Nº. 1483/2019	287	R\$ 3.872,03
PROAD Nº. 1606/2019 - (LEILÃO ADMINISTRATIVO TRT7 DMLOG Nº. 03/2019)	1.046	R\$ 8.039,93
PROAD Nº. 1606/2019 - (DOAÇÃO)	181	R\$ 13.056,04
PROCESSOS JUNTADOS AO PROAD Nº. 1606/2019		
PROAD Nº. 4418/2019		
PROAD Nº. 4419/2019		
PROAD Nº. 4541/2019		
PROAD Nº. 4692/2019		
PROAD Nº. 5008/2019		
PROAD Nº. 5144/2019		
TOTAL	1.520	R\$ 100.332,29

Tabela 44 - Desfazimentos Ativos

Locação de Imóveis e Equipamentos

No exercício de 2019 o TRT7 manteve 4 (quatro) Contratos de Locação de Imóveis de terceiros, situados nas seguintes localidades:

- 1) no Bairro de Messejana, no Município de Fortaleza;
- 2) no Bairro do Jabuti, no Município de Eusébio;
- 3) no Município de São Gonçalo do Amarante; e
- 4) no Município de Aracati.

Os dois primeiros Imóveis alugados destinam-se à finalidade administrativa, sendo que o primeiro, situado em Messejana, abriga o Acervo Arquivístico de Processos Judiciais de 1ª Instância deste Regional, e o segundo, localizado no Município do Eusébio (Bairro do Jabuti), abriga o Depósito da Divisão de Material e Logística - DMLOG. Os dois últimos Imóveis acima listados abrigam Varas Trabalhistas e, assim, destinam-se à finalidade judiciária, sendo que um abriga a Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante e o outro abriga Vara do Trabalho de Aracati.

Os valores mensais de locação variam de R\$ 2.725,50 (Dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) a R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), dependendo do imóvel. Mensalmente, o TRT7 despense um total de R\$ 26.725,50 (Vinte e seis mil, setecentos e vinte e cinco reais, e cinquenta centavos) com Locação de Imóveis.

PROCESSO TRT7	MUNICÍPIO	CONTRATO TRT7	VALOR DA LOCAÇÃO
PROCESSO TRT7 Nº. 4.734/2012	EUSÉBIO	CONTRATO TRT7 Nº. 45/2012	R\$ 9.000,00
PROCESSO TRT7 Nº. 3.022/2013	ARACATI	CONTRATO TRT7 Nº. 16/2013	R\$ 3.000,00
PROCESSO TRT7 Nº. 1.056/2014	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	CONTRATO TRT7 Nº. 19/2014	R\$ 2.725,50
PROCESSO TRT7 Nº.10.515/2013	FORTALEZA	CONTRATO TRT7 Nº. 40/2014	R\$ 12.000,00
TOTAL		4	R\$ 26.725,50

Tabela 45 - Locação de Imóveis e Equipamentos

Observação: Quanto ao Contrato TRT7 nº. 45/2012 (Locação de Imóvel para o Depósito da DMLOG - Jabuti - Município de Eusébio) foi desocupado em 30 de dezembro de 2019, trazendo uma redução de despesa mensal com locação de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para o próximo Exercício.

Endereços e Fachadas dos Imóveis Locados

Imóvel destinado a abrigar a Vara do Trabalho de São Gonçalo do Amarante

Endereço: Rua Santos Dumont, 28, Bairro: Centro - São Gonçalo do Amarante - CE

Contrato TRT7 nº. 19/2014 - Valor Mensal da Locação: R\$ 2.725,50

Imóvel destinado a abrigar a Vara do Trabalho de Aracati

Endereço: Avenida Coronel Alexanzito, 503, Bairro: Centro, Aracati-CE

Contrato TRT7 nº. 16/2013 - Valor Mensal da Locação: R\$ 3.000,00

Imóvel destinado a abrigar o Acervo Arquivístico de Processos da 1ª Instância

Endereço: Rua Perolina de Moraes, s/n - Bairro: Messejana (Paupina) - Fortaleza-CE

Contrato TRT7 nº. 40/2014 - Valor Mensal da Locação: R\$ 12.000,00

Imóvel destinado a abrigar o Depósito da Divisão de Material e Logística - DMLOG

Endereço: Rua Raul Tavares, 500 c, Bairro: Jabuti - Eusébio - CE

Contrato TRT7 nº. 45/2012 - Valor Mensal da Locação: R\$ 9.000,00

Endereços e Fachadas dos Imóveis Próprios

Imóveis do Complexo TRT7 Sede

Complexo TRT7 (Casa Sede / Casa Branca)

Endereço: Avenida Santos Dumont, 3384, Bairro: Aldeota, Fortaleza- CE

Prédio Anexo I

Endereço: Rua Desembargador Leite Albuquerque, 1077, Bairro: Aldeota, Fortaleza- CE

Prédio Anexo II

Endereço: Rua Vicente Leite, 1281, Bairro: Aldeota, Fortaleza- CE

COMPLEXO FÓRUM AUTRAN NUNES

Imóvel Edifício Manoel Arízio Eduardo de Castro

Endereço: Av. Tristão Gonçalves nºs 968 (Avenida Duque de Caxias, 1150),

Bairro: Centro – Fortaleza-CE

Imóvel Dom Hélder Câmara

Endereço: Av. Tristão Gonçalves nº 912 - Bairro: Centro - Fortaleza - CE

Imóvel Anexo I (Antiga DRT)

Endereço: Av. Tristão Gonçalves nº 936 - Bairro: Centro - Fortaleza - CE

Imóvel Anexo II (Casa D. Ricardina) - Imóvel reformado e destinado ao Depósito do Arquivo Arquivístico do Fórum Autran Nunes

Endereço: Av. Tristão Gonçalves, 930 - Bairro: Centro - Fortaleza - CE

Endereços e Fachadas dos Imóveis Próprios - Varas da Região Metropolitana e Interior do Estado do Ceará

Imóvel do Fórum Trabalhista de Caucaia

Endereço: Av. Contorno Sul, s/n - Bairro: Planalto Caucaia - Caucaia-CE

Imóvel do Fórum Trabalhista de Maracanaú

Endereço: Rua Luiz Gonzaga Honório de Abreu, 80 - Bairro: Parque Antônio Justa - Maracanaú - CE

Imóvel da Vara do Trabalho de Pacajus

Endereço: Av. Vice-Prefeito Expedito Chaves Cavalcante S/N - Bairro: Cruz das Almas - Pacajus - CE

Imóvel do Fórum Trabalhista do Cariri - Juazeiro do Norte

Endereço: Rua Rafael Malzoni, 761, Bairro: São José - Juazeiro do Norte - CE

Imóvel do Fórum Trabalhista de Sobral

Endereço: Av. Lúcia Sabóia nº 500 - Bairro: Centro - Sobral-CE

Imóvel do Fórum Trabalhista de Quixadá

Endereço: Rua Tenente Cravo, nº 775 - Bairro: Campo Velho - Quixadá - CE

Imóvel da Vara do Trabalho de Baturité

Endereço: Rua Major Pedro Catão nº 450 - Bairro: Mondego, Baturité - CE

Imóvel da Vara do Trabalho de Tianguá

Endereço: Rua Manoel da Rocha Teixeira, S/N - Bairro: Planalto - Tianguá - CE

Imóvel da Vara do Trabalho de Limoeiro do Norte

Endereço: Rua Cândido Olímpio de Freitas, 1.655 - Bairro: Centro - Limoeiro do Norte-CE

Imóvel da Vara do Trabalho de Crateús

Endereço: Rua Hermínio Bezerra nº 801 - Bairro: Planalto CE-075 - Crateús-CE

Imóvel da Vara do Trabalho de Iguatu

Endereço: Rua José de Alencar, s/nº - Bairro: Bugi - Iguatu-CE

Cessão de Imóveis

No exercício de 2019, o TRT7 manteve 1 (um) Imóvel cedido pela Prefeitura Municipal de Eusébio. Esta Cessão é sem ônus para a União Federal e viabiliza o funcionamento da Vara Trabalhista do aludido município e, assim, destina-se à finalidade judiciária. Imóvel da Vara do Trabalho de Eusébio

Endereço e Fachada do Imóvel Cedido

Imóvel da Vara do Trabalho de Eusébio

Endereço: Rua Dermeval Carneiro nº 115, Bairro: Centro, Eusébio - CE

Mudanças e Desmobilizações Relevantes

No decorrer do exercício de 2019 não ocorreram Desmobilizações, no âmbito deste Regional.

Destacamos, porém, que o Imóvel locado destinado a abrigar o Depósito da Divisão de Material e Logística - DMLOG - Jabuti - Município de Eusébio) foi devolvido e o Contrato TRT7 nº. 45/2012 foi rescindido, trazendo um redução de despesa mensal com locação de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) para o próximo Exercício.

O Relatório de Inventário dos Bens Imóveis está disponibilizado em nosso sítio eletrônico.

Principais Desafios e Ações Futuras.

Promover o adequado Redirecionamento e/ou Desfazimento dos Bens Permanentes anteriormente acondicionados no Imóvel referente ao Depósito da Divisão de Material e Logística - DMLOG (Jabuti), face ao Distrato da Locação em questão, acondicionando-os de forma organizada no espaço menor, localizado no Complexo Fórum Autran Nunes, destinado a recebê-los.

Otimizar os Processos de Desfazimento de Bens Permanentes, de modo a não ampliar o quantitativo de Bens Permanentes Inservíveis, reduzindo cada vez mais a necessidade de espaço para Guarda.

Intensificar a Parceria com a Superintendência do Patrimônio da União no Ceará - SPU/

CE, de modo a agilizar os Procedimentos de Conclusão dos Processos de Regularização dos Imóveis Próprios vinculados a este Tribunal, com a apresentação dos documentos pertinentes (Habite-se, Certidão do Corpo de Bombeiros, entre outros).

Melhorar a Logística de Distribuição de Materiais de Consumo e Materiais Permanentes destinados às Unidades Administrativas e Judiciárias deste Tribunal, atendendo à Política de Estoques, com o compartilhamento de viagens agendadas, para redução de custos com transporte, face às limitações orçamentárias.

Implantar o Almojarifado Sustentável, promovendo ainda Ações de Sensibilização quanto ao Consumo Consciente.

GESTÃO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

- ▶ ATO nº 131/2017 - Política de Governança de TIC.
- ▶ ATO nº 100/2017 - Diretrizes para o planejamento, gestão do portfólio, avaliação de desempenho e comunicação sobre o resultado da gestão e uso dos serviços de TIC.

EXECUÇÃO DA GOVERNANÇA DE TIC - 2019

- ▶ Planejamento estratégico de TIC para o sexênio 2015/2020.
- ▶ Plano Diretor de TIC referente ao biênio 2018/2020.
- ▶ Comitê de Governança de TIC realizou 4 reuniões em 2019.
- ▶ Comitê Gestor de TIC realizou 12 reuniões em 2019.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



R\$ 4.088.715,13
executados em TIC.



5 novas versões do PJe homologadas e instaladas.



32 servidores especializados em TIC lotados na SETIC.

38 cargos é o déficit atual no quadro.

(Ref: Resolução CNJ n. 211/2015)



15193 chamados atendidos pela Central de Serviços de TIC. **84%** concluídos dentro do nível de serviço definido



64 projetos conduzidos



17 servidores receberam pelo menos **40h** de capacitação.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TIC - PAINEL 2019

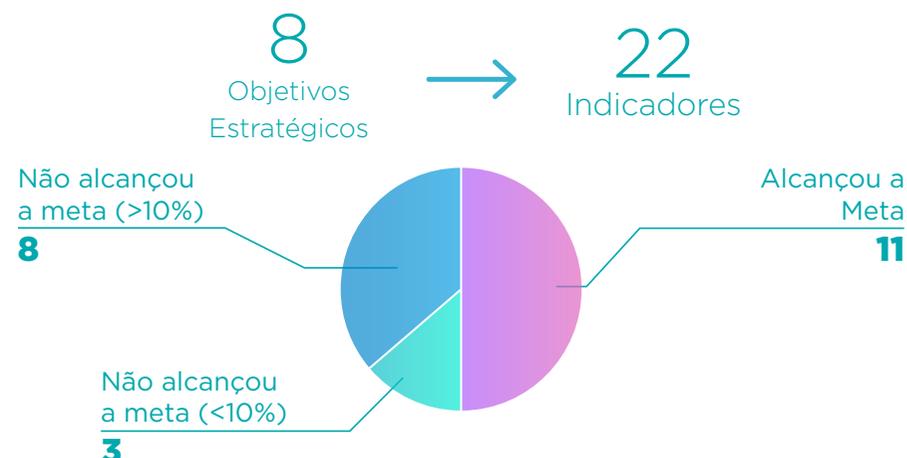


Figura 45 Gráfico - Planejamento Estratégico de TIC - Objetivos e Indicadores

CONFORMIDADE LEGAL - GESTÃO DE TIC

iGovTIC-JUD 2018		
Nota do Órgão	Nível de Maturidade	
0,67	Satisfatório	
Dimensões Avaliadas	Nota do iGovTIC-JUD 2019	Nível de Maturidade
1. Das Políticas Planejamento	0,92	Excelência
2. Das Estruturas, Macroprocessos e Processos	0,76	Aprimorado
3. Das Competências, Desenvolvimento e Desempenho de Pessoas	0,45	Satisfatório
4. Dos Riscos, Monitoramento e Auditoria - Controle de Gestão	0,60	Satisfatório
5. Dos Sistemas, Integração e Nivelamento	0,86	Aprimorado
6. Dos Serviços de Infraestrutura	0,67	Satisfatório
7. Força de Trabalho (quadro especializado)	0,48	Satisfatório

Tabela 46 - iGovTIC-JUD 2019: Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário



Figura 46 Gráfico - iGovTIC-JUD 2019: Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário

Conformidade Legal Auditorias 2019

- ▶ Auditoria sobre aquisições de TIC - gerou 2 determinações e 2 recomendações, todas já atendidas (PROAD 4045/2018).
- ▶ Auditoria sobre Gestão e Governança de TIC - gerou 10 recomendações, sendo 4 já atendidas (PROAD 95/2019).
- ▶ Auditoria sobre Gestão e Governança de TIC - gerou 3 recomendações, sendo 1 já atendida (PROAD 861/2018).
- ▶ Auditoria com objetivo de averiguar a conformidade da execução do estudo qualitativo do pessoal de TIC. Concluiu pela conformidade. (PROAD 5687/2019).
- ▶ Auditoria CNJ sobre diversos itens relacionados a gestão de documentos em suporte eletrônico. Sem recomendações até o presente momento (PROAD 6815/2019).
- ▶ Avaliação do funcionamento do Comitê Gestor de Segurança da Informação. Concluiu pela conformidade (PROAD 5497/2019).
- ▶ Ação de auditoria do CSJT para avaliação da integração entre os processos de planejamento estratégico e de planejamento orçamentário. Sem recomendações até o presente momento (PROAD 6091/2019).
- ▶ Auditoria sobre teletrabalho. Sem recomendações até o presente momento (PROAD 7966/2019).

Montante de Recursos aplicados em TI



R\$ 4.088.715,13
Execução Financeira

Total de recursos executados pela SETIC em 2019



R\$ 4.856.278,00
Proposta Orçamentária

Total de recursos orçados para a SETIC em 2019



84,19 %
Execução Orçamentária

Execução foi menor devido à licitações nacionais não concluídas.

R\$ 1.786.091,56
Total de Recursos em Investimentos

R\$ 2.302.623,57
Total de Recursos em Outras Despesas

Contratações mais relevantes de recursos de TI

SERVIÇOS CONTINUADOS	
Objeto de Contratação	Executado
Serviços de rede de dados de longa distância para interligação da sede deste Tribunal a suas unidades do interior (Links backup)	R\$ 230.476,85
Serviços de manutenção preventiva para a solução de contingência da sala-cofre	R\$ 229.500,00
Serviço de rede de dados entre o fórum AuTRAN Nunes e TRT	R\$ 215.761,50
Serviço de manutenção preventiva para sala-cofre	R\$ 207.675,00
Contratação de serviço de Suporte Técnico, Manutenção Legal, Corretiva, Evolutiva, Preventiva, Releases e novas versões do Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento (último ano, substituído por sistema próprio)	R\$ 198.914,02
Serviço de suporte técnico para licenças de banco de dados Oracle	R\$ 188.314,19

Tabela 47 - Serviços Continuados

INVESTIMENTO	
Objeto de Contratação	Executado
Aquisição de servidores de rede (modernização do datacenter)	R\$ 1.268.821,07
Aquisição de switches de acesso e switches de distribuição (modernização dos ativos de rede)	R\$ 162.800,00
Solução de monitoramento de aplicações para o sistema PJe-JT	R\$ 159.612,25
Aquisição de impressoras e scanner (modernização do parque)	R\$ 91.675,80
Expansão para solução automatizada de backup (segurança da informação)	R\$ 55.131,18

Tabela 48 - Investimentos



Figura 49 Gráfico - Quantidade de iniciativas executadas, distribuídas na cadeia de valor

Digitalização de serviços em 2019 - na cadeia de valor	
Uniformização Jurisprudencial	Banco Nacional de Demandas Repetitivas CNJ - NUGEP - Resolução 235/2016
Gestão de Pessoas	Sistema de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento de Justiça do Trabalho - SIGEP
Administração Geral	Implantação do portal externo do sistema de processo administrativo eletrônico para relação com fornecedores
Prestação Jurisdicional	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Sistema Garimpo - Localização de Depósitos Judiciais ▶ Alvará Eletrônico ▶ Automação de buscas no sistema BacenJud - Sistema SABB

Tabela 50 - Quantidade de iniciativas executadas, distribuídas na cadeia de valor

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS POR CADEIA DE VALOR	
Administração Geral	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Sistema Integrado de Licitações e Contratos ▶ Implantação do portal externo do sistema de processo administrativo eletrônico
Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atualização do Sistema de Gestão Magistrados (para contemplar turmas especiais) ▶ Implantação do Sistema de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento da Justiça do Trabalho.
Controle Interno	7 auditorias respondidas e novos controles implementados
Estratégia Organizacional	Revisão do processo de elaboração do plano diretor de TIC
Comunicação Institucional	Novo portal institucional na internet - padronizado nacionalmente pela Justiça do Trabalho
Uniformização Jurisprudencial	Banco Nacional de Demandas Repetitivas CNJ - NUGEP - Resolução 235/2016
Prestação Jurisdicional	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Atualização do Sistema PJe (5 novas versões ao longo de 2019) ▶ Absorver os atendimentos da extinta central nacional do Pje (0800) ▶ Alvará Eletrônico ▶ Automação das consultas ao BACENJUD - Sistema SAABB
Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Modernização do sistema operacional nas estações de trabalho ▶ Ampliação dos enlaces de dados das varas do trabalho do interior ▶ Implantação da infraestrutura ágil de TIC para o sistema PJe (principal e contingência) ▶ Atualização da infraestrutura de banco de dados do sistema PJe

Tabela 51 - Principais Iniciativas e Resultados por Cadeia de Valor

SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO

SEÇÃO DA NORMA NBR 27002	Prática do TRT7 Confrontada com os controles da norma NBR 27/002		
	2016	2017	2018
5 - Políticas de segurança da informação	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO	IMPLEMENTADO
6 - Organização da segurança da informação	NÃO AVALIADO	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE
8 - Gestão de Ativos	NÃO IMPLEMENTADO	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE
9 - Controle de Acesso	NÃO AVALIADO	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE
10 - Criptografia	NÃO AVALIADO	NÃO IMPLEMENTADO	NÃO IMPLEMENTADO
11 - Segurança Física e do Ambiente	IMPLEMENTADO	IMPLEMENTADO	IMPLEMENTADO
12 - Segurança nas Operações	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE
13 - Segurança nas Comunicações	NÃO AVALIADO	EM ANDAMENTO	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE
16 - Gestão de incidentes de SI	NÃO IMPLEMENTADO	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO
17 - Aspectos da SI na continuidade do negócio	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE	IMPLEMENTADO PARCIALMENTE

Tabela 52 - Práticas do TRT7 Confrontadas com os controles da norma NBR 27/002

PRINCIPAIS INICIATIVAS EM 2019

- ▶ Estruturação do sistema de gestão de segurança da informação (SGSI), incluindo a apuração de indicador de benefício do processo e definição de meta para 2020.
- ▶ Realização da análise de riscos dos sistemas essenciais de TIC.
- ▶ Foram realizadas três reuniões do Comitê Gestor de Segurança da Informação.

- ▶ Foi instituído o processo de gestão da capacidade e disponibilidade de TIC.
- ▶ Modernização da solução de controle do tráfego da rede de dados (firewall).
- ▶ Revisão nas diretrizes do processo de gestão de continuidade e política de backup.
- ▶ Executado teste do plano de continuidade operacional do sistema de Processo Judicial Eletrônico.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Desafios

- ▶ Limitação orçamentária (EC 95);
- ▶ Conciliar redução do custo de TI com aumento de demanda;
- ▶ Quadro de pessoal muito abaixo do necessário (Acórdão TCU 750/2014; Resolução CNJ 211/2015);
- ▶ Uso de múltiplas tecnologias (excessiva heterogeneidade do ambiente);
- ▶ Conciliar as novas demandas com a execução do planejamento estratégico e tático vigente;
- ▶ Implantar a cultura de gestão de processos;

Ações

- ▶ Estabelecer o planejamento estratégico de TIC (PETIC) para o próximo ciclo 2021/2026;
- ▶ Estabelecer o planejamento tático de TIC (PDTIC) para o biênio 2021/2022;
- ▶ Possível adoção de nuvem em larga escala;
- ▶ Ampliar o uso de infraestrutura ágil;
- ▶ Possível centralização no Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília/DF, de algumas aplicações;

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

Os Critérios de Sustentabilidade nas Aquisições e Contratações do TRT-7ª Região são aqueles previstos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - **Resolução CSJT nº. 103/2012**, entre os quais destacamos: preferência à aquisição de produtos constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis, aquisição de papel reciclado ou branco, com certificação ambiental, equipamentos com eficiência energética e previsão de Logística Reversa entre outros.

Plano de Logística Sustentável do TRT-7ª Região

O PLS/TRT7/CE, aprovado pela Resolução TRT7 nº. 227/2016, tem reflexos diretos quanto ao fluxo de bens e serviços, da aquisição/fornecimento ao desfazimento de materiais, proporcionando a racionalização do consumo, o combate ao desperdício e a minimização de impactos ambientais, possibilitando, por fim, a redução de despesas.

Os Temas acompanhados pelo supracitado Plano são os seguintes: Papel, Copo Descartável, Água Mineral, Impressão de Documentos e Equipamentos Instalados, Energia Elétrica, Água e Esgoto, Gestão de Resíduos, Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Telefonia, Vigilância, Limpeza, Combustível, Veículos, Capacitação em Gestão Socioambiental e Reformas. O

Relatório de Desempenho completo está disponível no sítio eletrônico do Tribunal.

Ações de Redução de Consumo de Recursos Naturais



Papel (Consumo em Resmas)

Como resultado da Intensificação das Campanhas de Sensibilização, promovidas pela Comissão Permanente de Gestão Ambiental - CPGA (Campanha de Impressão Frente e Verso), a Disseminação do Processo Judicial Eletrônico - PJe/JT e a Ampliação do Processo Administrativo Eletrônico - PROAD houve uma redução de 419 Resmas em 2019 comparando-se com o consumo de 2018.

Houve redução tanto no consumo de Resmas de Papel Reciclado quanto de Papel Branco.

Consumo em Resmas	
2019	2.985 Resmas
2018	3.404 Resmas
2017	4.568 Resmas

Tabela 53 - Consumo em Resmas (Fonte: SCMP)



Água e Esgoto (Consumo em m³ x m³/m²)

O **volume em m³** de água consumido no exercício de **2019** foi superior ao exercício de **2018**, importando numa **acréscimo de 639 m³**, que representa um **aumento no consumo** em torno de **4,39%**.

Houve também **aumento de 5,19%** no comparativo de **consumo de volume de água por área construída - m³/m²**.

	Consumo m ³ x	Consumo m ³ /m ²
2019	15.207 m ³	0,3656 m ³ /m ²
2018	14.568 m ³	0,3475 m ³ /m ²
2017	15.887 m ³	0,3897 m ³ /m ²

Tabela 54 - (Fonte: SCMP)



Energia Elétrica (Consumo em Kwh)

O quantitativo de KWh de Energia Elétrica consumida no Exercício de 2019 foi um pouco superior ao Exercício de 2018, resultando num aumento de 77.243 KWh, que representa um acréscimo de consumo no percentual de 1,93%.

Houve também acréscimo de 2,72% no comparativo de consumo do quantitativo de energia elétrica por área construída - KWh/m².

Destacamos, porém, que houve um Reajuste Médio de 7,87% nas Tarifas da Concessionária de Energia Elétrica. Desta forma, entendemos que este resultado pode ser considerado positivo.

O Tribunal estuda a possibilidade de contratação de energia alternativa e adota as seguintes medidas de economia e redução.

Entre as Medidas de Racionalização do Consumo de Energia Elétrica, destacamos: substituição de lâmpadas fluorescentes por "LED", instalação de sensores de presença, desligamento programado do Sistema de Climatização (Ar Condicionado), acompanhamento e correções no Banco de Capacitores, evitando energia reativa excedente, entre outros.

	Consumo Kwh x	Consumo KW h/m ²
2019	4.077.010 KWh	98,01 KWh/m ²
2018	3.999.767 KWh	95,41 KWh/m ²
2017	3.862.635 KWh	94,41 KWh/m ²

Tabela 55 - (Fonte: NMANUT/Relatório de Desempenho do PLS/TRT7/CE)

Ações de Redução de Consumo de Resíduos Poluentes



Impressão de Documentos

Houve uma redução de 284.788 Impressões de Documentos em 2019 no comparativo com as Impressões de 2018, equivalente ao percentual de 13,01%.

Ressaltamos, também, a redução de Despesas com Aquisição de Suprimentos de Informática, representando uma economia no percentual de 52,94% em comparação a 2018, no valor de R\$ 66.307,03.

Despesas com Suprimentos de Informática (Descarte pela Logística Reversa)	
2019	R\$ 58.930,32
2018	R\$ 125.237,35
2017	R\$ 145.967,60

Tabela 56 - Despesas com Suprimentos de Informática (Fonte: SCMP)

Quantidade de Documentos	
2019	1.903.837 Impressões
2018	2.188.625 Impressões
2017	3064320 Impressões

Tabela 57 - Quantidade de Documentos (Fonte: DSSUTIC)



Combustível (Consumo em Litros/Quantidade de Veículos Oficiais)

Houve uma **pequena redução no consumo de Consumo de Combustível em 2019**, tanto de Gasolina (Comum e Aditivada) quanto de Álcool/Gasolina - Flex e Diesel em comparação a 2018.

Consumo em Litros em 2019	
Gasolina (Comum e Aditivada)	11.350,08 litros
Álcool/Gasolina - Flex	436,541 litros
Diesel	8.126,24 litros
Quantidade de Veículos	
VF - Veículos Flex	19
VH - Veículos Híbridos	7
VD - Veículos a Diesel	7
Total de Veículos	33

Tabela 58 - Consumo de Combustível (Fonte: Setor de Transporte)

Medidas destinadas a Redução do Consumo de Combustível: viagens compartilhadas e programadas.

Medidas destinadas a Redução do Consumo relacionadas à Manutenção de Veículos: Lavagem Ecológica. Enquanto numa Lavagem Ecológica gasta-se, em média, 4 a 6 litros de água por Veículo, na Lavagem Comum gasta-se, em média, 400 a 600 litros de água (Fonte; Setor de Transporte). Com a entrada em operação dos Veículos Híbridos, em abril de 2019, o Tribunal conseguiu um melhoria significativa quanto a economia de combustível.

Gasolina (Comum e Aditivada) - Álcool/Gasolina - Flex/Quantidade de Veículos Oficiais	
2019	7,15
2018	6,39
2017	6,59

Diesel/Quantidade de Veículos Oficiais	
2019	8,18
2018	6,68
2017	6,92

Tabela 59 - Quantidade de Diesel por veículo (Fonte: Setor de Transporte)



Copo Descartável (Consumo em Cento)

Houve uma **redução no consumo de Copos Descartáveis**, especialmente no que se refere aos **Copos de 200ml (Água)**, num total de **117 (cento e dezessete) centos, no Exercício de 2019 em comparação a 2018**. Contudo, quanto ao consumo de **Copos de 50ml (Café)**, houve um **aumento de 51 (cinquenta e um) centos**. Em que pese este pequeno aumento no consumo, a quantidade acrescida foi menor de 2018.

O crescente número de Ações de Capacitação e Qualidade de Vida, o Funcionamento do Edifício Manoel Arízio (Retrofit) - Fórum Autran Nunes, com os Centros de Atendimento a Usuários, a exemplo do Centro Judiciário de Solução de Disputas (CEJUSC-JT) e as Reuniões e Palestras realizadas na Sala de Treinamento da Escola Judicial no aludido Imóvel foram os fatores que propiciaram o aumento do Consumo dos Copos de 50ml (Café). Quanto à Água é propagada a prática de levar o Squeeze ou Copo Verde, mas esta ideia não é ampliada para o Copo de Café.

A Comissão Permanente de Gestão Ambiental/Ecosétima irá intensificar as **Campanhas para Redução do Consumo de Copos Descartáveis** e está estudando a possibilidade de apresentar **Ato Normativo limitando o uso destes materiais**.

Copo Descartável 200 ml - Água	
2019	1.351 Centos
2018	1.468 Centos
2017	1.476 Centos

Copo Descartável 50 ml - Café	
2019	427 Centos
2018	376 Centos
2017	280 Centos

Tabela 60 - Quantidade de copos (Fonte: SCMP)

Outras Ações de Sustentabilidade Ambiental



Gestão de Resíduos - Coleta Seletiva

O TRT-7ª Região organiza a Coleta Seletiva desde desde a criação da Comissão Permanente de Responsabilidade Socioambiental (Ecosétima) em 2008 e em 2019 contratamos a elaboração do nosso Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

Atualmente, temos Acordo de Cooperação Técnica assinado, de acordo com o Decreto nº. 5940/2006, que deverá ser renovado em 2020. Tal Acordo foi firmado entre o Tribunal e as seguintes Associações de Catadores de Materiais Recicláveis: ASCAJAN, SOCRELP, BRISAMAR.



Coletor de Pilhas e Baterias



Coletor de Papel



Estação de Coleta Seletiva



Logística Reversa de Cartucho

Gestão de Resíduos (Coleta Seletiva 2019)	
Papel	12.192 kg
Plásticos	1.841 Kg
Vidros	1.294 Kg
Cartuchos recolhidos pela Logística Reversa	261 unidades
Resíduos de Obras e Construção Civil	124 m³
Pilhas e Baterias	56,3 Kg
Resíduos de TIC	216 Kg
Metais	373 Kg
Lâmpadas	3.160 unidades

Tabela 61 - Gestão de Resíduos (Fonte: Ecosétima)



Ações de Qualidade de Vida

No **Exercício de 2019** tivemos a criação do **Comitê de Qualidade de Vida no Trabalho - Ato TRT7 nº. 94/2019**, o que facilitou o **Planejamento das Atividades realizadas pelo Tribunal**.

Destacamos as seguintes iniciativas referentes às **Ações de Qualidade de Vida (Janeiro Branco - Cuidados com a Saúde Mental, Abril Verde - Semana de Responsabilidade Socioambiental, Setembro Amarelo - Prevenção ao Suicídio, Outubro Rosa - Prevenção Câncer de Mama, Sema-**

na do Servidor e Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais, **Novembro Azul** - Prevenção Câncer de Próstata, **Vacinação contra a Gripe, Odisseias Literárias - Incentivo à Leitura**, dentre outras), **Ações Solidárias** (Farmácia Comunitária, Bazar Solidário, Doação de Livros e Brinquedos, Doação de Tampinhas para o Lar Torres de Melo, Doação de Leite, **Projeto Fada Madrinha - Inserção dos Estagiários no Mercado de Trabalho - Pós-Estagiário**, Doação de Cestas Básicas, entre outras), **Ações de Inclusão Social** (Campanha Mundial de Conscientização do Autismo, Contratação de Deficientes Auditivos para Higienização do Acervo Arquivístico, firmada entre este Tribunal e a **Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivos - APADA** e **Adaptações de Acessibilidade nos Imóveis do TRT-7ª Região** - Rampas, Elevador para Pessoas com Deficiência, Piso Tátil e **Adequação do Website da Justiça do Trabalho do Ceará** para Deficientes, entre outras).

Ações	2017	2018	2019
Qualidade de Vida	23	27	64
Solidárias	8	8	15
Inclusão Social	2	4	13

Tabela 62 - Ações

Salientamos, por oportuno, que houve um **acréscimo significativo** tanto nas **Ações de Qualidade de Vida**, representando um percentual de **137%** em comparação a **2018**, como nas **Ações Solidárias**, onde o percentual foi de **87,50%** e nas **Ações de Inclusão Social**, com o percentual de **225%**. O Tribunal investiu bastante na Qualidade de Vida, com atenção especial para ampliação dos Mecanismos de Acessibilidade para Pessoas Deficientes.

Participações em Fóruns, Comitês e Eventos de Sustentabilidade e Acessibilidade

► **Fórum Permanente de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho** - O TRT-7ª Região do referido Fórum e coordena o **Subcomitê da Região Nordeste - Ato CSJT.GP.SG.CGEST nº. 196/2019**.

► **Fórum Lixo & Cidadania** - O TRT-7ª Região atua junto às Associações de Catadores de Materiais Reciclados e demais Órgãos.

► **Protocolo de Cooperação Técnica referente a Implantação de Programas e Ações de Responsabilidade Socioambiental**, com foco no **Cumprimento da Agenda ONU 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e Realização da Palestra “Alinhamento das Metas do Poder Judiciário com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda ONU 2030”**, realizada em **Maios/2019**.

► **I Encontro Nacional de Acessibilidade e Inclusão - ENAI (Setembro/2019 - Brasília-DF)**, promovido pelo **Superior Tribunal de Justiça - STJ**.

► **IV Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho e Reunião do Fórum de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (Outubro/2019 - Cuiabá/MT)** - Compartilhamento de Boas Práticas em Sustentabilidade no âmbito da Justiça do Trabalho.

Principais Desafios e Ações Futuras

► **Execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS**, elaborado em 2019, com as consequentes Ações de Divulgação e Sensibilização dos Gestores e Usuários da Justiça do Trabalho quanto à necessidade de cumprimento do aludido Plano.

► **Lançamento do Edital de Chamamento ao Público**, com intuito de viabilizar a formalização de novos **Acordos de Cooperação Técnica** com as **Associações de Catadores de Materiais Reciclados**, de acordo com o **Decreto nº. 5940/2006**.

► **Promover a Conscientização do Corpo Funcional do TRT-7ª Região Magistrados, Servidores e Terceirizados sobre Responsabilidade Socioambiental**

► **Ampliação da Coleta Seletiva e da Reciclagem**

► **Promoção de Licitações Sustentáveis e Compras Compartilhadas**

► **Ampliação das Ações de Capacitação e a Sensibilização.**

► **Ampliação das Ações voltadas ao Voluntariado**

► **Ampliação das Campanhas sobre o uso do Copo Verde/Redução do Consumo de Copo Descartável**

► **Ampliação das Ações de Qualidade de Vida, que impactam na Sustentabilidade**

► **Ampliação das Ações de Inclusão Social e Acessibilidade**



Figura 48 Foto - Certificado Selo A3P Verde

O TRT-7ª Região recebeu o “Selo A3P Verde” referente ao Período de 2015 a 2020 e possui Termo de Compromisso firmado desde 2010.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

1. Contexto operacional da Unidade Contábil e normas legais e técnicas adotadas nas atividades

A Divisão de Contabilidade (DC) é uma unidade administrativa integrante da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7), com subordinação à Diretoria Geral, e atuação definida nos artigos 116 e 117 do Regulamento Geral deste Regional, cujas atividades são exercidas por 02 Analistas Judiciários – Contabilidade e 02 Técnicos Judiciários e colaboração de 02 estagiários bacharelados em Ciências Contábeis.

Conduzida pela Diretora exercente de cargo comissionado de nível CJ1, Valcira Maria da Silva Baracho desde junho/2010, CRC/CE 8915-03, possui em sua estrutura básica uma Seção de Escrituração Financeira e Patrimonial (SEFP) dirigida desde 2014 pela Técnica Judiciária ocupante de função comissionada FC4, a Coordenadora de Serviço Giany Lopes do Nascimento Lavor, CRC/CE 023750/06. A Equipe técnica se completa com o Analista Judiciário – Contábil Airton Oliveira Victor Filho CRC/CE 017343/O desde dez/2016 e o Técnico Judiciário Francisco Leite Teixeira CRC/CE 014271-0/O, lotado na DC desde 2009.

A conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patri-

monial executados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e refletidos nas demonstrações contábeis é efetuada mensalmente pela Diretora da DC ou pela Coordenadora da SEFP, profissionais devidamente registradas e regularizadas no Conselho Regional de Contabilidade, bem como credenciadas no SIAFI no Rol de Agentes Responsáveis na Natureza de Responsabilidade de 207 – Responsável pela Conformidade Contábil.

Esse processo visa assegurar a confiabilidade, fidedignidade e integridade dos dados contabilizados no SIAFI e permitiu identificar as ressalvas ao longo do exercício e saná-las antes do encerramento de 2019, observados os procedimentos descritos no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil.

A conferência e certificação diária da consistência documental que dá suporte aos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial registrados no SIAFI foi efetuada pela Técnica Judiciária Fátima Maria Sousa D'Alencar formalmente designada para a verificação da Conformidade de Registros de Gestão, obedecendo ao princípio da segregação de função de emitir documentos, e com nome constante no Rol de Responsáveis no SIAFI desde 2014.

A Divisão de Contabilidade integra o Sistema de Contabilidade Federal, estabelecido pela Lei nº 10.180/2001 e regulamentado pelo Decreto 6976/2009, como Unidade Setorial Contábil da Unidade Gestora 080004 – TRT 7ª Região, e quanto à administração de suas finanças e contabilidade segue a Lei 4.320/1964, Decreto-Lei 200/1967, Decreto 93.872/1986, Lei Complementar

101/2000 (LRF), além das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público NBC TSP do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adotando as práticas contábeis públicas brasileiras padronizadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira, ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Quanto à execução do orçamento, esta Unidade Orçamentária 15108 – TRT 7ª Região segue a Lei do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA, e está sob supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, se vinculando às decisões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Órgão Central do Sistema, conforme determinado no art. 111-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

Este Tribunal é responsável pela elaboração e publicação de suas Demonstrações Contábeis (DCON) a partir das informações constantes no SIAFI, conjugando as disposições legais citadas anteriormente e aquelas especificamente contidas na NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, refletindo adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Regional, sendo compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC).

Os Demonstrativos Contábeis, as Notas Explicativas e a Declaração da Contadora desta Unidade Gestora 080004, Unidade Orçamentária 15108, estão publica-

dos em sua integralidade no endereço eletrônico https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3185&Itemid=924.

As Competências da Divisão de Contabilidade dispostas no Capítulo IX, artigos 116 e 117 do Regulamento Geral estão disponibilizadas https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3288&Itemid=992 e replicadas abaixo:

Art. 116. À Divisão de Contabilidade compete:

- I - planejar, orientar, coordenar, supervisionar, dirigir e acompanhar a execução dos trabalhos afetos à Divisão e às unidades sob sua responsabilidade, respondendo pela regularidade dos serviços;
- II - promover todos os atos atinentes à contabilidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial em estrita observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
- III -- analisar as contas públicas do TRT da 7ª Região, certificando os demonstrativos contábeis (balanço orçamentário, financeiro, patrimonial, demonstrações das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa) gerados pelo SIAFI;
- IV -executar a contabilidade do Tribunal, registrando as operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, em conformidade com o Plano de Contas Único da União e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
- V -registrar mensalmente no SIAFI a Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, para a correta emissão anual do

Balanço Geral da União;

VI - emitir Declaração anual, como Contador Responsável pela Unidade Gestora do TRT 7ª Região, acerca das Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

VII - elaborar, anualmente, declarações contábeis de integridade dos registros da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras, para composição do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas da União (TCU);

VIII -prestar assistência, orientação e apoio técnicos, em matéria contábil, ao ordenador de despesa, gestor financeiro e responsáveis por bens, direitos e obrigações no âmbito deste Regional;

IX - acompanhar a execução do orçamento, orientando sobre as classificações orçamentárias utilizadas nos empenhos emitidos pela Divisão de Orçamento e Finanças, bem como sobre a classificação contábil, a liquidação e o pagamento das despesas públicas registradas no SIAFI;

X - manter registro contábil no SIAFI dos imóveis adquiridos e construídos pela União;

XI - analisar a prestação de contas de suprimento de fundos para fins de registro da conformidade contábil mensal;

XII - elaborar quadrimestralmente o Relatório de Gestão Fiscal (RGF);

XIII - cadastrar e habilitar os usuários da Unidade Gestora nos sistemas SIAFI, TESOIRO GERENCIAL, SIAFI GERENCIAL e

Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG);

XIV - registrar mensalmente a conformidade dos operadores da Unidade Gestora no

SIAFI e no SIASG;

XV - atualizar, no SIAFI, o Cadastro de Responsáveis (CADRESP) dos agentes públicos;

XVI - atualizar o cadastro dos representantes/responsáveis pelo CNPJ do TRT da 7ª Região na Receita Federal do Brasil e Prefeitura Municipal de Fortaleza;

XVII - acompanhar a execução dos restos a pagar e elaborar, anualmente, relatório de

movimentação e saldos dos restos a pagar para composição do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual ao TCU;

XVIII - coordenar os procedimentos para a restituição/retificação aos contribuintes das receitas da União arrecadadas indevidamente por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU);

Parágrafo único. A Divisão de Contabilidade, dirigida por um Diretor, cargo em comissão de nível CJ1, e possui na sua estrutura básica a Seção de Escrituração Financeira e Patrimonial, chefiada por um Coordenador de Serviço exercente da função comissionada de nível FC4.

Subseção Única

Da Seção de Escrituração Financeira e Patrimonial (SEFP)

Art. 117. À Seção de Escrituração Financeira e Patrimonial compete:

I - gerenciar e pagar no SIAFI as despesas de pessoal do Tribunal;

II - registrar as devoluções de despesas e regularizar no SIAFI os lançamentos, ajustando contas contábeis e contas de controle;

III - registrar mensalmente as informações previdenciárias dos prestadores de serviços – pessoas físicas e dos servidores vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS);

IV - registrar no SIAFI as variações patrimoniais ocorridas nos bens móveis, bem como o registro da depreciação e da amortização dos softwares;

V - inscrever e baixar responsabilidades apuradas dos agentes públicos que receberam

suprimento de fundos, por ocasião da prestação de contas;

VI- registrar e manter atualizado no SIAFI os contratos/convênios/acordos e as garantias contratuais (seguros e cauções) prestadas pelas empresas contratadas por este Tribunal, bem como a atualização financeira dos depósitos em caução efetuados junto à Caixa Econômica Federal (CAIXA);

VII- elaborar mensalmente os demonstrativos orçamentários por natureza de despesa

e de execução orçamentária consolidado, para publicação no Portal da Transparência;

VIII - elaborar bimestralmente o Resumo Orçamentário por Programa e Natureza da Despesa, para publicação no Portal das Contas Públicas;

IX - prestar informações sobre os aspectos previdenciário e tributário das planilhas de custos e de formação de preços das empresas contratadas pelo Tribunal, bem como so

bre a qualificação econômico-financeira em processos de contratação;

X - elaborar, anualmente, quadros de Execução Orçamentária e Financeira das despesas e relatório de reconhecimento de passivos por insuficiência de Créditos/Recursos;

XI - efetivar a Restituição/Retificação aos contribuintes dos valores arrecadados indevidamente por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU);

XII - contabilizar e registrar os passivos trabalhistas do Tribunal no SIAFI e de todos os passivos de pessoal não pagos por insuficiência orçamentária;

XIII - colaborar com a Divisão de Orçamento e Finanças e a Divisão de Pagamento de Pessoal na alocação orçamentária das despesas de pessoal no Orçamento Anual e nos créditos adicionais;

XIV - extrair balanços e demonstrativos mensais e anuais das operações que foram contabilizadas para controle da execução orçamentária e financeira, visando apurar o déficit ou superávit orçamentário e financeiro de pessoal.

2. Composição dos principais itens das Demonstrações Contábeis Consolidadas Resumidas

Balço Patrimonial Resumido (valores em R\$)			
ATIVO	NE	2019	2018
Ativo Circulante		21.477.461,49	21.590.951,48
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	18.379.291,59	21.112.507,74
Demais Ativos Circulante		3.098.169,90	478.443,74
Ativo Não Circulante		103.511.331,78	106.472.329,62
Ativo Realizável a Longo Prazo	2	378.366,23	392.436,14
Imobilizado	3	101.108.301,12	103.939.020,94
Bens Móveis	3.1	19.728.320,19	22.111.575,90
Bens Imóveis	3.2	81.379.980,93	81.827.445,04
Intangível	3.3	2.024.664,43	2.140.872,54
TOTAL DO ATIVO		124.988.793,27	128.063.281,10
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2019	2018
Passivo Circulante		12.099.591,27	23.722.578,49
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	4	12.053.555,29	23.679.570,37
Demais Obrigações Curto Prazo		46.035,98	43.008,12
Passivo Não Circulante		9.926.636,85	7.389.706,43
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Longo Prazo	4	9.926.636,85	0,00
Provisões a Longo Prazo	4	0,00	7.389.706,43
TOTAL DO PASSIVO		22.026.228,12	31.112.284,92
Patrimônio Líquido	5	102.962.565,15	96.950.996,18
Resultados Acumulados		102.962.565,15	96.950.996,18
TOTAL DO PASSIVO + PL		124.988.793,27	128.063.281,10

Tabela 63 - Balço Patrimonial Resumido - Fonte SIAFI

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta única derivada do princípio de unidade de tesouraria estabelecido na Lei 4320/64 (art.56 - O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais) e conforme artigo 1º e 2º do Decreto 93.872/86 é mantida no Banco Central – BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

Este item compreende os depósitos recebidos em garantia de contratos de fornecimento de bens e de prestação de serviços firmados com terceiros e efetuados

em dinheiro na Caixa Econômica Federal, e apresenta um saldo de R\$ 7417,01 atualizado de acordo com os extratos bancários fornecidos pela instituição financeira.

O principal componente deste grupo é a conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, com representação de 85,54% do total do Ativo Circulante, apresentando-se detalhada por fonte de recursos, que define a origem da arrecadação, percebendo-se que a principal fonte de financiamento do TRT7 são os Recursos Ordinários oriundos da arrecadação de tributos (Fonte 00) pelo Tesouro Nacional, com 68,53% de participação. **Ver Tabela 62.**

Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Por fonte de Recursos - Valores em R\$					
Detalhamento de Conta		31/12/19	AV(%)	31/12/18	AH(%)
00	Recursos Ordinários	12.590.821,03	68,53%	14.160.097,78	-11,08%
27	Custas e Emolumentos - Poder Judiciário			899.891,26	-100,00%
50	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	2.972.266,33	16,18%	2.536.939,26	17,16%
63	Recursos Próprios Decor. Alien.Bens e dir.do Patr.Pub.	261.617,16	1,42%	145.832,94	79,40%
69	Contribuição Patronal p/Plano de Seguridade Soc.Serv.			646.327,37	-100,00%
81	Recursos de Convênios	2.547.170,06	13,86%	2.721.599,62	-6,41%
Total		18.371.874,58	100,00%	21.110.688,23	-12,97

Tabela 64 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento

As fontes próprias 50, 63 e 81 representam 31,46% de nossos recursos financeiros e são decorrentes de esforço próprio do Regional em arrecadar, estando a utilização desses recursos financeiros arrecadados condicionada à inclusão de crédito orça-

mentário em nossa Lei Orçamentária Anual ou através de créditos adicionais.

A fonte de Recursos de Convênios 81 representa 13,86% do total das fontes e se origina da remuneração de 0,09% calcula-

da sobre a média de saldos diários - MSD (dias úteis) dos depósitos judiciais de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) do mês anterior, mantidos no Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), de acordo com os termos do Contrato de Prestação de serviços bancários celebrado entre o CSJT e os referidos bancos. A arrecadação é feita através de GRU para a Conta Única do Tesouro Nacional e centralizada no CSJT que, oportunamente, repassa os recursos financeiros para este Regional até o limite orçamentário previsto em nossa Lei Orçamentária Anual.

A arrecadação na fonte 50 decorre das taxas recebidas de Aluguel e rateio das despesas de manutenção com os espaços cedidos para as Instituições Financeiras e entidades de classe (Sindissétima, Anajustra, CAACE), além do aluguel para funcionamento de restaurante, cedidos através de Termos de Cessão de Uso conforme determinação da Resolução CSJT 87/2011.

Vale destacar que houve no exercício de 2019 a geração de receita de R\$ 115.784,22 na fonte de recursos 63, derivada de alienação de veículos, mobiliário, equipamentos diversos e material de informática, através de Leilão Administrativo TRT7 DMLOG 01 e 03/2019 realizados por este Regional.

Nota 2 – Ativo Realizável a Longo prazo

Os demais créditos e valores a receber a longo prazo possuem expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis e neste Regional referem-se integralmente aos créditos a receber de R\$ 378.366,23 referente ao aporte inicial antecipado pelo TST em 2013 referente a este Regional e baseado nos

limites da LRF (R\$ 289.746,82), atualizado anualmente pelo IPCA, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário – Funpresp-Jud, para futuras compensações definidas no Protocolo de Compromisso firmado entre o Judiciário Federal e a FUNPRESP-JUD (Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN 21/2015 e Mensagem CFIN/CSJT 40/2015).

O valor inicial antecipado pelo TST para o funcionamento inicial do Funpresp-Jud (art. 25 da Lei 12.618/2012) foi compensado parcialmente em nov/2019, com a devolução da primeira parcela desse aporte inicial para o TST, cujo rateio correspondente ao Regional é de R\$ 26.921,55, reduzindo nossos créditos a receber em 2019.

Nota 3 – Ativo Imobilizado e Intangível

Na avaliação e mensuração patrimonial do Imobilizado e Intangível é adotado o critério definido pela NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado e 08 - Ativo Intangível, que reconhece os bens com base no valor de aquisição, custo de produção ou de construção, acrescido dos valores das benfeitorias realizadas para os bens imóveis, ou incorporação de gastos posteriores quando aumentam a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. A depreciação e amortização

registram a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado devido a desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência.

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado e intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para os bens móveis a partir de janeiro/2010 foi o “método Linear ou das quotas constantes”, em conformidade com os critérios e procedimentos dispostos nas NBC TSP 07 e 08 e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional (MCASP), além da Macrofunção SIAFI 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm.Dir.União, Aut.e Fund. e 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

Na estimativa da vida útil econômica dos bens móveis, este Regional utilizou a tabela padrão de vida útil (anos) e de valor residual (percentual) definida pela STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, e disposta na macrofunção 02.03.30, sendo o cálculo da depreciação e amortização realizado mensalmente pela Divisão de Material e Logística – DMLog, utilizando o Sistema de Controle de Material e Patrimônio (SCMP), que também registra e controla o ativo imobilizado e intangível.

O ativo imobilizado compreende os bens corpóreos, bens móveis e imóveis, destinados à manutenção das atividades do Regional e é responsável por 80,90% do total do Ativo, sendo portanto o grupo mais representativo do Ativo Não Circulante.

Nota 3.1. Bens Móveis

Os bens móveis do TRT7ª Região, em 31/12/2019, totalizaram o valor bruto de R\$42.478.947,39, sendo compostos em sua maioria (aprox.80%) por equipamentos de tecnologia e comunicação de dados e mobiliário em geral, evidenciando a prioridade atribuída aos investimentos em equipamentos e modernização das instalações com objetivo de dar celeridade aos julgamentos dos processos judiciais, incluindo o constante aprimoramento do PJ-e – Processo Judicial Eletrônico. Ver Tabela 63.

Bens Móveis - Composição e Depreciação - Valores em R\$				
Detalhamento de Conta Contábil	31/12/19	AV(%)	31/12/18	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	3.774.517,25	8,89%	4.120.922,69	-8,41%
Bens de Informática	25.468.927,60	59,96%	24.410.393,03	4,34%
Equip.de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC	25.468.927,60	59,96%	24.410.393,03	4,34%
Móveis e Utensílios	8.328.262,48	19,61%	8.443.530,24	-1,37%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.058.147,14	2,49%	1.129.015,45	-6,28%
Máquinas e Utensílios de Escritório	2.507,78	0,01%	3.012,39	-16,75%
Mobiliário em Geral	7.267.607,56	17,11%	7.311.502,40	-0,60%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	562.311,36	1,32%	687.252,50	-18,18%
Veículos	2.962.876,09	6,97%	3.004.275,08	-1,38%
Veículos em Geral	2.294,23	0,01%	2.359,23	-2,76%
Veículos de Tração Mecânica	2.960.581,86	6,97%	3.001.915,85	-1,38%
Demais Bens Móveis	1.382.052,61	3,25%	1.327.062,54	4,14%
Bens Não Localizados	88.635,86	0,21%	22.094,58	301,17%
Total Bruto	42.478.947,39	100,00%	41.993.436,08	1,16%
(-) Depreciação Acumulada	(22.750.627,20)	53,56%	(19.881.860,18)	14,43%
(-) Redução ao Valor Recuperável				
Total Líquido	19.728.320,19	46,44%	22.111.575,90	-10,78%

Tabela 65 - Bens Móveis - Composição e Depreciação

No exercício de 2019, registrou-se baixa patrimonial com sua respectiva depreciação decorrente de desfazimento de bens de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – tais como impressoras, scanners de mesa, estabilizadores e no-breaks, veículos, mobiliário e equipamentos diversos, por Doação e Leilão Administrativo TRT DMLog 01 e 03/2019, sempre amparado no Decreto 9373/2018.

Percebe-se uma redução em vários itens patrimoniais em decorrência de gestões da administração para desfazimento de bens permanentes, declarados antieconômicos e irrecuperáveis, inservíveis para uso deste Regional, tais como cadeiras, arquivos, mesas de trabalho, monitores de vídeo e bebedouros, que se encontravam

depositados em galpão alugado pelo Tribunal, necessitando da devolução do imóvel para fins de economia orçamentária.

Após realização do Inventário Físico Anual de Bens Permanentes em 2019, foi acrescentado no SIAFI o valor líquido contábil de R\$66.541,28, referente a bens móveis não encontrados para ulterior regularização quando da sua localização.

Nota 3.2. Bens Imóveis

Os bens imóveis totalizaram em 31/12/2019 o valor bruto de R\$88.453.955,96 e estão distribuídos nas contas contábeis demonstradas na tabela a seguir, e após a dedução da depreciação perfazem R\$81.379.980,93. **Ver Tabela 64.**

Bens Imóveis e Depreciação - Valores em R\$				
Detalhamento de Conta	31/12/19	31/12/18	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	88.018.311,15	87.911.719,04	0,12%	99,51%
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	58.087.204,44	56.055.056,20	3,63%	65,67%
Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNET	29.931.106,71	31.856.662,84	-6,04%	33,84%
Bens Imóveis em Andamento	435.644,81	93.907,74	363,91%	0,49%
Total de Bens Imóveis antes da Depreciação	88.453.955,96	88.005.626,78	0,51%	100,00%
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada Bens Imóveis	(7.073.975,03)	(6.178.181,74)	14,50%	-8,00%
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada Bens Imóveis Registrados no SPIUNET	(6.979.830,12)	(6.151.195,21)	13,47%	-7,89%
(-) Deprec./Acum./Amort. Acumulada Bens Imóveis Não Registrados no SPIUNET	(94.144,91)	(26.986,53)	248,86%	-0,11%
Total de Bens Imóveis Após a Depreciação	81.379.980,93	81.827.445,04	-0,55%	92,00%

Tabela 66 - Bens Imóveis e Depreciação

O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet) é um sistema de cadastro e controle da Secretaria de Patrimônio da União do Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SPU/MP) que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências.

O incremento de 363,91% na conta bens imóveis em andamento deve-se à iniciação da construção de depósito para guarda de processos físicos, junto ao prédio anexo do complexo Forum Autran Nunes, e acumula R\$353.487,07, pago à Empresa Conduco Engenharia Ltda.

A conta de bens imóveis cadastrados no SPIUnet iniciou o ano com R\$56.055.056,20 e teve um incremento de R\$ 2.032.148,24, referente aos imóveis construídos por este Regional para funcionamento da Vara do Trabalho de Pacajus/CE (RIP de utilização 149300035.500-4), R\$ 835.281,27, e da Vara do Trabalho de Tianguá/CE (RIP utilização 156900014.500-3), R\$1.196.866,97, e foram incorporados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) após conclusão do processo de regularização pela Superintendência do Patrimônio da União (UG 170043), fechando o exercício com saldo patrimonial de R\$ 58.087.204,44.

Os imóveis já cadastrados no SPIUnet sofreram depreciação anual de R\$828.634,91,

Softwares e amortização - Valores em R\$				
Detalhamento de Conta	31/12/19	AV(%)	31/12/18	AH(%)
Software com Vida Útil Indefinida	118.656,10	5,86%	118.632,10	0,02%
Software com Vida Útil Definida	2.872.113,85	141,86%	3.021.108,79	-4,93%
(-) Amortização Acumulada	(966.105,52)	-47,72%	(998.868,35)	-3,28%
Total	2.024.664,43	100,00%	2.140.872,54	-5,43%

Tabela 67 - Softwares e amortização

registrada mensal e automaticamente no referido sistema imobiliário, com migração automática para o sistema SIAFI, pela Coordenação Geral de Contabilidade (UG 170999 - CCONT/STN) com base em planilha disponibilizada pela SPU que é o órgão competente para a administração dos imóveis da União, e acumula um montante de R\$ 6.979.830,12.

Os imóveis acima referenciados deixaram de compor a conta Bens Imóveis NÃO Registrados no SPIUnet mediante registro das respectivas baixas de depreciação acumulada (R\$7.928,14) e do seu valor líquido contábil (R\$1.917.627,99). Assim, a conta Bens Imóveis NÃO Registrados no SPIUnet cujo valor inicial era R\$31.856.662,84 foi reduzida para fechar o exercício em R\$29.931.106,71, representando o valor contábil de 06 edifícios que aguardam inclusão no Sistema de Imóveis administrado pela SPU. Registrou-se, ainda, depreciação acumulada no exercício no valor de R\$75.086,52, calculado pelo mesmo método utilizado pela STN, qual seja, Método da Parábola de Kuentzle, previsto no artigo 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703/2014.

Nota 3.3. Intangível

No TRT 7ª Região, este item é integralmente formado por softwares, sendo representado em sua grande maioria por softwares com vida útil definida. **Ver Tabela 65.**

Quando ao registro da amortização dos softwares no ativo intangível, o sistema de controle patrimonial deste Regional utilizou a metodologia das quotas constantes, baseada na vigência contratual das licenças dos softwares com vida útil definida para estimar a vida útil e a taxa de amortização, apresentando um saldo anual de R\$ 357.712,42 e baixa de R\$ 390.475,25 finalizando 2019 com R\$ 966.105,52, deduzidos os valores decorrentes de reversões pelo término do contrato, após a completa amortização, ou as baixas por reavaliações, com reflexos também na conta patrimonial 12411.01.01- Softwares.

Nota 4 – Passivos (Obrigs.Trab.Prev.Assistenciais), Provisões e Passivos Contingentes

Os Passivos Trabalhistas assumidos pelo TRT7^ª são evidenciados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos de correção monetária e juros ocorridos até a data das demonstrações contábeis e detalhados por Inscrições Genéricas que

especificam o fato gerador das obrigações trabalhistas sem suporte orçamentário para quitação.

O montante mais expressivo das obrigações de curto prazo está registrado na conta contábil 21111.04.00 – Obrigações Trabalhistas a Pagar – que contempla os passivos trabalhistas reconhecidos no âmbito administrativo da Justiça do Trabalho em favor de magistrados e servidores, tais como salários ou remunerações, benefícios, proventos e pensões, encargos sociais, etc.

Esta conta foi criada para atender a recomendação do Acórdão TCU nº 1485/2012, sendo movimentada ao longo do exercício em função da inclusão de novos passivos, de atualizações dos valores principais com base em critérios trazidos na Resolução CSJT 137/2014, e detalhamento contábil da Nota Técnica SEOFI.CSJT nº 01/2019, sempre com base nas informações prestadas pela unidade técnica responsável pelo acompanhamento e controle desses passivos – Divisão de Pagamento de Pessoal – DPP. Ver Tabela 66.

Conta Contábil	Detalhamento de Conta CURTO PRAZO	31/12/19 (R\$)	31/12/18	AH(%)	AV(%)
211110101	Salários, Remunerações e Benefícios		21.026,69	-100,00%	0,00%
211110103	Férias a Pagar	5.173.600,83	5.864.725,31	-11,78%	42,92%
211110400	Obrigações Trabalhistas a Pagar	6.770.502,15	17.638.870,98	-61,62%	56,17%
211429800	Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	109.452,31	154.947,39	-29,36%	0,91%
Total		12.053.555,29	23.679.570,37	-49,10%	100,00%

Tabela 68 - Obrigs.Trab.Prev.Assistenciais de Curto prazo – Fonte SIAFI

A variação reducional de 61,62%, observada em relação ao exercício de 2018, na conta de Obrigações Trabalhistas a Pagar de Curto Prazo, deve-se à transferência de valores para o passivo de longo prazo após verificar a possibilidade de quitação

ocorrer após 12 meses do reconhecimento do direito, além do pagamento de mais de 1,5 milhão em dez 2019 da Parcela Autônoma de Equivalência - PAE (auxílio moradia) aos magistrados. Ver Tabela 66.

Conta Contábil	Detalhamento de Conta LONGO PRAZO	31/12/19 (R\$)	31/12/18	AH	AV
221110400	Obrigações Trabalhistas a Pagar	9.910.507,16		100,00%	99,84%
221429800	Outros Encargos Sociais - Intra OFSS	16.129,69		100,00%	0,16%
Total		9.926.636,85	0,00	100,00%	100,00%

Tabela 69 - Obrigs.Trab.Prev.Assistenciais de Longo prazo -Fonte SIAFI

Demonstra-se abaixo a composição dos passivos trabalhistas de curto e longo prazo, incluídos os encargos sociais, detalhados por fato gerador, ou seja, as dívidas do Tribunal com os servidores e magistrados de direitos reconhecidos administrativamente e não pagos por insuficiência orçamentária:

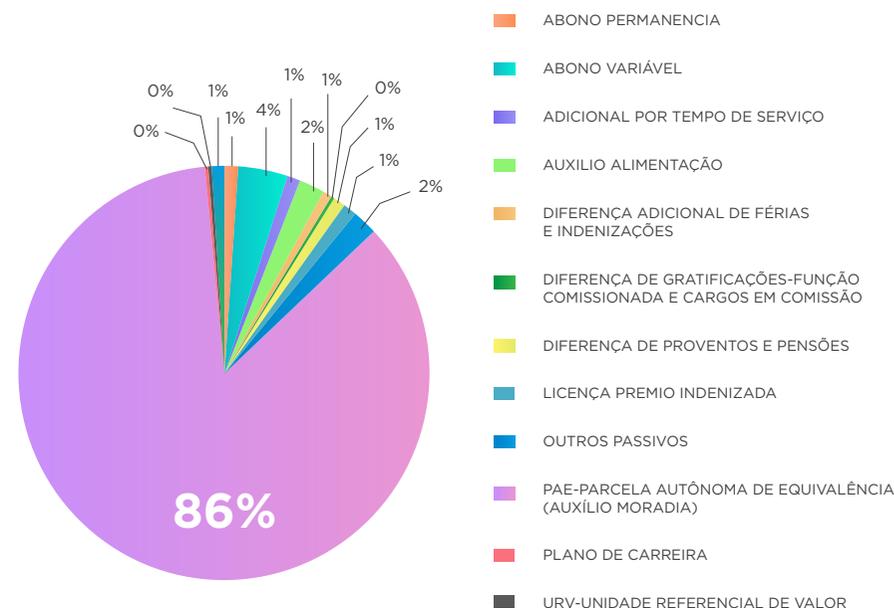


Figura 49 Gráfico - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar

Em setembro de 2019, foi publicada a Mensagem SEOFI/CSJT nº 34/2019, visando esclarecer os critérios de contabilização dos passivos na contabilidade e racionalizar os controles desses passivos na Justiça do Trabalho.

Quanto à distinção e contabilização de passivos, provisões e passivos contingentes ficou estabelecido que o passivo denominado vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), incorporação/atualização de quintos/décimos, período 1998 a 2001, até então contabilizados como provisões, deveriam ser reclassificados para a conta de passivos contingentes, uma vez que tiveram sua exigibilidade suspensa por discussão judicial de mérito e, portanto, se enquadram nessa categoria, posto que sua exigibilidade somente será con-

firmada pela realização de um ato futuro e incerto que não está totalmente sob controle do TRT7, mas sim dependente de uma decisão judicial, não devendo ser reconhecido nas demonstrações contábeis, apenas registrados em conta de controle.

Desta feita, o saldo de R\$7.389.706,43 da conta Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo, após atualizado por valores de correção monetária e de juros calculados pela área responsável pela elaboração da folha de pessoal (Divisão de Pagamento de Pessoal - DPP), teve o saldo de R\$17.705.813,09 transferido para a conta de controle de Passivo Contingente, conforme Nota Técnica SEOFI. CSJT nº 01/2019, combinado com a Macrofunção 02.03.36 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. **Ver Tabela 68.**

84110.00.00 - Passivos Contingentes Previstos	
Credor (CNPJ/CPF - Nome)1	Saldo Final (R\$)
VPNI - INCORPORAÇÕES/ATUALIZAÇÕES DE QUINTOS/DÉCIMOS - SERVIDOR	17.705.813,09
CANCELAMENTO DE PRECATÓRIOS-LEI 13.463/2017	370.387,06
TOTAL	18.076.200,15

Tabela 70 - Passivos Contingentes Previstos - Fonte: SIAFI

1.Os passivos de pessoal são registrados de forma a individualizar as diversas obrigações sem crédito orçamentário em inscrições genéricas específicas, conforme orientação da Nota Técnica SEOFI. CSJT nº 01/2019, e, portanto, não são contabilizados por CPF.

Compõe ainda o saldo de passivos contingentes o valor dos precatórios cancelados em virtude da Lei nº 13.463/2017, segundo a qual, “Ficam cancelados os precatórios e as Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais expedidos e cujos valores não tenham sido levantados pelo credor e estejam depositados há mais de dois anos em instituição financeira oficial” (caput, art.2º).

Este Sétimo Regional Trabalhista é um órgão responsável pela gestão de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) devidos pelos órgãos e entidades federais e como tal deve evidenciar o comportamento dos valores cancelados e recolhidos à conta única do Tesouro Nacional em razão da Lei 13.463/2017.

Em dezembro/2019 o Banco do Brasil transferiu para a Conta Única do Tesouro

Nacional o saldo de R\$ 370.387,06 através das Guias de Recolhimento da União sendo R\$ 163.321,29 de Precatórios e a R\$ 207.065,77 de cancelamento de RPV.

Após informação da Mensagem SEOFI/CSJT n.º 52/2019, e seguindo as orientações da Nota Técnica SEOFI.CSJT 03/2019, o valor das obrigações com Precatórios e RPV cancelado e devolvido pelo Banco do Brasil foi contabilizado no SIAFI, em conta de controle Passivos Contingentes, tendo como conta corrente a inscrição genérica (IG) PRCANPREC, a fim de identificar o cancelamento em decorrência da aplicação da Lei 13.463/2017.

Não houve precatórios e RPV com execução extinta no exercício em virtude de

prescrição intercorrente disposta no art. 924, inciso V, da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), e também não foram reincluídos precatórios e RPV no exercício, uma vez que a Divisão de Precatórios, Requisitórios e Cálculos Judiciais deste Regional está analisando os dados dos precatórios e RPV cancelados para posterior encaminhamento ao juízo da execução e providências judiciais cabíveis.

Nota 5 – Patrimônio Líquido

Representa a diferença entre o total dos ativos e passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira do Regional e, nesta Unidade Gestora, é constituído pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados e Ajustes de Exercícios Anteriores. **Ver Tabela 69.**

Patrimônio Líquido - Composição - Valores em R\$			
	DEZ/19	DEZ/2018	Varição R\$
Resultado do Exercício	6.349.195,56	50.560.030,65	-44.210.835,09
Resultados de Exercícios Anteriores	96.950.996,18	47.002.748,73	49.948.247,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	(337.626,59)	(611.783,20)	274.156,61
TOTAL do Patrimônio Líquido	102.962.565,15	96.950.996,18	6.011.568,97

Tabela 71 - Patrimônio Líquido - Composição - Fonte: SIAFI

Nota 5.1. Ajustes de exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores são considerados como aqueles decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Os valores contabilizados no exercício 2019 diretamente na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores do Tribunal Regio-

nal do Trabalho da 7ª Região, UG 080004, representam um saldo devedor de R\$ 337.626,59 e são decorrentes de avaliação de bens móveis adquiridos até 2009 e sem depreciação nas contas de equipamentos para áudio, vídeo e foto, máquinas e equipamentos gráficos e máquinas, utensílios equips.diversos, além da incorporação extraorçamentária de 24 licenças de softwares adquiridas pelo TST e entregues a este Regional em anos anteriores.

Nota 5.2. Resultados de Exercícios anteriores/Superávits ou déficits exercícios anteriores

No Resultado de exercícios anteriores percebe-se uma variação positiva de R\$ 49.948.247,45 evoluindo o superávit inicial de R\$47.002.748,73 para R\$ 96.950.996,18 ocasionado principalmente pelo registro do resultado do exercício de 2018 de R\$ 50.560.030,65 e inclusive por reclassificação de saldos entre as contas do Patrimônio Líquido no início do exercício seguinte, quando a CCONT/STN transfere o saldo da conta Ajustes de Exercícios anteriores para essa conta 23711.02.01 – Superávits ou Déficits Exercícios Anteriores.

Demonstração das Variações Patrimoniais - Resumida (Em Reais)			
	NE	2019	2018
Variações Patrimoniais Aumentativas	6	503.916.565,23	516.764.352,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.718.681,82	7.208.333,09
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		357.043,89	246.624,45
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		13.951,20	21.254,50
Transferências e Delegações Recebidas	7	472.872.959,75	445.485.836,92
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		21.051.896,57	63.143.582,63
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.902.032,00	658.720,83
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		503.916.565,23	516.764.352,42
Variações Patrimoniais Diminutivas	6	497.567.369,67	466.204.321,77
Pessoal e Encargos	8	307.023.295,69	309.181.452,84
Remuneração a Pessoal		240.275.109,43	241.172.509,74
Encargos Patronais		42.306.575,20	40.795.653,36
Benefícios a Pessoal		23.003.961,80	26.272.327,08

Nota 5.3. Resultado do Exercício

O resultado superavitário do exercício de R\$ 6.349.195,56 é apurado no balanço Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) em contrapartida a uma conta de apuração, sendo transferido para este Resultado do Exercício no Balanço Patrimonial (BP), podendo ser identificado os motivos que mais impactaram esse resultado na explanação do item 6 - Resultado Patrimonial. Ver Tabela 71.

Outras Variações Patrimoniais de Pessoal e Encargos		1.437.649,26	940.962,66
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	8	111.996.611,90	96.994.008,99
Aposentadoria e Reformas		90.350.948,78	77.147.107,41
Pensões		21.494.708,83	19.768.962,89
Outras Benefícios Previdenciários e Assistenciais		150.954,29	77.938,69
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	6	29.862.370,88	30.177.646,64
Uso de Materiais de Consumo		987.638,96	1.128.110,03
Serviços de Terceiros		23.808.329,43	24.088.240,39
Depreciação, Amortização e Exaustão		5.066.402,49	4.961.296,22
Transferências e Delegações Concedidas	7	28.868.009,24	17.852.518,71
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		8.191.737,95	11.695.957,81
Incorporação de Passivos		5.773.125,54	11.070.701,82
Outras Desvalorizações de Ativos e Incorp. Passivos		2.418.612,41	625.255,99
Demais Variações Patrimoniais Diminutivas		11.625.344,01	302.736,78
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (II)		497.567.369,67	466.204.321,77
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	6	6.349.195,56	50.560.030,65

Tabela 72 - Demonstração das Variações Patrimoniais Resumida - Fonte: SIAFI

Nota 6 – Resultado Patrimonial

	DEZ/2019 (R\$)	DEZ/2018 (R\$)	AH	Variação (R\$)
(+) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	503.916.565,23	516.764.352,42	-2,49%	-12.847.787,19
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.718.681,82	7.208.333,09	7,08%	510.348,73
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	357.043,89	246.624,45	44,77%	-110.419,44
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.951,20	21.254,50	-34,36%	-7.303,30
Transferências e Delegações Recebidas	472.872.959,75	445.485.836,92	6,15%	27.387.122,83
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc.Passivos	21.051.896,57	63.143.582,63	-66,66%	-42.091.686,06
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.902.032,00	658.720,83	188,75%	1.243.311,17
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	497.567.369,67	466.204.321,77	6,73%	31363047,9
Pessoal e Encargos Sociais	307.023.295,69	309.181.452,84	-0,70%	-2.158.157,15
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	111.996.611,90	96.994.008,99	15,47%	15.002.602,91
Uso de Bens, Serviços e Cons de Capital Fixo	29.862.370,88	30.177.646,64	-1,04%	-315.275,76
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	161,19	1.176,83	-86,30%	-1.015,64
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação Passivos	8.191.737,95	11.695.957,81	-29,96%	-3.504.219,86
Tributárias	200.408,23	198.455,08	0,98%	1.953,15
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.424.774,59	103.104,87	10980,73%	-11.321.669,72
Transferências e Delegações Concedidas	28.868.009,24	17.852.518,71	61,70%	11.015.490,53
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO III = I - II	6.349.195,56	50.560.030,65	-87,44%	-44.210.835,09

Tabela 73 - Resultado Patrimonial

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a Justiça do Trabalho, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, submetido ao regime de competência. Excepcionalmente seguem o regime de caixa as despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e de transferências concedidas, com permissão do PCASP.

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a Justiça do Trabalho e puderem ser mensuradas confiavelmente, pautadas no regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem regime de caixa, permitido pelo PCASP.

A apuração do resultado patrimonial ocorre no encerramento e confronto das contas de Variações Patrimoniais Aumentativas

(VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) em contrapartida a uma conta de apuração, e o resultado superavitário do exercício de R\$ 6.349.195,56 é transferido para a conta Resultado do Exercício do Balanço Patrimonial (BP).

Replicando a informação do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição, página 442, o Resultado Patrimonial apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado

do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

Verifica-se que a redução de 87,44% no superávit foi provocado principalmente por

um aumento percentual maior de 6,73% nas despesas enquanto houve uma variação negativa com uma taxa reducional de 2,49% no crescimento das receitas, contribuindo sensivelmente nesse impacto reducional.

Um item de impacto positivo no resultado do exercício são as Transferências e Delegações Recebidas, principalmente com o aumento de sub-repasses, apesar de apresentar uma redução nas transferências intergovernamentais de arrecadação decorrente de Recursos de Convênios (fonte 81) gerados pela remuneração de 0,09% sobre os depósitos judiciais de Precatórios e RPV depositados nos bancos oficiais, cuja composição está melhor explicitada na Nota 7 - Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas.

Percebe-se igualmente um aumento percentual de 44,77% nas Receitas de Exploração e venda de bens, serviços e direitos decorrentes dos Termos de Cessão de Uso do espaço público do Regional com instituições financeiras e entidades de classe e ente privado, e amparado na Resolução CSJT 87/2011, com recolhimentos mensais por Guia de Recolhimento da União (GRU)

no código 28804-7 taxa de uso de imóveis.

Um componente de bastante influência no impacto reducional do superavit apurado em 2018 (R\$ 50.560.030,65) para o apurado em 2019 (R\$ 6.349.195,56), onde se percebe o aumento nas despesas de R\$ 31.363.047,90 e a redução nas Receitas de R\$ 12.847.787,19, no grupo das Variações Aumentativas foi a diminuição de 66,66 % no grupo “Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc.de Passivos”, onde o item mais expressivo corresponde a VPA Reavaliação de Ativos (Bens Imóveis) que foi consideravelmente reduzido porque não houve reavaliação em 2019, enquanto o resultado do exercício em 2018 foi impactado positivamente em R\$ 42.125.502,97 decorrente de atualização por acréscimo de valores aplicados em reformas/benfeitorias, reavaliação e atualização monetária em imóveis deste Regional.

A mais relevante VPD na formação do resultado são os gastos com Pessoal e Encargos seguido da VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais, ambos detalhados na Nota 8, seguido das despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, destacado abaixo:

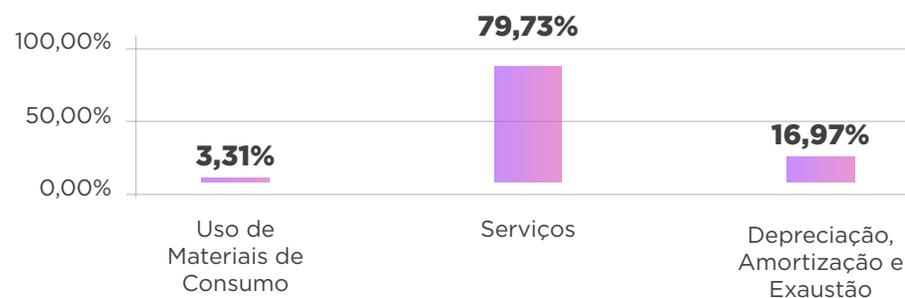


Figura 50 Gráfico - VPD - Uso de Bens, Serviços e Capital Fixo8

Resultado Patrimonial (VPD - Uso de Bens, Serviços e Capital Fixo) - (Em reais)				
Variações Patrimoniais	2019	2018	AV%	AH%
Uso de Materiais de Consumo	987.639	1.128.110	3,31%	-12,45%
Serviços	23.808.329	24.088.240	79,73%	-1,16%
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.066.402	4.961.296	16,97%	2,12%
Total	29.862.371	30.177.647	100,00%	-1,04%

Tabela 74 - Resultado Patrimonial - Fonte: SIAFI 2019/2018

O gráfico acima evidencia a preponderância das despesas com serviços que representam quase 80% do total das despesas com uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, ou seja, despesas de custeio para manutenção e funcionamento do Regional. **Ver Tabela 72.**

Demonstra ainda que, comparativamente ao exercício de 2018, houve redução nas despesas com uso de material de consumo e bens e serviços da ordem de R\$420.382,03 e acréscimo na despesa de capital fixo no valor de R\$105.106,27, o que representa uma economia total de

R\$315.275,76, e reflete as gestões da administração em busca de readequar suas despesas frente às limitações orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional n.º 95/2016.

Do total da economia, 66,58% deve-se à redução na contratação dos serviços de comunicação, gráfico e audiovisual, dos serviços técnicos profissionais de pessoas físicas e jurídicas, da concessão de diárias e das despesas com passagem, locomoção e hospedagem, entre outras. **Ver Tabela 73.**

Composição do Grupo Serviços				
Variações Patrimoniais	2019 (R\$)	2018 (R\$)	AV%	AH%
Diárias	789.811	938.690	3,32%	-15,86%
Serviços Técnicos Profissionais - PF	1.069.427	1.137.257	4,49%	-5,96%
Locações e Arrendamentos - PF	71.169	68.706	0,30%	3,58%
Serviços Educacionais e Culturais - PF	2.981.449	2.842.397	12,52%	4,89%
Serviços Técnicos Profissionais - PJ	1.606.820	1.758.721	6,75%	-8,64%
Serviços de Apoio Adm.Técnico e Operacional	11.686.059	11.174.791	49,08%	4,58%
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	1.854.692	2.361.413	7,79%	-21,46%
Serv.Transp.Passagem, Locomoção e Hospedagem - PJ	392.660	532.104	1,65%	-26,21%
Serviços Administrativos - PJ	29.613	42.086	0,12%	-29,64%
Serv.Agua e Esgoto, Ener.Eletr.Gas e Outros - PJ	2.894.357	2.696.396	12,16%	7,34%
Locação e Arrendamento Mercantil Operacional	246.910	286.600	1,04%	-13,85%
Serviços Educacionais e Culturais - PJ	105.468	113.371	0,44%	-6,97%

Seguros em Geral	31.697	32.831	0,13%	-3,45%
Serviços Prestados Diversos - PJ	5.635	2.009	0,02%	180,49%
Serviços de Apoio Adm.Técnico e Operacional-PJ	48	0	0,00%	100,00%
Serviços Comunicação, Gráfico e Audiovisual	39.516	100.871	0,17%	-60,83%
Serviços Técnicos Profissionais - PJ	3.002	0	0,01%	100,00%
Total	23.808.329	24.088.240	100,00%	-1,16%

Tabela 75 - Composição do Grupo Serviços - Fonte: SIAFI 2019/2018

Destaca-se que as despesas com serviços de apoio administrativo técnico e operacional, tais como serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial e de equipamentos, representam quase a metade das despesas de seu grupo.

A diminuição do consumo de materiais, notadamente daqueles estocados em almoxarifado, dos gêneros alimentícios e

dos de consumo imediato representaram o restante da economia (33,42%).

Nota-se na tabela a seguir que a preponderância das despesas com material recai no consumo dos materiais que já estavam estocados em almoxarifado (69,59%), seguida por combustíveis e lubrificantes (10%) e pelos materiais de consumo imediato (14,36%). Ver Tabela 74.

Composição do Grupo Uso de Material de Consumo (Em reais)				
Variações Patrimoniais	2019	2018	AV%	AH%
Consumo de Materiais Estocados - Almoxarifado	687.254	783.688	69,59%	-12,31%
Consumo de Combustíveis e Lubrificantes	98.718	96.820	10,00%	1,96%
Consumo de Gêneros de Alimentação	52.758	77.051	5,34%	-31,53%
Material de Consumo Imediato	141.844	165.594	14,36%	-14,34%
Distribuição de Material Gratuito	7.065	4.956	0,72%	42,55%
Total	987.639	1.128.110	100,00%	-12,45%

Tabela 76 - Composição do Grupo Uso de Material de Consumo

Ainda no grupo das Variações Diminutivas podemos destacar a retração de 29,96% em 2019 em relação ao ano de 2018, na Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos e retrata especialmente a diminuição na atualização dos passivos de pessoal cujo fato gerador ocorreu em exercícios anteriores (Obrigações Trabalhistas a pagar) por motivo de pagamentos reali-

zados em 2018 após aporte orçamentário, dispensando, portanto, o registro desta VPD em 2019.

Necessário registrar também que o grande incremento verificado em “Demais Variações Patrimoniais Diminutivas” trata-se da constituição de provisão pela atualização monetária de saldo originado de 2018 na

conta de passivo não circulante- Provisão Trabalhista, mas que em seguida houve um correspondente ganho refletido na VPA Ganhos na desincorporação de Passivos pela transferência da Provisão para a

conta de controle Passivo Contingente (R\$ 17.705.813,09), conforme explicado na Nota 4.

Nota 7 - Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Transferências e Delegações Recebidas - Composição - Valores em R\$		
	DEZ/2019	DEZ/2018
Transf. Financ. Rec. Do Órgão Setorial de Programação Financeira OSPF da JT - CSJT (sub repasse)	465.129.826,53	437.912.626,21
Demais Transferências Recebidas por PFs para devolução GRU	172.965,12	97.200,49
Movimentações de saldos patrimoniais -RA restituição	173.465,12	110.524,28
Movimentação variações patrimoniais aumentativa (4512205)		48.876,31
TOTAL TRANSF. INTRAGOVERNAMENTAIS	465.476.256,77	438.169.227,29
TOTAL TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	4.167.689,00	7.253.217,41
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.229.013,98	63.392,22
TOTAL	472.872.959,75	445.485.836,92

Tabela 77 - Transferência e Delegações Recebidas - Composição - Fonte: SIAFI

As Transferências recebidas no valor de R\$ 472.872.959,75, em sua grande maioria foram oriundas dos sub-repasses recebidos de R\$ 465.129.826,53 para execução do orçamento de 2019 aprovado pela Lei 13808/2019 e R\$ 172.965,12 recebido através de Programação Financeira do CSJT para restituições aos devidos credores de Receitas Federais arrecadadas indevidamente através de GRU, além da movimentação de saldos patrimoniais de R\$ 173.465,12 relativo aos Registros de Arrecadações (RA), tipo Restituição, com uma correspondente Ordem Bancária emitida na vinculação de pagamento 551 (Restituição de Receita Administrada pela STN).

As Transferências intergovernamentais recebidas no valor de R\$ 4.167.689,00, produzidas no Balanço Orçamentário,

referem-se às transferências voluntárias recebidas do CSJT, e são originadas da remuneração de 0,09% calculada sobre a média de saldos diários - MSD (dias úteis) dos depósitos judiciais de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV), mantidos no Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), de acordo com os termos do Contrato de Prestação de serviços bancários celebrado entre o CSJT e os referidos bancos.

A arrecadação dessa fonte própria de receita 81 - Recursos de Convênios é feita através de GRU para a Conta Única do Tesouro Nacional e centralizada no CSJT que, oportunamente, repassa os recursos financeiros para este Regional até o limite orçamentário previsto em nossa Lei Orçamentária Anual. A motivação para redução

na arrecadação em 2019 está explicitada na nota 10 - Receita Orçamentária.

O valor incrementado em 2019 em “Outras Transferências e Delegações recebidas” é reflexo das incorporações dos 02 imóveis no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis

de Uso Especial da União (SPIUnet), referenciados na Nota 3, valor parcialmente refletido nas transferências e Delegações concedidas por estorno de valor lançado em duplicidade pela SPU, UG 170043. Ver Tabela 76.

Transferências e Delegações Concedidas – Composição – Valores em R\$		
	DEZ/2019	DEZ/2018
Transferências Financeiras Concedidas para pagamento de RP	424,50	342.467,02
Demais Transferências financeiras concedidas para remanejamento	432,39	450,00
Sub repasse devolvido para Órgão Setorial de Programação Financeira – OSPF – CSJT	899.466,76	
Movimentação de saldos patrimoniais	8.814.573,63	7.958.603,01
TOTAL no Balanço Financeiro	9.714.897,28	8.301.520,03
Movimentação de variações patrimoniais diminutivas – 35122.05	17.870.704,69	9.474.331,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	27.585.601,97	17.775.851,03
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.282.407,27	76.667,68
TOTAL	28.868.009,24	17.852.518,71

Tabela 78 - Transferência e Delegações Concedidas - Composição - Fonte: SIAFI

O valor de R\$ 8.814.573,63 da VPD movimentação de saldos patrimoniais, corresponde às Guias de Recolhimento da União (GRU) recolhidas em favor do Tesouro Nacional e está representado em sua maioria pelos recolhimentos de custas judiciais e emolumentos nos processos trabalhistas, código 18740-2 e 18770-4, inclusive as res-

tuições para credores que recolheram indevidamente as GRUs.

Importante destacar que a movimentação de variações patrimoniais diminutivas refletem o reconhecimento de precatórios e RPV, através de provisionamentos registrados pelo CSJT.

Nota 8 - VPD Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Despesas com Pessoal - Composição - Valores em R\$			
	Dez/2019	Dez/2018	AH%
Remuneração a Pessoal	240.275.109,43	241.172.509,74	-0,37%
Encargos Patronais	42.306.575,20	40.795.653,36	3,70%
Benefícios a Pessoal	23.003.961,80	26.272.327,08	-12,44%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas Pessoal e encargos	1.437.649,26	940.962,66	52,78%
TOTAL PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	307.023.295,69	309.181.452,84	-0,70%
Aposentadorias e Reformas	90.350.948,78	77.147.107,41	17,12%

Pensões	21.494.708,83	19.768.962,89	8,73%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	150.954,29	77.938,69	93,68%
TOTAL DE BENEFÍCIOS PREV. E ASSISTENCIAIS	111.996.611,90	96.994.008,99	15,47%
TOTAL DVP pessoal	419.019.907,59	406.175.461,83	3,16%

Tabela 79 - Despesas com Pessoal - Composição - Fonte: SIAFI

As despesas com Pessoal e Encargos e Benefícios Previdenciários e Assistenciais retratam os dispêndios com a folha de pagamento de pessoal ativo, inativos e pensionistas, e o correspondente encargo patronal e benefícios e representa a VPD mais significativa deste Tribunal, havendo sido incrementada principalmente pela implantação da última parcela de aumento salarial aos servidores do Judiciário Federal previsto na Lei 13.317/2016.

Apesar da recomposição salarial em janeiro/2019 verifica-se um decréscimo na rubrica Remuneração a Pessoal ativo, concomitante a um incremento nas des-

pesas com Aposentadorias e Reformas, indicando a tendência de afastamento dos servidores ativos por aposentadoria, para garantirem seus direitos adquiridos frente às mudanças das regras de aposentadoria.

Na VPD Encargos Patronais os itens de gastos aqui considerados são os custos de Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Social do Servidor Público – RPPS, para o custeio do Regime Geral de Previdência Social – RGPS e contribuição Patronal para o Plano de Previdência Complementar FUNPRESP-JUD. Ver Tabela 78.

Composição do Grupo Encargos - Em R\$				
Contas Contábeis	2019	2018	AV%	AH%
Contribuição Patronal para o RPPS - Intra	41.078.446	40.264.429	97,10%	0,02%
Encargos Pessoal Requisitado de Outros Entes	9.262	7.384	0,02%	25,43%
Contribuições Previdenciárias - INSS	271.148	340.618	0,64%	-20,40%
Seguro de Acidente no Trabalho	9.532	18.169	0,02%	-47,54%
Encargos Patronais - FGTS		5.874	0,00%	-100,00%
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	938.188	159.180	2,22%	489,39%
Total	42.306.575	40.795.653	100,0%	3,70%

Tabela 80 - Composição do Grupo Encargos - Fonte: SIAFI

Os Benefícios a Pessoal compreendem os Auxílios Alimentação, auxílio transporte, assistência à saúde, auxílio creche, indenização de transporte, ajuda de custo, auxílio moradia, e o principal item reduzido no percentual total de 99,60% foi originado da regulamentação do pagamento de auxílio-moradia aos magistrados pela Resolução CNJ 274 de 18/12/2018 que restringiu o direito ao recebimento do mesmo. **Ver Tabela 79.**

Composição do Grupo Benefícios a Pessoal - em R\$			
Variações Patrimoniais	2019	2018	AH%
Auxílio Alimentação	11.045.125,85	11.145.113,20	-0,90%
Auxílio Transporte	61.677,13	59.088,01	4,38%
Auxílio Moradia	30.564,59	22.403,00	36,43%
Ajuda de Custo	576.475,71	0,00	100,00%
Assistência a Saúde	7.650.233,42	7.864.934,93	-2,73%
Auxílio Creche	2.144.600,09	2.131.037,60	0,64%
Indenização de Transporte	352.612,84	0,00	100,00%
Sent.Judiciais - Benefícios Pessoal - AUXILIO MORADIA	16.020,00	3.971.448,41	-99,60%
Outros Benefícios a Pessoal	1.126.652,17	1.078.301,93	4,48%
Total	23.003.961,80	26.272.327,08	-12,44%

Tabela 81 - Composição do Grupo Benefícios a Pessoal - Fonte: SIAFI

Balanco Orçamentário - Resumido

Receitas Orçamentárias					
	NE	Previsão Atualizada (R\$)	Receitas (R\$)	% Real. Receita	Saldo (R\$)
Receitas Correntes		4.389.546,00	4.615.360,07	105,14	225.814,07
Receita Patrimonial		221.857,00	330.355,43	148,90	108.498,43
Transferências Correntes		4.167.689,00	4.167.689,00	100,00	-
Outras Receitas Correntes		-	117.315,64		117.315,64
Receitas de Capital		-	115.784,22		115.784,22
Alienação de Bens		-	115.784,22		115.784,22
Total (I)	10	4.389.546,00	4.731.144,29	107,78	341.598,29

Tabela 82 - Receitas Orçamentárias

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS										
Despesas Orçamentárias	11	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (R\$)	% Emp	Despesas Empenhadas (R\$)	% Liquid	Despesas Liquidadas (R\$)	% Pago	Despesas Pagas	Saldo (R\$)
Despesas Correntes		414.079.979,00	457.356.965,00	102,07	466.819.291,26	99,95	466.570.471,68	100,00	466.570.471,68	- 9.462.326,26
Pessoal e Encargos Sociais		360.934.297,00	408.329.062,00	102,53	418.676.882,02	100,00	418.676.882,02	100,00	418.676.882,02	(10.347.820,02)
Outras Despesas Correntes		53.145.682,00	49.027.903,00	98,19	48.142.409,24	99,48	47.893.589,66	100,00	47.893.589,66	885.493,76
Despesas de Capital		1.358.118,00	1.503.118,00	184,42	2.772.103,44	94,59	2.622.172,67	98,88	2.592.692,67	(1.268.985,44)
Investimentos		1.358.118,00	1.503.118,00	184,42	2.772.103,44	94,59	2.622.172,67	98,88	2.592.692,67	(1.268.985,44)
Total Despesas Orçamentárias (II)		415.438.097,00	458.860.083,00	102,34	469.591.394,70	99,92	469.192.644,35	99,99	469.163.164,35	(10.731.311,70)
Resultado Orçamentário III = (I - II)					- 464.860.250,41	-				
Total (IV)		415.438.097,00	458.860.083,00	1,03	4.731.144,29	9,917,11	469.192.644,35	99,99	469.163.164,35	- 10.731.311,70

Tabela 83 - Despesas Orçamentárias

Quadro da Execução dos Restos a Pagar					
	Inscritos* (R\$)	Liquidados (R\$)	Pagos (R\$)	Saldo a Pagar (R\$)	% Pcto
Restos a Pagar Não Processados	2245544,53	2.242.919,81	2.242.919,81	2.624,72	99,88
Restos a Pagar Processados	266804,36		266.804,36	0,00	100,00
TOTAL	2512348,89	2.242.919,81	2.509.724,17	2.624,72	99,90

Tabela 84 - Quadro da Execução dos Restos a Pagar - Fonte: SIAFI - * o valor dos restos a pagar inscritos estão deduzidos dos cancelamentos

Nota 9 – Resultado Orçamentário

O regime orçamentário do TRT7^a segue o descrito no art.35 da Lei nº 4.320/1964: pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas, definindo que o resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre as receitas orçamentárias realizadas/arrecadadas e as despesas orçamentárias legalmente empenhadas no período.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária. O exercício financeiro coincide com o ano

civil e para cada exercício há uma Lei Orçamentária específica (LOA), de maneira que as contas de natureza orçamentária não transferem saldo de um ano para outro, com exceção das contas de Inscrição em Restos a Pagar e de Execução de Restos a Pagar, que são as despesas assumidas e não pagas dentro de um mesmo exercício.

A diferença entre o total das “Receitas Realizadas/Arrecadadas” e o total das “Despesas Empenhadas” representa o Déficit ou o Superávit Orçamentário e o déficit identificado em nosso Balanço Orçamentário por UO 15108 decorre da reduzida arrecadação de receitas próprias, sendo que os gastos do Regional são financiados quase que to-

talmente com Recursos Ordinários.

No Balanço Orçamentário por Unidade Gestora (UG) 080004 essa diferença é apresentada como déficit no mesmo valor da dotação empenhada de R\$ 469.591.394,70, porque no âmbito de UG não há valores registrados em “Receitas Realizadas”, pois estas são apurados em nível do Órgão Superior da JT - 15000, representado pela UG 080017 - Órgão Setorial de Programação Financeira.

Nota 10 – Receita Orçamentária

No Balanço Orçamentário por Unidade Orçamentária (UO) 15108 são verificadas Receitas realizadas de R\$ 4.731.144,29 e

referem-se a valores de receitas próprias arrecadadas diretamente por este Regional por meio de Guia de Recolhimento da União GRU ou transferidas pelo Órgão Central de Programação Financeira da Justiça do Trabalho - CSJT.

Os eventos apresentados no Balanço Orçamentário por órgão 15108 referem-se às previsões/realizações de receitas e execução das despesas orçamentárias deste Sétimo Regional Trabalhista, sem considerar os créditos descentralizados através de provisões e destaques para os pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Ver Tabela 83.

Receita Orçamentária – Composição – Valores em R\$			
	NATUREZA DA RECEITA	DEZ/2019	DEZ/2018
RECEITAS CORRENTES		4.615.360,07	7.578.470,09
Receita Patrimonial	Aluguéis - fonte 50	330.355,43	221.224,12
Receita de Serviços	Inscrição em concurso - fonte 50	0,00	(515)
Transferências Correntes	Transferências da União e de suas entidades - Recursos de Convênios fonte 81	4.167.689,00	7.253.217,41
Outras Receitas Correntes	Rateio despesas - fonte 50	117.315,64	104.543,56
RECEITAS DE CAPITAL		115.784,22	145.832,94
Alienação de Bens Móveis		115.784,22	145.832,94
TOTAL	Leilão de bens móveis - fonte 63	4.731.144,29	7.724.303,03

Tabela 85 - Receita Orçamentária - Composição

As Transferências correntes decorrem de arrecadações de receitas na fonte 81- Recursos de Convênios e são originadas da remuneração sobre o saldo dos depósitos judiciais de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) mantidos nos Bancos Oficiais, de acordo com os termos do Contrato de Prestação de serviços bancários celebrado entre o CSJT e os referidos bancos, em conformidade com a Resolução CSJT 87/2011 e alterações da Res. CSJT 183/2017. A arrecadação está centralizada no CSJT que, oportunamente, repassa os recursos financeiros para este Regional até o limite orçamentário previsto em nossa Lei Orçamentária Anual.

Percebe-se que houve uma significativa redução de 42,54% na arrecadação dessa fonte própria de receita 81 - Transferências da União e de suas entidades, decorrente da alteração redutora da taxa de remuneração dos depósitos judiciais, de 0,13% em 2018 para 0,09% em 2019, após negociação contratual com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal

A receita patrimonial de R\$ 330.355,43 ar-

recadas na fonte 50 – Recursos Próprios não Financeiros diretamente arrecadadas por este Regional são decorrentes dos Termos de Cessão de Uso Onerosa assinados com instituições financeiras e entidades de classe e se configura no Aluguel/taxa recebida pela Exploração do Patrimônio Imobiliário, embasados na Resolução CSJT 87/2011. O correspondente rateio das despesas de manutenção com os espaços ocupados são classificados como outras Receitas Correntes, fonte 50, de R\$ 117.315,64 (indenizações/restituições e ressarcimentos).

Em receitas de capital foi registrada arrecadação de R\$ 115.784,22 oriunda de alienação de ativos (mobiliário, veículos, equipamentos diversos, material de informática, etc) através dos Leilões 01 e 03/2019.

Nota 11 – Despesas Orçamentárias

Em 2019, a dotação inicial consignada ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, por meio da Lei Orçamentária Anual, Lei 13.808/2019, foi de R\$ 415.438.097,00 a qual foram somados créditos adicio-

nais de R\$ 48.898.947,00 e subtraídos cancelamentos/remanejamentos de R\$ 5.476.961,00 perfazendo uma Dotação Atualizada de R\$ 458.860.083,00. Esse valor está retratado em nosso Balanço Orçamentário que, entretanto, não considera os contingenciamentos/indisponibilidade de créditos, tampouco as provisões e os destaques recebidos.

Considerando, porém, a totalidade dos créditos orçamentários executados por este TRT 7ª Região, acrescentamos os valores recebidos através de descentralizações internas e externas através de Provisão para atender despesas compartilhadas, princi-

palmente com aquisições de material de informática, como softwares, solução de switches, servidores Blade, gastos com projetos de modernização das instalações físicas, despesas com o Programa Trabalho Seguro e com Combate ao trabalho infantil, e despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor, R\$ 2.576.759,71 e as descentralizações externas através de Destaque de outros Órgãos Federais (UFC e Precatórios da Administração Direta) para pagamento de Precatórios, R\$ 17.756.100,00, totalizando uma dotação a ser executada pelo Regional de R\$ 479.192.942,71. Ver Tabela 84.

Item	Pessoal e Encargos Sociais (R\$)	Outras Despesas Correntes (R\$)	Investimentos (R\$)	Total (R\$)
Dotação Inicial	360.934.297,00	53.145.682,00	1.358.118,00	415.438.097,00
(+) Dotação Suplementar	47.624.765,00	724.182,00	550.000,00	48.898.947,00
(-) Dotação Cancelada/Remanejada	(230.000,00)	(4.841.961,00)	(405.000,00)	-5.476.961,00
(=) Dotação Atualizada	408.329.062,00	49.027.903,00	1.503.118,00	458.860.083,00
(+) Movimento Líquido Crédito	18.554.882,49	255.100,97	1.522.876,25	20.332.859,71
Provisão Recebida	798.782,49	255.100,97	1.522.876,25	2.576.759,71
Destaque Recebido	17.756.100,00	-	-	17.756.100,00
(=) Dotação Disponível	426.883.944,49	49.283.003,97	3.025.994,25	479.192.942,71
(-) Despesa Empenhada	418.676.882,02	48.142.409,24	2.772.103,44	469.591.394,70
Despesa Liquidada	418.676.882,02	47.893.589,66	2.622.172,67	469.192.644,35
Inscrição em RPNP(1)		248.819,58	149.930,77	398.750,35
(=) Dotação não Utilizada	8.207.062,47	1.140.594,73	253.890,81	9.601.548,01

Tabela 86 - Fonte: SIAFI

A "Dotação não Utilizada" corresponde ao Crédito Disponível ao final do exercício

Descentralizações internas (Provisões) e externas (Destaques) recebidas	
PROVISÃO/DESTAQUE	
UNIDADE ORÇAMENTARIA	VALOR (R\$)
15101 – Tribunal Superior do Trabalho	1.502.977,22
15126 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho	275.000,00
71103 – Enc. Fin.União – Requisições Judiciais Pequeno Valor	798.782,49
TOTAL PROVISÃO	2.576.759,71
UNIDADE ORÇAMENTARIA	VALOR (R\$)
26233 – UFC - Universidade Federal do Ceará	56.335,00
71103 – Enc. Fin.União – Sentenças Judic.Precatórios Adm.Direta	17.699.765,00
TOTAL DESTAQUE	17.756.100,00

Tabela 87 - Descentralizações internas e externas - Fonte: SIAFI

Na execução orçamentária da UG 080004, destaca-se que a despesa liquidada até o final do exercício de 2019 de R\$ 469.192.644,35 representou 99,92% da dotação empenhada, significando que os créditos orçamentários foram liquidados quase que em sua totalidade, tendo sido inscritos em restos a pagar não processados o montante de R\$ 398.750,35.

As despesas de pessoal e os encargos so-

ciais foram responsáveis por mais de 89% da execução do orçamento. Dentre estas, as mais representativas são as despesas com vencimentos e vantagens de pessoal ativo, proventos de pessoal inativo e pensionistas e com obrigações patronais para RPPS, destacando-se que R\$18.550.931,16 foi empenhado para pagamento de precatórios/RPV de outros órgãos e entidades, e da administração direta. **Ver Tabela 84.**

Balanço Financeiro Resumido

	NE	2019 (R\$)	2018 (R\$)
Ingressos			
Transferências Financeiras Recebidas	7	465.476.256,77	438.120.350,98
Recebimentos Extraorçamentários	12	14.152.385,92	18.931.901,62
Inscrição em Restos a Pagar Processados		29.480,00	37.279,48
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados		398.750,35	3.253.351,98

Outros Recebimentos		13.724.155,57	15.641.270,16
Sado Exercício Anterior		21.112.507,74	15.531.194,11
Caixa e Equivalentes de Caixa		21.112.507,74	15.531.194,11
Total dos Ingressos		500.741.150,43	472.583.446,71
Dispêndios			
Despesas Orçamentária		469.591.394,70	438.345.488,84
Ordinária		385.347.222,78	349.013.558,04
Vinculadas		84.244.171,92	89.331.930,80
Transferências Financeiras Concedidas	7	9.714.897,28	8.301.520,03
Pagamentos Extraorçamentários	12	3.055.566,86	4.823.930,10
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		266.804,36	70.492,43
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		2.242.919,81	4.579.126,12
Demais Pagamentos Extraorçamentários		545.842,69	174.311,55
Sado Exercício Seguinte		18.379.291,59	21.112.507,74
Caixa e Equivalentes de Caixa		18.379.291,59	21.112.507,74
Total dos Dispêndios		500.741.150,43	472.583.446,71

Tabela 88 - Balanço Financeiro Resumido - Fonte: SIAFI

Nota 12 – Restos a Pagar

A inscrição e pagamento dos Restos a Pagar obedecem ao Decreto 93.872/1986, à Lei Complementar 101/2000 (LRF), à Lei 4.320/64, ao Decreto-Lei 200/67, bem como à Macrofunção SIAFI 02.03.17 - Restos a Pagar.

A inscrição dos empenhos de 2019 desta UJ em Restos a Pagar foi efetuada conforme mandamento do artigo 68, parágrafo 1º, do Decreto 93.872/1986, e ocorreu dentro de suficiente disponibilidade de caixa,

conforme disciplina o artigo 42 da LRF, e comprovada através do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Anexo V, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, publicado no DOU de 30/01/2020, não havendo, portanto, impacto negativo na gestão financeira decorrente destes pagamentos. **Ver Tabela 87.**

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Processados (R\$)		Restos a Pagar Não Processados (R\$)	
	DEZ/2019	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2018
Pessoal e Encargos Sociais	-	-		1.890.562,86
Outras Despesas Correntes		9.054,60	248.819,58	1.274.948,22
Investimentos	29.480,00	28.224,88	149.930,77	87.840,90
TOTAL	29.480,00	37.279,48	398.750,35	3.253.351,98

Tabela 89 - Inscrição de Restos a Pagar - Fonte: SIAFI

Os valores inscritos em 2019 em Restos a Pagar não Processados (RPNP) de R\$ 398.750,35 indicam valores empenhados e não liquidados no exercício de 2019, para pagamento em exercícios futuros. A significativa redução na inscrição dos restos a pagar decorre da política adotada pela Administração no gerenciamento de redução dos estoques de restos a pagar, pois o pagamento dos mesmos é considerado no limite de gastos com despesas primárias estabelecido pelo novo Regime Fiscal da EC 95/2016.

O total de créditos liquidados em 2019 foi pago quase que integralmente dentro do

exercício, restando o saldo de R\$ 29.480,00 inscrito em restos a pagar processados, após apuração da diferença entre a dotação liquidada (R\$ 469.192.644,35) e os valores pagos (R\$ 469.163.164,35).

Todos os pagamentos e cancelamentos de empenhos inscritos em Restos a Pagar foram realizados com autorização do Ordenador de Despesas, após solicitação das unidades administrativas responsáveis pela requisição dos bens ou prestação dos serviços. **Ver Tabela 88.**

	INSCRITOS * (R\$)	LIQUIDADOS (R\$)	PAGOS (R\$)	SALDO A PAGAR (R\$)	% PAGTO
Restos a Pagar Não Processados	2.245.544,53	2.242.919,81	2.242.919,81	2.624,72	99,88%
Restos a Pagar Processados	266.804,36		266.804,36	-	100,00%
TOTAL	2.512.348,89	2.242.919,81	2.509.724,17	2.624,72	99,90%

Tabela 90 - Restos a Pagar - * o valor dos restos a pagar inscritos estão deduzidos dos cancelamentos

Do total de valores inscritos em Restos a Pagar, foram pagos 100% dos Restos a Pagar Processados e 99,88% dos Restos a Pagar Não Processados inscritos e reinscritos, restando um saldo de R\$ 2.624,72 para pagamento em 2020. **Ver Tabela 88.**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Resumida			
	NE	2019 (R\$)	2018 (R\$)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	14		
Ingressos		479.200.412,34	453.761.621,14
Outros Ingressos Operacionais		479.200.412,34	453.761.621,14
Transferências Financeiras Recebidas		465.476.256,77	438.120.350,98
Demais Ingressos Operacionais		13.724.155,57	15.641.270,16
Desembolsos		-479.226.811,66	-439.135.474,34
Pessoal e demais Despesas Correntes		-427.128.381,22	-389.146.138,08
Transferências Concedidas		-41.837.690,47	-41.513.504,68
Outros Desembolsos Operacionais		-10.260.739,97	-8.475.831,58
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Operacionais		-26.399,32	14.626.146,80
Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos	14		
Ingressos		-	-
Desembolsos		-2.706.816,83	-9.044.833,17
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Investimentos		-2.706.816,83	-9.044.833,17
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	14	-2.733.216,15	5.581.313,63
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		21.112.507,74	15.531.194,11
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		18.379.291,59	21.112.507,74

Tabela 91 - Fonte: Demonstração dos Fluxos de Caixa - Resumida - Fonte SIAFI

Nota 14 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa, com resultado de fluxo negativo de R\$ 2.733.216,15 representa a diferença reducional dos valores inicial e final do Caixa e Equivalente de Caixa, indicando que houve mais saída de recursos financeiros ao longo do exercício de 2019, sendo a maior contribuição decorrente do Fluxo das Atividades Operacionais.

Na União, em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Art. 56 da Lei 4320/64), onde todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, são controladas em um único caixa, a Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro, apurado no Balanço Financeiro (BF) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Desta forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

A DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em Fluxos das Atividades das Operações, das Atividades de Investimento e das Atividades de Financiamento (este Regional não apresenta este fluxo), identificando as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período analisado, bem como o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis, conforme publicado no item 6 da parte V do MCASP 8ª edição.

A apuração negativa do saldo das atividades operacionais é calculada pela diferença entre os ingressos de R\$ 479.200.412,34, sendo a maior parte decorrente dos sub-

repasses, com detalhamento na Nota 7 e o valor maior dos desembolsos de R\$ 479.226.811,66, consumindo a diferença de R\$ 26.399,32 do saldo de caixa em dez/2018, visualizado nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

Os desembolsos de R\$ 479.226.811,66 representam os valores efetivamente gastos com despesas do exercício, incluindo os restos a pagar não processados dos exercícios anteriores desembolsados em 2019, inclusive os restos a pagar processados, considerando as transferências financeiras concedidas e os dispêndios extraorçamentários.

Nos dispêndios com despesas de Pessoal e demais despesas estão contabilizados os pagamentos de despesas do exercício e de restos a pagar, realizados na modalidade direta de aplicação dos recursos – 90, sendo R\$ 378.542.628,03 para pessoal e para pagamentos em outras despesas de custeio, o valor de R\$ 48.585.753,19, exceto despesas de capital que estão destacadas no grupo Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento.

Transferências intragovernamentais concedidas de R\$41.837.690,47 referem-se aos gastos com aplicação na modalidade de aplicação 91 que retratam eventos ocorridos entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e corresponde em sua grande maioria às contribuições da União para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, ação orçamentária 09HB.

No Fluxo de caixa líquido das atividades de Investimentos, esta UG 080004 reflete um fluxo negativo decorrente de dispên-

dios com despesas de capital pagas em 2019 referente à execução do orçamento de R\$ 2.592.692,67) e pagamento dos restos a pagar de R\$ 114.124,16, e foi destinada à aquisição de equipamento e material permanente, obras e instalações e demais serviços de tecnologia da informação.



www.trt7.jus.br



@trtceara